

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“A MORTE DA HIGIENE PÚBLICA”: OS IMPACTOS  
SOCIOECONÔMICOS DO SURTO EPIDÊMICO DE SARAMPO EM  
PATROCÍNIO DO COITÉ (BA) ENTRE OS ANOS DE 1920 E 1930

Marcos Paixão Bastos dos Santos

São Cristóvão  
Sergipe - Brasil  
2022

MARCOS PAIXÃO BASTOS DOS SANTOS

“A MORTE DA HIGIENE PÚBLICA”: OS IMPACTOS  
SOCIOECONÔMICOS DO SURTO EPIDÊMICO DE SARAMPO EM  
PATROCÍNIO DO COITÉ (BA) ENTRE OS ANOS DE 1920 E 1930

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Relações Sociais e Poder.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Maria Matos Antonio

SÃO CRISTÓVÃO  
SERGIPE - BRASIL  
2022

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Marcos Paixão Bastos dos  
S237m "A morte da higiene pública" : os impactos socioeconômicos do surto epidêmico de sarampo em Patrocínio do Coité (BA) entre os anos de 1920 e 1930 / Marcos Paixão Bastos dos Santos ; orientadora Edna Maria Matos Antonio. – São Cristóvão, SE, 2022. 145 f. : il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

1. História - Paripiranga (BA). 2. Saúde pública - Bahia. 3. Saúde e higiene – Paripiranga (BA) - História. 4. Sarampo – Paripiranga (BA). 5. Epidemias. I. Antonio, Edna Maria Matos, orient. II. Título.

CDU 94:614.4:616.915(813.8)

MARCOS PAIXÃO BASTOS DOS SANTOS

“A MORTE DA HIGIENE PÚBLICA”: OS IMPACTOS  
SOCIOECONÔMICOS DO SURTO EPIDÊMICO DE SARAMPO EM  
PATROCÍNIO DO COITÉ (BA) ENTRE OS ANOS DE 1920 E 1930

Dissertação apresentada ao programa de  
Pós-Graduação em História da Universidade  
Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para  
obtenção do título de Mestre em História, na Área  
de Concentração Relações Sociais e Poder.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Maria Matos Antonio

Aprovado em 10 de agosto de 2022

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Maria Matos Antonio  
(UFS)

---

Prof. Dr. Jucieldo Ferreira Alexandre  
(UFCA)

---

Prof. Dr. Pablo Antônio Iglesias Magalhães  
(UFS)

Peço licença a Deus Pai e aos meus Orixás protetores para dedicar a vocês, este trabalho. Aos meus amados pais Josefa Alves e José Amâncio, que buscaram junto comigo a efetivação deste sonho, compartilhando forças, orações e abraços. Aos meus irmãos, que nos momentos de fraqueza me ergueram transmitindo segurança e paz. E a entes e amigos queridos que não se encontram entre nós, mas suas memórias estão vivas no meu coração, em especial, tia Eliane (*in memoriam*), meus avós e ao jovem Devid Montes (*in memoriam*), pois assim como o céu precisa de estrelas, Deus necessita de seus anjos.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer, palavra de múltiplos sentidos que remete à necessidade de reconhecer os esforços de pessoas e forças da natureza essenciais em determinados processos da vida. É alinhada à essa necessidade que peço licença ao Sr. leitor para compartilhar duas memórias da minha vida pessoal que permitem ir além das palavras, entendendo os motivos e fatores que contribuíram para me encontrar como pessoa e ser humano em construção dentro do mestrado.

A primeira memória remete às botas brancas, água fervendo no fogo a lenha, pano branco na cabeça, sentada em um banco de madeira à espera das primeiras vísceras bovina para limpar e tratar, foi assim que minha mãe (Josefa Alves) juntamente com meu pai (José Amâncio) criaram seus 7 filhos, lutando arduamente todos os sábados na beira do fogo a lenha, tratando vísceras, enquanto em casa ficávamos ansiosos com a chegada deles, pois sabíamos que iriam trazer retalhos de vísceras para nos alimentar à noite; essa cena se repetiu por quase duas décadas.

A segunda memória me leva à outra cena da infância: desde o nascer do sol dentro de uma caixa de laranja, amarrada na bicicleta passei dos meus 5 anos aos 12 anos entrando com eles em sítio e mais sítios de laranjas, uma infância limitada pelas necessidades financeiras. Já aos 16 anos perdi uma das pessoas mais especiais, a mulher que na ausência de minha mãe, quando ia trabalhar no roçado, alimentou-me, vestiu-me, banhou-me; uma parte de mim passou a não existir mais, uma vez que ela havia prometido que iríamos juntos conhecer a praia. Vítima do câncer, vi diante dos meus olhos o último suspiro, prevalecendo um sentimento de incapacidade sobre mim. São essas memórias e tantas outras que me fazem retornar ao tempo e me encontrar com a minha essência, imagens que permitem mostrar que é possível trilhar um caminho diferente daqueles que estavam ao meu entorno. Isso não significa dizer que eles estavam ali por escolha, mas por uma questão de sobrevivência e necessidade. Enquanto que outras memórias de entes queridos, floresceram um sentimento de ir além, mesmo inserido em uma situação socioeconômica desfavorável.

Os anos foram passando e a cada dia diminuía as esperanças de um dia poder ajudá-los financeiramente. Até que em meio aos tropeços da vida, e por razão da implantação de políticas públicas educacionais, é ofertada a mim, assim como a tantos outros, a oportunidade de ingressar em uma universidade particular no Estado da Bahia. Desde 2015, passaram-se sete anos de lutas, choros, perdas familiares irreparáveis, conquistas e vitórias.

Hoje, coordenador e professor de história, especialista e pós-graduado, aproveito o ensejo para reconhecer de maneira direta e indireta as pessoas que fizeram parte desta trajetória

acadêmica e pessoal, as quais contribuíram significativamente para que eu pudesse, por meio da efetivação dos meus sonhos, ajudar aos meus pais e familiares, uma vez que sem eles, os meus momentos de desesperos poderiam ter se configurado em desistência do estudo e da vida.

Nesse sentido, inicio os meus agradecimentos elevando a Deus Pai, força maior, a minha gratidão; e em especial, a minha mãe Oxum por interceder sempre em minha vida, guiando e protegendo o seu filho, bem como, a todos os meus protetores e guias, os quais estavam comigo nos momentos mais difíceis, permitindo a proteção e a saúde sobre mim. Com eles passei a refletir sobre as múltiplas formas de amor, respeito, solidariedade, religiosidade e alteridade. Agradeço a vocês pela energia e positividade espiritual.

As minhas raízes, meus pais Josefa Alves e José Amâncio, pessoas dignas e protetoras, dos quais tenho orgulho de ser filho. Nos momentos mais difíceis da vida, vocês sempre estiveram presentes, abraçando, aconselhando, dando todo o suporte necessário para a concretização deste sonho que também é de vocês. O amor de pai e mãe nos ensina a sermos pessoas boas, capazes de valorizar nossas raízes, independente das condições sociais. Aos meus avós paternos e maternos, os quais as lembranças não me permitem reverenciar suas faces e momentos vividos, minha gratidão a vocês por estarem sempre comigo espiritualmente.

Aos meus irmãos, sangue do meu sangue, Marcelo, Murilo, Moisés, Josileide, Josielma, Josiene; e aos meus sobrinhos, Lucas, Susana, Geovana, Vitória, Rafaela e Vinícius, minhas fontes de dedicação, força e estímulo. Obrigado por compreenderem a minha ausência em eventos familiares, dos quais tive de abdicar em função dos trabalhos acadêmicos, disciplinas e outras responsabilidades que o mestrado exigia de mim. Por esse motivo, sou grato a cada um dos meus familiares, além de tios e primos.

Dessa forma, o mestrado foi um sonho coletivo, tendo a participação de várias mãos, mãos essas que me protegeram, orientaram, aconselharam e estimularam a não desistir. Em paralelo a isso, no decorrer do mestrado, mesmo com aulas remotas, construir novos laços de amizade que foram importantes para a finalização deste estudo: Ayrton, Marcos, principalmente, Fernanda, um ser de tamanha luz e inteligência, gratidão a todos vocês. A minha amiga e irmã companheira desde 2017, Ingara Carolinne, um exemplo de força, determinação e fé, uma inspiração, contigo compartilhei risadas, atritos, conhecimentos, choros e abraços, interprete o meu muito obrigado como um sinal de total respeito à sua história e à mulher que se tornou.

Não poderia deixar de externar meus sinceros agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS), pela estrutura e qualidade no ensino, qualificando competentes pesquisadores e questionadores da realidade na

qual estão inseridos, disponibilizando excelentes profissionais para o ensino. Ao corpo docente do PROHIS que tive a oportunidade de cursar disciplinas pertinentes, dando total assistência e orientação aos mestrandos, em especial, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jaqueline Ramos, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Barreto, Prof. Dr. Pedro Abelardo e Prof. Dr. Carlos Malaquias, a vocês minha gratidão, por todo ensinamento e conhecimento compartilhado.

Apesar da Pandemia da COVID-19 interferir negativamente na normalização das aulas presenciais, os senhores sempre foram humanos e compreensivos, principalmente, quando se tratava da questão da internet. Pelo fato de residir na zona rural e não possuir rede WiFi, eu acabava dependendo de amigos e vizinhanças para acompanhar a aula, mas como sempre o olhar humano de vocês foi essencial neste processo. Por esse aspecto, e tantos outros, meu muito obrigado, por tamanha compreensão e exercício do saber científico digno de aplausos.

Agradeço a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edna Matos, um ser humano incrível, buscando o equilíbrio na minha pesquisa, alinhando pontos que passaram despercebidos aos meus olhos, abriu caminhos para o meu crescimento acadêmico e da própria pesquisa. E mesmo diante dos problemas familiares e de saúde que enfrentei, sempre foi para além do ensinar e orientar, transcendendo a docência com empatia em tempos tão difíceis de pandemia, e também os processos pessoais que estava a passar durante o período de 2020 a 2022, certamente, a senhora foi uma das mais responsáveis pela finalização deste mestrado. A ti minha eterna gratidão, Deus te cubra de bênçãos, paz e saúde e nada do que fez será esquecido, principalmente, seus conselhos, atenção e cuidado comigo, sua disponibilidade de ouvir e ler minhas dificuldades e desafios.

Você me mostrou, com sua compreensão, que é possível manter a esperança de dias melhores, quando eu demorava para enviar algum arquivo, ou se não a devolutiva da minha parte, seus balõezinhos ao lado da folha não era apenas orientações técnicas, mas sim verdadeiros ensinamentos e responsabilidade para com a pesquisa e comigo. Gratidão e sucesso sempre, Professora Edna Matos.

Externo, também, aqui, agradecimentos à Banca Examinadora desta dissertação, pela contribuição para com o desenvolvimento do meu objeto de pesquisa: Prof. Dr. Pablo Antônio Iglesias e Prof. Dr. Jucieldo Ferreira Alexandre. Graças aos olhares pontuais e específicos de ambos pude avançar na pesquisa em busca da efetivação dos objetivos estabelecidos na pesquisa. As orientações e sugestões pertinentes na qualificação alavancaram mais ainda a evolução da minha escrita e produção, evidenciadas em muitas considerações presentes na escrita final desta dissertação. Gratidão por compartilhar ensinamentos.

Gratidão à Secretaria Municipal de Educação de Itabaianinha (SE) e à equipe, por todo o apoio prestado e compreensão nos momentos em que precisei me ausentar de determinadas tarefas e responsabilidades, enquanto Professor de História e Coordenador Municipal do Ensino Fundamental II de Itabaianinha, em especial Escola Tennyson Fontes Souza, onde estou lotado; obrigada à Coordenadora Pedagógica Amanda Vieira Batista, por estar sempre estimulando de múltiplas maneiras a minha continuação no campo acadêmico. Aos meus alunos da Escola Tennyson Fontes, muito obrigado, por me permitir compartilhar um pouco do saber que adquiri no mestrado.

À Secretaria Municipal de Educação de Santa Luzia do Itanh/SE, por me acolher no ano de 2021 em sua equipe. Destaco aqui a importância da Escola Municipal Ensino Fundamental Acrísio Cruz, onde aprendi a escrever e a ler, a todos os meus professores gratidão. Pois, é também no chão da sala de aula da educação pública onde se formam alunos críticos e sujeitos formadores de opiniões.

Ao Prof. Me. Rafael Santa Rosa Cerqueira, gratidão. Você foi responsável por me apresentar, ainda na graduação, o mundo e o gosto pela pesquisa, me fez compreender que a aprendizagem é contínua e somos os principais agentes da nossa própria mudança e sucesso. À professora da Educação Básica, Maria Socorro, uma profissional que desde o meu 2º ano do Ensino Médio me incentivou a não entrar no comodismo e que a minha capacidade levaria a qualquer lugar do mundo, até no seu silêncio na sala de aula aprendi, um ponto de referência para mim. Por fim, a todos os meus professores da Graduação, do Ensino Fundamental e Médio, gratidão é o que define este momento, pois sei o quão torceram e torcem por mim.

O que seria do homem sem as relações sociais e convívio; por isso, a única forma de descrever os meus sentimentos, é através da palavra obrigado a cada um de vocês: tia Elenice, Elivane, Jamile, Jéssica, Francielle, Cleiton, Kelly, Mirosmar, Pedro, Vanessa, Giscleverton, Jaqueline, Ana Cláudia, Adriano, Vitória, Paco, Eduardo, Jalvandson, Juh, Jaqueline, Fernanda, Tonny, Deiseane, Domingos, Gilvânia, Simone, Shirley, Tailaine, Alice, Marbene, Izana, Ernandes, Esther, Ediane, Anne, Queren, Gilton, Vanildes, Rafael, Rafaela, Marcia, Marciara, Mariana, Elaine, Matheus, Mayara, entre outros que contribuíram para a realização desta dissertação, meu muito obrigado! Amo vocês! Val, Mayra, Lucas e Carlos, externo em especial minha gratidão, por me mostrar a perfeição do mundo espiritual. Com vocês e seus guias aprendo e vivo algo novo a todo tempo, para sempre grato.

Sou apenas uma das pontas da ramificação da família Bastos, realizado estou, pois já estou a ajudar a minha família de certa forma. Neste sentido, compartilho com meus entes e amigos, mais esta conquista. A todos, o meu mais sincero obrigado!

Não importa o que aconteça, continue a nadar!  
(WATERS; GRAHAN, 2003).

## RESUMO

O presente trabalho buscou compreender, por intermédio da História Social, as transformações do cotidiano da sociedade de Patrocínio do Coité (BA), motivadas pela criação das políticas higienistas que surgiram após a epidemia do sarampo, na década de 1920. A dissertação se utilizou de fontes primárias e secundárias, visando identificar relações econômicas e sociais das epidemias com os maus hábitos da população local. Ao mesmo tempo, possibilitou a compreensão dos fatores para o surgimento de moléstias miasmáticas e contagiosas. No tocante à metodologia, foram analisados de forma qualitativa dados recolhidos no Jornal O Paladino (1919-1939) e em outras fontes, tais como o Código de Postura (1927), Relatórios de Estado da Bahia (1924-1926) e fotografias. A análise concentrou-se nas mazelas da população que, junto às condições climáticas, desencadearam surtos epidêmicos que resultaram em vítimas fatais entre a população infantil e adulta; detém-se também, ao estudo do posicionamento das autoridades frente aos dilemas das políticas higienistas.

**Palavras-chave:** Mazelas Sociais. Epidemia. Políticas Higienistas.

## ABSTRACT

The present work sought to understand, through Social History, the transformations of the daily life of the society of Patrocínio do Coité (BA), motivated by the creation of hygienist policies that emerged after the measles epidemic in the 1920s. The dissertation used primary and secondary sources to identify the economic and social relations of an epidemic with the bad habits of the local population. At the same time, it made it possible to understand the factors for the emergence of miasmatic and contagious diseases. Regarding the methodology, were qualitatively examined the data collected in the newspaper O Paladino (1919-1939) and in other sources, such as the Posture Code (1927), Bahia State Reports (1924-1926), and Photographs. The analysis focused on the ills of the population that, together with the climatic conditions, triggered epidemic outbreaks that resulted in fatal victims among the child and adult population; it also stops at the study of the position of the authorities in the face of the dilemmas of hygienist policies.

**Keywords:** Social Ills. Epidemic. Hygienist Policies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Registro externo do Hospital Nossa Senhora da Piedade – Patrocínio do coité.....	58
Figura 2: Paripiranga - Índice de Escolaridade.....	67
Figura 3: Localização geográfica de Patrocínio do Coité (BA).....	68
Figura 4: Vista do Tanque da Missão – Região Periférica da Vila de Patrocínio do Coité, primeiros meses de sua construção.....	73
Figura 5: Vista da Rua 02 de Julho - Centro Urbano da Vila do Patrocínio do Coité. Paripiranga (BA).....	79
Figura 6: Regiões que abrangem Polígono das Secas no Brasil.....	85
Figura 7: Panorama da fachada da Escola Reunidas Prof. Francisco de Paula Abreu, localização do antigo cemitério da Vila do Patrocínio do Coité, Paripiranga (BA), década de 1945.....	89
Figura 8: Registro detalhado dos Casos da Febre Amarela na Bahia em 1923.....	115
Figura 9: Registro dos Casos da Febre Amarela na Bahia entre 1896 a 1923.....	118
Figura 10: Registro de Óbitos na Bahia – 1924.....	119
Figura 11: Tabela de despesa da Diretoria Geral de Saúde Pública da Bahia – 1924.....	121
Figura 12: Trecho do Relatório da Bahia sobre as despesas com a Higiene do Estado – 1924.....	122
Figura 13: Vista da Rua Braz de Amaral, Paripiranga – 1940.....	131
Figura 14: Vista da Rua Braz de Amaral, Paripiranga – 1952.....	131
Figura 15: Vista da Rua Braz de Amaral, Paripiranga – 2018.....	132

## **LISTA DE SIGLAS**

IFOS	Inspetoria Federal de Obras contra as Secas
LEPH	Laboratório de Ensino e Pesquisa em História
NEPH	Núcleo de Estudos em Pesquisa Histórica
PEBA	Partido Republicano
UniAGES	Centro Universitário AGES
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 MEDICINA, SOCIEDADE E REALIDADE BRASILEIRA NO COMEÇO DO SÉCULO XX.....</b>	<b>28</b>
2.1 MEDICINA SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA: INSTRUMENTOS DE CONTROLE DAS PRÁTICAS SOCIAIS.....	28
2.2 NO ALVORECER DA REPÚBLICA: (RE)URBANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL.....	40
2.3 HISTORIOGRAFIA: UM OLHAR CONTEXTUALIZADO DAS EPIDEMIAS NAS PRODUÇÕES REGIONAIS DE BAHIA E SERGIPE.....	52
<b>3 O COTIDIANO E A EPIDEMIA DO SARAMPO: OS IMPACTOS DAS MAZELAS SOCIAIS NA DÉCADA 20 EM PATROCÍNIO DO COITÉ (BA).....</b>	<b>64</b>
3.1 PATROCÍNIO DO COITÉ: POVOAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E ECONOMIA.....	68
3.2 “A MORTE DA HIGYENE”: O PANORAMA DO MAU HÁBITO DE PATROCÍNIO DO COITÉ (1920-1930).....	72
3.3 CONDIÇÕES CLIMÁTICAS E AS MUDANÇAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA VILA DE PATROCÍNIO (1920-1930).....	80
3.4 “O SARAMPÃO ATACA MAIS UMA VEZ”: OS IMPACTOS DO MAL AVASSALADOR NA POPULAÇÃO COITEENSE.....	93
3.5 O MEDO COLETIVO: UMA BREVE ANÁLISE DA PROPAGAÇÃO DO MEDO NA VILA DE PATROCÍNIO DO COITÉ FRENTE AO SURTO EPIDÊMICO DE SARAMPO.....	105
<b>4 AS POLÍTICAS HIGIENISTAS E O CÓDIGO DE POSTURA (1927): O PUNIR EM PATROCÍNIO DO COITÉ (BA) ENTRE 1924-1930.....</b>	<b>113</b>
4.1 CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS JUNTAS HIGIÊNICAS PARA AS CIDADES DO INTERIOR BAIANO.....	113
4.2 CÓDIGO DE POSTURA: INSTRUMENTO DE DOMÍNIO SOB OS COITEENSES.....	124
4.3 OS REFLEXOS DO SANEAMENTO BÁSICO E URBANÍSTICO PÓS 1930 EM PARIPIRANGA/BA.....	128

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 135**

**REFERÊNCIAS..... 137**

## 1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em epidemia, automaticamente, a dimensão do consciente associa à noção de medo, pânico e mortalidade, no entanto, suas representações perpassam os tempos e gerações, agregando outras imagens interpretativas conforme cada época. Ora, vista como ameaça à existência humana, na propagação da dor; ora, entendida como uma reação divina aos males praticados na terra pelos homens; ou ainda, como um mecanismo de mudanças e novas mentalidades. Independentemente das noções supracitadas, sempre estiveram presentes na história da humanidade, carregando consigo um conjunto de ensinamentos, intermediados pela perda física e cultural do outro.

No século XIX, a partir da década de 1840, o Brasil foi alvo de epidemias em larga escala, particularmente, da febre amarela e da peste bubônica. Como medida de urgência, o Governo Imperial decretou a criação das Juntas de Saúde. Os anos que se seguiram não foram diferentes. Entre os anos de 1855 e 1857, emergia a epidemia de cólera na Vila de Patrocínio do Coité, até então Malhada Vermelha, contexto desta pesquisa. A cólera nessa região deixou sua marca na morte de um jovem médico de sobrenome Canuto, o qual atuava por meio de missões vinculadas à Faculdade de Medicina da Bahia.

Em pleno contexto da década de 1920, após o fim da Primeira Guerra Mundial, abre uma série de debates acerca da (re)urbanização das cidades em razão das consequências sociais e urbanísticas ocasionadas pelo próprio conflito mundial. Naquela conjuntura, os setores da sociedade buscaram novos olhares arquitetônicos sobre o seu local de trabalho e convivência diária. Mediante as transformações pelos órgãos e recursos administrativos, vários segmentos do Estado tiveram iniciativas de acompanhamento da modernidade europeia, implantadas pelos governos municipais via projetos de remodelação sociais, um tanto ambiciosos. Tais projetos, como as políticas higienistas refletiam na mudança de costumes culturais, bem como na saúde pública, além de ser mais uma maneira de denunciar a insalubridade das ruas e as condições anti-higiênicas de diversos espaços como escolas, hospitais, hospícios, cemitério, entre outros.

A aprovação de determinados projetos modernistas envolvia um conjunto de interesses, pois neste período, a conjuntura política estava submissa às práticas coronelistas e oligárquicas que prevaleciam sobre as cidades brasileiras, principalmente, do Nordeste. A efetivação das políticas higienistas dependia das alianças entre os coronéis e autoridades regionais para então serem viabilizadas, sanando assim, as lacunas na saúde pública. Para os cientistas e médicos era preciso urbanizar para estabelecer a ordem social, pois, enquanto as cidades brasileiras não atendiam completamente aos anseios da modernidade, ressurgiam neste cenário as moléstias

contagiosas e doenças miasmáticas, as quais consistiam em vetores promulgados pelo ar, afetando a saúde pública e estagnando os segmentos da sociedade.

As doenças epidêmicas apesar de suas múltiplas faces são fenômenos biológicos, estimulados pela interação dos indivíduos com o meio. Logo, visam aspectos políticos, econômicos e culturais de determinados povos, em um prisma passível de pesquisa para a compreensão do comportamento, crenças e hábitos, no espaço e tempo em que foram propagadas.

Em um ângulo metodológico da historiografia, entre as décadas 1970 e 2000 surgiram trabalhos como de Rita Barata<sup>1</sup> e Foucault<sup>2</sup> direcionando seus objetivos para além do fator biológico, pontuando conceitos e teorias das Ciências Humanas, Sociais e Políticas. Este olhar interdisciplinar possibilitou a desmistificação de estereótipos e aspectos pejorativos em torno da origem, modos de contágios das epidemias e seus efeitos socioeconômicos. Justamente neste contexto de renovação da produção histórica, é que as epidemias passaram a ser tema de atenção das Ciências Sociais. Considerando as contribuições dos autores citados, os historiadores identificaram as doenças epidêmicas como um meio para explicação de determinados comportamentos da humanidade.

O campo historiográfico das doenças, atualmente, devido aos estudos e pesquisas realizadas pelos pesquisadores e historiadores, perpassa os olhares do conhecimento biológico, evidenciando que as doenças ao longo da História da Humanidade sejam elas epidêmicas ou não estavam inseridas dentro de contextos socioeconômicos que estimularam de maneira direta ou indireta o surgimento das doenças, em paralelo a isso temos os fatores biológicos. Dessa forma, as doenças são entendidas pelos pesquisadores que a elas se detém como campos de observações da sociedade e do comportamento humano, principalmente, quando se referem aos hábitos, costumes e crenças voltados para a higiene e saúde pública. Além de um canal de compreensão sobre as experiências do ser humano frente aos males que sempre se fizeram presentes na história das civilizações humanas<sup>3</sup>.

Apesar dos diversos avanços no campo historiográfico das doenças, vistos na desconstrução de estereótipos, ampliações das possibilidades de pesquisa e interdisciplinaridade ao trabalhar com doenças, ainda enfrentamos dificuldade enquanto

---

<sup>1</sup> BARATA, Rita Barradas; BRINCEÑO-LEÓN, Roberto (Orgs.). **Doenças endêmicas**: abordagens sociais, culturais e comportamentais. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Clínica**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1980.

<sup>3</sup> SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e NASCIMENTO, Dilene R. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene R. e CARVALHO, Diana Maul (orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília, Paralelo 15, 2004, pp.13-30.

pesquisa, principalmente quando direcionamos nossos olhares de pesquisador para cidades ou vilas afastadas dos grandes centros urbanos. Locais esses que sofreram os impactos das doenças em determinados tempos e espaços, afetando as estruturas sociais, políticas e econômicas como foi o caso de Patrocínio do Coité na década de 1920 com a manifestação do sarampo na cidade, modificando hábitos e costumes, ao mesmo tempo que redirecionou o rumo do Município com a intensificação das políticas de saneamento básico e higiênico.

Diferentemente dos estudos produzidos sobre as grandes cidades europeias e brasileiras, proponho nesta dissertação o movimento contrário enquanto escolha do espaço estudado, evidenciando a necessidade de ampliar e redirecionar os olhares da pesquisa para as cidades localizadas nos interiores dos estados brasileiros, uma vez que assim como as metrópoles, as vilas e municípios de pequeno porte também agregam histórias e experiências que devem ser valorizadas como foco de estudos pelos diversos campos do conhecimento humano. Sendo assim, é uma maneira de preencher, com os dados produzidos nesta pesquisa, as lacunas na História destes povos, possibilitando que as gerações do presente e futuro compreendam a historicidade e identidade do seu povo.

Levando em consideração as elucidações acima, entende-se que doenças revelam as estruturas e condições sociais, econômicas e políticas da sociedade como um todo, trazendo à tona hábitos particulares de determinados povos ou comunidades que atacam diretamente os princípios da higiene, pondo em risco a saúde pública das pessoas que convivem nesses espaços<sup>4</sup>. Em contrapartida, as epidemias, por exemplo, fomentam a reflexão, o pensar e o agir, entendendo que os comportamentos dos sujeitos interferem negativamente na ordem e manutenção dos segmentos da sociedade. Ao mesmo tempo, possibilita a valorização da ciência e seus mecanismos, devido à busca incessante da população por respostas e posicionamento deste campo.

Em tempos de epidemia e pandemia, a Ciência é a área que mais floresce enquanto desenvolvimento de pesquisa e estudos como forma de obter maiores respostas e subsídios de erradicação do mal avassalador. Isso se dá pelo alto investimento dos poderes públicos neste ramo, para que desenvolvam estratégias de erradicação e substâncias capazes de eliminar o vírus ou bactéria, o qual está infectando o corpo humano, pondo a vida do sujeito em risco, e por conseguinte, a geração de instabilidade dos segmentos da sociedade.

O resultado dessa nova visão floresceu os interesses desta pesquisa, trazendo como problemática geral: investigar como os surtos epidêmicos, em especial o sarampo, contribuíram

---

<sup>4</sup> SILVEIRA, Op. Cit.

para as modificações das práticas sociais da população de Patrocínio do Coité (BA) na década de 1920. Dentro deste olhar geral, especificamente, buscamos evidenciar a Medicina Social como um dispositivo de reorganização da sociedade e seus comportamentos que desconfiguravam o projeto de civilidade; descrever o cotidiano da sociedade de Patrocínio do Coité, especialmente, os segmentos econômico, político e social; por fim, pontuar as mudanças no comportamento da sociedade, sendo um dos reflexos das políticas higienistas e outros códigos normativos consolidados naquela década.

Dessa forma, as experiências do ser humano na história são retratadas pelos campos historiográficos, a partir de seus mecanismos e métodos de análise acerca do fato vivido. Diante desta questão, esta dissertação traz o cotidiano dos gentílicos coiteenses entre 1920 a 1930, identificando o contato da sociedade com o vírus do sarampo e seus múltiplos impactos socioeconômicos observados na mortalidade de crianças e recém-nascidos e outras questões que veremos de maneira pontual no decorrer dos capítulos. Sendo assim, buscamos por intermédio da História Social subsídios metodológicos e analíticos que possam dar respaldo às abordagens aqui desenvolvidas, como a compreensão da sociedade de Patrocínio do Coité, a existência de vários métodos de trabalho e também formas de escrita vista, por exemplo, no uso da interdisciplinaridade.

O campo da História Social nos permite analisar as relações sociais diretas e indiretas que se desenvolveram no período de alta da epidemia do sarampo na Vila, verificando que além das classes pobres o vírus também se fez presente nas relações diárias da classe elitizada daquele contexto, expondo que independente das classes os sujeitos sofreram os abalos econômicos, sociais e culturais gerados pela propagação do vírus, o qual foi estimulado por um conjunto de práticas humanas. Isso posto, as fontes usadas neste estudo abrangem não somente documentos governamentais oficiais, mas também outros registros humanos frente a diversidade de fontes que este campo nos fornece sobre os povos que viveram no recorte temporal e espacial proposto.

Em Patrocínio do Coité, a partir dos anos que se seguiram a 1920, foram constatadas variadas intervenções caracterizadas como: projetos de leis que decretaram medidas severas, reconstrução do cemitério local, efetivação de calçamento, rede de esgoto, ampliação da feira livre, por se tratar de um espaço de grande aglomeração de pessoas, aberturas de vias públicas, entre outras estratégias. Visavam não somente a higiene pública, mas também, identificavam o início de um longo período de urbanização e reestruturação da cidade, pois o município apresentava elementos arquitetônicos da época colonial.

A fertilidade do solo de Patrocínio do Coité e a produtividade em grande escala da pecuária proporcionaram a intensificação da migração. Dessa forma, devido ao intenso fluxo de pessoas sobre a cidade, geraram-se novas demandas, vista na abertura e ampliação do comércio e pousadas na cidade. Entretanto, o aspecto organizacional (saneamento básico) não acompanhou as necessidades humanas, tornando-se um problema na década de 1920 e que resultaria em consequências drásticas como a morte de jovens e crianças da cidade pacata de Patrocínio do Coité, atualmente Paripiranga (BA). De tal modo, surgiu a proposta de trabalhar as epidemias como elemento de mudanças históricas, sociais, culturais e religiosas, a exemplo os cortejos fúnebres e outros fatores peculiares da sociedade coiteense. Em meio aos fatores sociais, destaca-se a necessidade de compreendermos as estratégias de erradicação dos surtos epidêmicos aplicadas pelo governo estadual e municipal.

O recorte espacial desta dissertação se estabelece em Patrocínio do Coité, atual município de Paripiranga (BA), justificado pelas suas experiências com o surto epidêmico, o primeiro ainda no período oitocentista com a proliferação da cólera; e o segundo momento com o Sarampo, já na Primeira República em 1921. Nesse sentido, além de tais contatos com as moléstias, Patrocínio do Coité possuía vários elementos que contribuíam diretamente para a propagação, como a questão geográfica, social, cultural, econômica ou política.

A relevância do recorte espacial foi um fator primordial, pois permitiu uma redução da escala de análise, tendo como ponto de debate o Município de Patrocínio do Coité, em especial a Zona Urbana, visualizando informações até então desconhecidas por outros estudos da região. Ao focar a pesquisa nessa área, a sociedade local tem a oportunidade de entender os resultados obtidos na luta pelos seus antepassados, principalmente, daqueles que sofreram os flagelos da cólera e do sarampo. Identificam-se ainda, os efeitos nefastos tanto no viés cultural como social, visto que, atualmente, estamos em tempos de pandemia, não diferentemente dos povos que residiam em Patrocínio do Coité, em março de 1921.

Diante da predominância de estudos sobre grandes centros urbanos, esta dissertação prioriza o lado oposto, na direção dos impactos das epidemias em um município do interior baiano, dando ênfase a um contexto histórico local e social em articulação a eventos nacionais que influenciavam no cotidiano das pequenas cidades. Reside aqui, também, uma das justificativas da delimitação espacial, mostrando as reações dos coiteenses frente às moléstias que afligiam o município.

O recorte temporal compreende os anos de 1920 a 1930, uma vez que se deve levar em consideração determinadas linhas de observação. À primeira vista, o surgimento do Jornal *O Paladino* em 1919, tendo maior visibilidade na região a partir de 1920. Nele, foi possível

identificar uma forte pressão das autoridades locais acerca da necessidade de mudanças arquitetônicas e novas construções, a exemplo da remoção do cemitério da cidade para a zona periférica, ou ainda, a abertura de avenidas e ampliação das ruas. Ainda na justificativa inicial do recorte apontamos a importância do próprio jornal na década de 1920, exercendo o papel de principal meio de informação que permeava a cidade, levando a população a refletir, pensar, questionar sobre os diversos conhecimentos que aconteciam no Brasil e na região. Além disso, foi nos primeiros meses de 1920 que o Jornal começou a apresentar o cenário social da cidade, destacando os hábitos, comportamentos e costumes que não condiziam com o projeto de renovação e modernidade que muitas cidades brasileiras começavam a propagar.

Ademais, há o aspecto permeado pela construção das Diretorias Higiênicas ligadas à saúde pública, como consta na *Gazeta Médica da Bahia* de 1924 a 1926, mostrando o custo do Estado no combate às doenças, as quais atacavam todo o estado mediante ao repasse de verbas e gastos econômicos.

Considerando a repercussão do Código de Postura, após a sua aprovação em 1928, houve impactos visíveis para os moradores da cidade, os quais passaram a ser observados pelas autoridades locais, agora respaldados legalmente pelo documento. Contudo, essa questão de fiscalização dava-se, na maioria das vezes, sob as influências políticas, visto que este momento da história corresponde ao período de apogeu e domínio das oligarquias, principalmente, nas cidades mais afastadas dos centros urbanos, espaços propícios à corrupção, fraudes e desvios de verbas públicas destinadas à saúde e outros segmentos. Nessa direção, é importante pontuar que o período de 1930 em Patrocínio do Coité é marcado pela criação de um novo Código de Postura mais rígido em suas leis e condutas.

Ainda sobre o recorte temporal, o Jornal *O Paladino* passa a circular na cidade em 1919, porém, após a análise, percebe-se que este deixou de ser reproduzido em 1940. Logo, gerou uma lacuna historiográfica, haja vista que era o principal meio de comunicação impresso naquela época. É pertinente destacar que o mencionado jornal, volta a ser reproduzido no ano de 1950. Baseado nas questões apresentadas, surgiu a possibilidade de trabalhar o primeiro momento do Jornal, uma vez que coincide com as demais fontes de pesquisas aqui pontuadas, abarcando dentro de seus respectivos contextos e espaços, abordagens ligadas de forma direta e indireta à saúde pública e às ramificações das epidemias que assolavam não somente o município, mas também as regiões vizinhas.

A delimitação temporal (1920-1930) permitiu a montagem de processos que marcaram o cotidiano dos coiteenses nas perspectivas locais e regionais no presente período estudado, automaticamente, uma das relevâncias do recorte. Além de promover o mapeamento dos casos

de sarampo evidenciados nas notas necrológicas, identificando os nomes das vítimas ou às famílias às quais pertenciam, bem como as datas dos falecimentos e locais de sepultamentos. Desse modo, evitam-se anacronismos entre as questões apresentadas, dando ênfase aos pontos que concernem ao objeto de estudo em análise.

Durante o levantamento bibliográfico nos deparamos com um dos maiores desafios desta investigação: a ausência de produções e estudos sobre o sarampo, enquanto manifestação epidêmica histórica e social. Não sendo possível criar linhas de abordagens paralelas com outros trabalhos, seja ele acadêmico ou profissional, para melhor ter um olhar regional específico do sarampo na década de 1920. Os teóricos levantados estão direcionados, em sua maioria, para o Brasil Império com objeto de pesquisa ligado à Cólera, Varíola, Peste Bubônica etc. Diante deste desafio, estabelecemos como ponto focal da pesquisa os anos de 1920, partindo deste recorte, buscamos em outros momentos da história acontecimentos que pudessem nortear a própria pesquisa, como elementos referenciais, possibilidades de análises, observações de fontes, entre outros; principalmente, o período de 1850 quando a cólera se fez presente no seio da sociedade coiteense. Trazendo este acontecimento para evidenciar que Patrocínio bem antes de 1920, já tinha vivenciado outras manifestações de certa forma despercebidas pelos os olhares dos pesquisadores dedicados ao período oitocentista na Bahia.

Neste sentido, a linha cronológica para a apresentação dos fatos e evidências extraídas após a análise das fontes, ocorreram a partir da necessidade de se entender as manifestações das epidemias por meio de exemplificações, buscando eventos epidêmicos. Sendo necessário pontuar determinados tempos e espaços, que são essenciais para se pensar os impactos socioeconômico de epidemias como por exemplo as reformas nos espaços públicos que foram potencializadas nas primeiras décadas da República nas grandes metrópoles, que logo surtiram efeito nas cidades do interior brasileiro como o caso de Patrocínio, na mudança do cemitério na década de 1920.

Levando em consideração estas peculiaridade da pesquisa em si e a importância de se permear o recorte proposto, esta dissertação respeitou as delimitações tanto espacial como temporal, visto que os debates produzidos foram se tornando robusto com a montagem e estruturação dos sucessivos acontecimentos que ocorreram em Patrocínio do Coité entre 1920-1930, influenciando para o surgimento da epidemia do sarampo, em paralelo a isso, buscamos outras experiências que evidenciam que a epidemia tanto do sarampo como outras partes das práticas sociais coletivas e individuais dos sujeitos e sempre se fez presente na história da Bahia.

Foi no âmbito da graduação e por intermédio dos projetos de pesquisa em História que despertou-me o interesse pelo objeto de estudo. Desde então, a participação em grupos de

estudos como *Vive La Mort*, vinculado ao Laboratório de Ensino e Pesquisa em História (LEPH), facilitou o acesso e o contato com aporte teórico-metodológico até então desconhecido, estabelecendo a familiaridade com as fontes. Nesse espaço, existiam encontros de debates, pesquisas e produções, tendo como áreas bases: a saúde pública, práticas culturais e sociais que remetiam aos povos de Paripiranga (BA) e cidades vizinhas.

O contato com as fontes lançou a necessidade de produção em eventos institucionais de maneira que respondesse às lacunas presentes na Historiografia Local e Regional. Nessa conjuntura, os estágios supervisionados a partir de 2017 formaram uma identidade de pesquisa, ou seja, neles foram construídos os primeiros trabalhos de cunho acadêmico sobre epidemia, uma vez que era uma forma de ampliar os olhares do pesquisador. A sua totalidade resultou no Trabalho de Conclusão de Curso no ano de 2019. Além disso, as experiências adquiridas nos ambientes de pesquisa e ensino como na participação em eventos e congressos contribuíram de forma qualitativa para a elaboração desta dissertação.

Nos dias de hoje, há um forte movimento de cientistas, pesquisadores e agentes da saúde, os quais buscam compreender na esfera da ciência social e histórica os costumes de uma determinada sociedade para estabelecer paralelos com realidades atuais que estimulam a propagação da doença, como foi o caso da gripe espanhola, classificada de pandemia entre 1918 e 1919, atingindo todos os continentes sendo seus efeitos sentidos na cultura, economia, política etc. Fundamentado e justificado, busca-se compreender aqui, as modificações do cotidiano da sociedade de Patrocínio do Coité, a partir da epidemia do sarampo a qual assolou o município na década de 1921, identificando os fatores socioeconômicos que contribuíram para o aparecimento da doença.

Nessa direção, especificamente, buscamos identificar a medicina social como um dispositivo de abominação das práticas sociais dos sujeitos em prol da limpeza e embelezamento dos espaços públicos e privados das cidades, necessitando mapear os estudos regionais que puseram as epidemias como objeto de estudo e análise. Ao mesmo tempo, apontando as transformações que ocorreram na escrita da História, a partir de 1970, com o movimento dos *Annales*.

Esse objetivo resultou na elaboração do primeiro capítulo, onde tratou-se da contextualização dos aspectos nacionais e internacionais também focados na problematização da *Belle Époque*, surgimento da (re)urbanização no alvorecer da República, descrevendo como tais fatos contribuíram para o crescimento e lotação das cidades brasileiras. Além disso, a observação das condições de insalubridades dos Estados baiano e sergipano tornaram-se necessárias enquanto sua identificação naquele contexto, haja vista sua aproximação com o

recorte espacial escolhido. Ficando claro que ambos estavam em situações caóticas, afastando-se cada vez mais do projeto de modernidade.

O segundo capítulo foi desenvolvido a partir do objetivo específico: caracterizar o cotidiano de Patrocínio do Coité, destacando os fatores econômicos, geográficos e as mudanças ocorridas nos espaços públicos na década de 1920. Ou seja, durante o surto epidêmico, estabeleceram-se novos costumes e hábitos, impulsionados pelo medo coletivo, oriundo da doença do sarampo. Inicialmente, aponta-se a contextualização das questões geográficas do município, o período das secas na região, a formação do solo e o povoamento a partir de sua localização; o aspecto histórico e econômico, dando ênfase à chegada dos primeiros colonizadores da vila, a presença do catolicismo e seus desdobramentos ao longo da história. Outra contextualização se fez necessária ao ambiente econômico, visto na identificação do crescimento da economia e pecuária, as quais geraram grande fluxo de pessoas para a cidade; além das questões sociais, como as condições precárias dos espaços públicos, a exemplo da situação caótica do cemitério da cidade, a feira-livre e do comércio.

Sobre esse capítulo, destacam-se as causas e os impactos socioeconômicos do sarampo que modificaram o cotidiano de Patrocínio do Coité em 1921, ao mesmo tempo em que se levantam diversas hipóteses que devem ser levadas em considerações diante da sua importância na compreensão do papel do Jornal *o Paladino*, frente aos seus interesses sociais e pessoais. Mostra também a negligência do Jornal e como a população reagia frente ao mal indesejável, impulsionando a propagação do medo, caos e pânico.

O terceiro objetivo foi construído por meio da análise da fonte primária publicada em 1928 com a aprovação dos vereadores, o *Código de Postura do Município de Patrocínio do Coité*, aqui problematizado. Sobre ele, pontua-se de maneira específica, os artigos e decretos legislativos e seus impactos em Patrocínio do Coité, destacando as multas e sanções destinadas aos sujeitos que burlavam as ordens de tais documentos. Além de evidenciar o processo civilizador<sup>5</sup> como um mecanismo de dominação da elite sobre os menos favorecidos econômica e socialmente.

---

<sup>5</sup> Este conceito criado pelo Sociólogo Alemão Norbert Elias com o intuito de evidenciar os comportamentos da sociedade Europeia durante os primeiros passos do Estado Moderno, permitindo pensar sobre os motivos que contribuíram para mudanças no cotidiano do sujeito, além disso o mesmo busca através deste conceito sociológico mostrar como tais modificações nos hábitos, costumes, crenças aconteceram, sendo consequências das ramificações do Estado Moderno que redirecionou os olhares da ciência sociais e humanas sobre os diversos segmentos da sociedade, principalmente os costumes no espaços públicos e na vida privada dos indivíduos. Sendo assim, trazemos a linha central de observação de Norbert Elias (a civilidade) para a presente dissertação com a finalidade de entender os costumes da população de Patrocínio do Coité, destacando os hábitos antigênicos que era motivo de vergonha, frente o avanço da modernidade e urbanização das cidades brasileiras. Além disso, busca-se evidenciar como a ideia de civilidade estava inserida nas políticas locais de higienismo da época. Visto o

O Código de Postura tornou-se um guia para as cidades do interior, exercendo a função de uma legislação que defendia a padronização de comportamentos, viabilizando, antes de tudo, o desenvolvimento social das cidades. Em Patrocínio do Coité não foi diferente, a lei visava justamente às mazelas da população que jogava resíduos nocivos tanto no Tanque da Missão como na Fonte Escondida, espaços localizados na cidade. Tais espaços foram alvos de críticas da Igreja como também do jornal *O Paladino*. Não por acaso, em abril de 1921, a Intendência de Coité notificou um grupo de homens cuja meta era recolher dejetos e substâncias do Tanque da Missão<sup>6</sup>.

Além disso, algumas notas necrológicas trazem informações sobre horários de sepultamento, nome da vítima e causa da morte, apresentando ao público curiosidade que ocorreram durante o sepultamento, como a quantidade de pessoas que acompanharam o cortejo fúnebre. Nesses Jornais, também foram extraídos os relatos e noticiários que atestam as condições sociais, arquitetônicas e econômicas de Patrocínio do Coité, dentro do recorte temporal, aqui já justificado.

*Os Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino da Bahia (1916-1926)*<sup>7</sup> possibilitaram a compreensão, em âmbito regional, das estratégias do governo da Bahia diante dos diversos surtos que ocorriam na região e em outros pontos da Província, permitindo a identificação dos discursos das autoridades e as medidas de higiene, bem como os gastos e financiamento das campanhas de vacinação. Por outro lado, os relatórios indicam as condições de higiene que as cidades baianas perpassam no final da Primeira República, sendo palco constante das discussões da medicina e da ciência brasileira. Devido às influências como essas, de 1917 a 1926 foram criados diversos órgãos de caráter higienista, a fim de evitar a proliferação das moléstias que estavam interferindo na normalização da sociedade, afetando as atividades econômicas e diárias dos municípios baianos.

As autoridades apresentam nestes documentos tabelas, gráficos e dados que nesta pesquisa são problematizados, a fim de extrair mais informações para dar suporte a novas abordagens na pesquisa.

---

quantitativo de mudança nos espaços públicos da Vila e as modificações das mentalidades. A noção de civilidade proporcionou novos olhares da ciência Médica sobre Patrocínio e demais regiões brasileiras, claro em menor proporção comparado ao Europeu, não se devendo negar que o processo civilizador mediante as políticas higienistas e códigos de Postura se fizeram presente com novas roupagens sobre as cidades brasileiras, roupagem essa modificada pelo tempo e espaço.

<sup>6</sup> PATROCÍNIO DO COITÉ. **Actos do governo – decretos leis e portarias**. Lei nº 8 - Código de Postura do Município de Patrocínio do Coité. Estado da Bahia, 1928. Art. 103. p. 16. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do UniAGES, Paripiranga (BA).

<sup>7</sup> Acervo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605> Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

Ainda como mecanismo incentivado e criado pelas autoridades locais, destacam-se *Projetos de Leis - Câmara de Vereadores*<sup>8</sup>. É importante salientar essa fonte de pesquisa, assim como as demais, que estão inseridas em uma rede de discursos e ideologias partidárias, por fornecerem informações relevantes sobre a necessidade de implantação da urbanização como recursos para coibir os avanços das moléstias, sobretudo o sarampo, bem como, se torna um elemento preponderante para o entendimento sobre como se deu a viabilização das políticas modernistas de organização e reorganização da cidade.

Nesse contexto, os documentos *Jornais e Livros de óbitos* foram digitalizados, usando-os como fontes paralelas, respeitando as peculiaridades de suas respectivas épocas e conjunturas. As fotografias foram, por muito tempo, silenciadas e criticadas na pesquisa historiográfica, porém devem-se percebê-las como possibilidades de pesquisa, as quais estão à disposição do historiador que deve analisá-la com o senso crítico e questionador. Sendo assim, *as fotografias*<sup>9</sup> também são fontes de pesquisa analisadas neste estudo na temporalidade de 1928 a 1958.

É válido ressaltar a justificativa do uso desta fonte visto que ela vai além do recorte pensado na dissertação, uma vez que a análise das iconografias permite a identificação da interferência do Código de Postura nas estruturas das casas localizadas na cidade e demais remodelamento de ruas e avenidas, destacando as mudanças tanto as que ocorreram na década de 1920 como em anos posteriores. Dessa forma, para melhor estruturar a pesquisa, as iconografias foram digitalizadas e salvas em dois arquivos. O primeiro destina-se às fotografias que trazem a imagem panorâmica de Patrocínio do Coité, sobretudo, os elementos arquitetônicos e a organização da cidade<sup>10</sup>, possibilitando a proliferação de doenças, não permitindo a circulação do vento nos interiores das casas.

A segunda vertente permeia por *manchetes e propagandas* extraídas do Jornal *O Paladino* que ressaltam a venda e busca de remédios caseiros medicinais que, segundo os fabricantes, coíbiam a disseminação do sarampo e previa outras moléstias. Como também,

---

<sup>8</sup> PARIPIRANGA. Câmara municipal de vereadores. **Projeto de Lei (1930-1960)**. Disponível no Acervo da Câmara Municipal de Paripiranga (BA).

<sup>33</sup> PARIPIRANGA. Câmara municipal de vereadores. **Projeto de Lei N° 09 de 02 de maio de 1956**. Disponível no Acervo da Câmara Municipal de Paripiranga (BA).

<sup>9</sup> Acervo Digital do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História. UniAGES. Iconografias.

<sup>10</sup> Temos observado que ainda continuam a edificar casinhas baixas e sem esthetica, no pertinente, no perímetro da Villa. Esse mal, cujo remédio só vende a Intendência Municipal, pelo contrário o Coité não chegará nunca à Cuia. In ABREU, Francisco de Paula. Nota de alerta acerca de edificações sem estética no centro urbano. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 29 de junho de 1920. Ano I, n. 4. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

iconografias que foram coletadas no acervo digital da Gazeta Médica da Bahia (1924-1926)<sup>11</sup>, uma vez que, por meio de tabelas, apresentavam os gastos do Estado e da própria cidade de Patrocínio do Coité na criação e no combate às epidemias.

Por fim, o *Recenseamento do IBGE 38*, contribuindo de forma significativa para constatação da quantidade de habitantes que havia em Patrocínio do Coité. É importante dizer que a mencionada fonte tem como temporalidade meados da década de 1910. Mas que promove um embasamento sobre o quantitativo de moradores, contingenciando homens e mulheres que residiam na sociedade coiteense.

Todas as fontes listadas anteriormente foram coletadas em diversas instituições de pesquisa da cidade. Sendo assim, foram catalogadas e digitalizadas, algumas delas em exposição no Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do UniAGES, outras armazenadas no acervo do pesquisador deste estudo.

Seja na economia ou na cultura, a sociedade de Patrocínio do Coité perpassou por um processo de mudança de comportamento e mentalidades, abandonando hábitos antigos e agregando novos, estabelecendo novos padrões de vida e pensamentos, colocando em declínio costumes e culturas que foram reproduzidas por várias gerações. Compreender o sistema de complexibilidade do imaginário e da própria mentalidade dos antepassados permite o entendimento da sua trajetória e seus entraves sociais, econômicos, políticos e culturais<sup>12</sup>. Assim, foi possível compreender a necessidade do planejamento de todas as etapas da pesquisa, respeitando cada fase e desenvolvimento dos objetivos geral e específicos.

Dessa maneira, as fontes primárias e secundárias aqui discutidas foram essenciais para a compreensão e identificação da realidade cotidiana de Patrocínio do Coité. Ao final, todas as linhas postas anteriormente, desde os reflexos da Modernidade, passando pelos surtos epidêmicos, impulsionado pelas condições climáticas e as mazelas sociais, até o código normativo. Pode-se concluir que tais fatores foram influenciados pelos diversos surtos de doenças epidêmicas, desencadeando a necessidade de viabilização das políticas higienistas e, em contrapartida, sua efetivação gerou gastos econômicos irreparáveis por parte dos governos Municipal e Estadual. Arelado a isso, os cidadãos coiteenses “sofreram” os abalos das transformações sociais, econômicas e urbanísticas que afetaram seu cotidiano, sobretudo, nas

---

<sup>11</sup> TORRES, Octavio. Doente de febre amarela. **Gazeta médica da Bahia**, Salvador (BA), 12 de junho de 1924. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/957/939>. Acesso em 13 de março de 2018.

<sup>38</sup> IBGE. IBGE Memória. **Recenseamentos**. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/>. Acesso em 23 de dezembro de 2018.

<sup>12</sup> ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

relações comportamentais e com o meio ao qual estavam inseridos. Isso, por seu turno, levou ao surgimento de novas concepções e novos padrões de vida, colocando em estado de crise seus costumes e suas crenças.

Assim, esta pesquisa de cunho científico e interdisciplinar surge como um problema a responder, fornecendo subsídios teóricos, metodológicos e abordagens sociais de um povo que na década de 1920 foi assolado pela epidemia do sarampo e em detrimento das crenças culturais sofreu os flagelos da modernidade, os quais foram condicionados pelos Códigos de Posturas, Discursos das Autoridades, Políticas Urbanísticas, Códigos Normativos, Decretos.

Considera-se aqui, a conjuntura atual da COVID-19, que nos espaços acadêmicos tem sido tema de debates e novos olhares que afetam toda a estrutura da sociedade. Apesar de eventos diferentes enquanto terminologia biológica e proporções, ou seja, a diferenciação de epidemia e pandemia, ambos acontecimentos evidenciam como as práticas culturais locais e mundiais da humanidade refletem no surgimento das moléstias, denunciando as estruturas sociais, políticas e econômicas dos povos.

## 2 MEDICINA, SOCIEDADE E REALIDADE BRASILEIRA NO COMEÇO DO SÉCULO XX

Este capítulo tem como objetivo identificar a medicina em paralelo às condições sociais do Brasil nas primeiras décadas de 1900, caracterizando os pensamentos da Medicina Social e o seu processo de influência nas mudanças dos espaços públicos e privados da sociedade. Além disso, pontuam-se também as ligações da *Belle Époque* europeia com os projetos de embelezamentos, limpezas e controle das cidades, mostrando como as cidades brasileiras reagiram a estas políticas de exclusão de hábitos anti-higiênicos.

A base teórica consistiu em produções historiográficas brasileiras no âmbito acadêmico e profissional, as quais construíram conceitos pertinentes acerca das doenças contagiosas ao longo da história e suas nuances como: saúde pública, civilidade, urbanização, classes pobres, epidemias, políticas higienistas e outros conceitos que foram problematizados e usados para o desenvolvimento desta dissertação. Dessa forma, a metodologia adotada teve como partida, uma análise historiográfica, contextualizando o cenário social, político e econômico do Brasil, principalmente da Bahia e Sergipe, no início do século XX. Regiões essas que possuíam relações diretas e indiretas com Patrocínio do Coité. Outro ponto evidenciado aqui foi como se deu a (re)urbanização nas cidades acima no alvorecer da República e seus efeitos no cotidiano dos moradores.

As produções aqui apresentadas pertencem ao campo sociológico, histórico e geográfico, a fim de proporcionar uma abordagem interdisciplinar. Isso significa ter olhares das ciências sociais e humanas sobre uma mesma problemática. Assim, o mapeamento das condições socioeconômicas tanto da Bahia como Sergipe, por meio das produções historiográficas, foi preponderante para a estruturação das perspectivas aqui pensadas e debatidas, dando um resultado qualitativo acerca do objeto de pesquisa, o qual será abordado nos tópicos seguintes.

### 2.1 MEDICINA SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA: INSTRUMENTOS DE CONTROLE DAS PRÁTICAS SOCIAIS

Segundo Meneghel<sup>13</sup>, desde o final do século XVIII, a medicina social na Europa ganhava novos campos de atuação expandindo suas ideologias de modernidade e suas intervenções sobre as cidades, atuando junto aos países com o objetivo de erradicar as

---

<sup>13</sup> MENEGHEL, Stela Nazareth. Medicina social: um instrumento para denúncia. Cadernos IHU, **Ideias**, São Leopoldo, v. 2, n. 15. p. 1-20, 2004.

epidemias que assolavam tanto as vidas quanto as arquiteturas coloniais existentes naquele período. Diante dos diversos problemas sociais que acometiam a região era justificado pelo o crescimento desordenado das cidades e a ineficácia das ações sanitárias, surge a medicina social enquanto mecanismo de controle sobre o cotidiano das cidades, principalmente aquelas regiões onde centravam as movimentações comerciais e econômicas. Conforme os apontamentos do referido historiador:

A medicina social estuda a dinâmica do processo saúde/doença, a relação com a estrutura de atenção médica e com a sociedade, visando à obtenção de níveis máximos possíveis de saúde e bem-estar. Na Europa do século XVIII, a medicina social emergiu, diferenciando-se em três vertentes principais: o sanitarismo inglês, centrado na medicina da força de trabalho; o urbanismo francês, preocupado com a salubridade das cidades; e a polícia médica, que se estruturou na Alemanha, marcada por forte preocupação com o controle sanitário.<sup>14</sup>

Os agentes da medicina social eram verdadeiramente médicos higienistas e desempenhavam diversas funções voltadas às áreas de salubridade das ruas, desinfecções urbanas, fiscalização sobre os grupos marginalizados e degradados, promovendo conforto nos centros urbanos e segurança à saúde pública. Dessa forma, pairavam seus olhares duramente para as prisões, hospitais, cemitérios e quaisquer outros lugares públicos que acumulavam costumes que não atendiam aos princípios de uma sociedade civilizada e moderna<sup>15</sup>. Assim, a medicina social reacende a necessidade de construir um espaço de vivência harmonioso e de desenvolvimento urbano. Para isso, era necessário ir de encontro aos comportamentos anti-higiênicos e seculares da sociedade, condenando os hábitos que tentavam desviar os sujeitos da civilidade.

A medicina biológica, que até então direcionava suas observações especificamente sobre o corpo físico individual, passaria a orientar seus olhares e atuações sobre o corpo social do homem, agregando os saberes da medicina social, que estava em crescimento constante em países como Portugal, Itália e Inglaterra, nas primeiras décadas de 1800. A medicina biológica empreendeu duplo movimento: primeiro, desviaram suas atenções para o corpo do indivíduo, para então focar no corpo social. Já o segundo movimento, buscou entender pelo ângulo da medicina social os motivos que provocavam as manifestações epidêmicas no interior do país<sup>16</sup>. As descobertas da medicina nestes movimentos permitiram a construção de planos de

---

<sup>14</sup> MENEGHEL, Op. Cit., p. 01.

<sup>15</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

<sup>16</sup> PONTE, C. F. (org.). **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC; FIOCRUZ/EPSJV, 2010.

erradicação destas causas, tentando evitar o aparecimento de novas epidemias e o retorno de costumes degradantes para a ciência.

Sobre este viés, tem-se aqui os primeiros conceitos e perspectivas desta pesquisa, ou seja, a importância da medicina social como mecanismo de arcabouço teórico e metodológico da ciência no século XIX, fornecendo respostas à sociedade da época.

Após a consolidação da medicina social como área de investigação pertinente para a manutenção da ordem pública e a sua contribuição para a resolução de questão até então não respondida pela medicina tradicional, a exemplo das relações entre epidemia e o meio social, buscou-se usar suas descobertas para a elaboração de planos políticos na efetivação das leis higienistas.

No Brasil, as transformações que surgiram com a chegada da Família Real exigiram novas estruturas e adaptações aos anseios da corte imperial, a exemplo das condições do higienismo na jovem capital. É por meio desse deslocamento que o Brasil começa a rever seus olhares acerca da ideia de modernidade, através da organização das cidades e sua relação com as questões econômica e social, fazendo florescer discursos que puseram em declínio anos de tradições. Logo, as autoridades brasileiras importaram de Portugal a medicina social para conter as epidemias que assolavam a corte e, dessa forma, criar um mecanismo para eliminar os hábitos insalubres das províncias. “A medicina social nasce no Brasil, portanto, no momento em que a cidade se torna o centro irradiador da ‘civilização’, convertendo-se em instrumento civilizador da sociedade moderna, assim como o direito é da estruturação do Estado-nação”.<sup>17</sup> Baseado nesta perspectiva, designa-se, no Brasil, a medicina social que dialogava com os subsídios europeus do capitalismo e com a modernidade.

A medicina era um mecanismo de controle social e preventivo acerca de determinados descasos de insalubridades que se perpetuavam diariamente no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, por exemplo. De acordo com Machado:

Diante do crescimento da cidade, desorganização e doenças, a Medicina Social se apresenta como o dispositivo capaz de organizar o urbano, tornando-o moderno, e de perpetuar as ideologias capitalistas que se desenvolviam. Isso poderia ser alcançado construindo a cidade como uma unidade, organizando o corpo urbano de forma coerente e homogênea.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> SILVA, Mozart Linhares da. **Do império da lei às grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 136.

<sup>18</sup> MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH / São Paulo**, julho 2011. p. 04.

Um ponto importante é que, durante este processo de implantação da medicina social em solo brasileiro, não foram consideradas as diversas realidades das províncias, impondo ações similares às que foram efetivadas em terras europeias. Automaticamente, as reações das províncias se deram de múltiplas formas, inclusive em conflitos diretos, gerando destruição de patrimônios públicos e mortalidade entre os envolvidos.

Diante das péssimas condições de estruturas médicas e de saúde, nas províncias, sentiam os odores dos mortos dentro dos templos religiosos, além de outras mazelas que corroboram para o declínio da saúde pública. O que não deve ser deixado de lado são as influências que os discursos da medicina exerciam sobre as autoridades locais no período oitocentista. Os médicos higienistas que contestavam as práticas religiosas, como a proibição de sepultamento dentro das igrejas, foram alvo de perseguições por parte dos religiosos e seus ofícios ligados ao diabolismo, pois suas concepções científicas condenavam um costume de teor sagrado dentro da doutrina cristã, especificamente no catolicismo.

Diante disso, fazem-se notórias duas perspectivas importantes: de um lado o ideário científico da medicina social atrelado ao pensamento racional e as ideologias de higiene que acreditavam na proliferação de doenças, quando o corpo entrava em estado de decomposição. Logo, o espaço religioso se tornava propício para o contágio da epidemia. E do outro, a tradição religiosa e cultural dos fiéis católicos que tinham a crença de serem salvos os sepultados em um ambiente divino com a proteção de Deus, prática comum desde a Idade Média.

Esse choque de mentalidades contribuiu para o surgimento da Revolta da Cemiterada, na cidade de Salvador, em 1836. De acordo com Rodrigues:

Na Bahia, por exemplo, a proibição dos enterros nas igrejas em 1836 provocou a Cemiterada, um movimento popular que resultou na destruição de um cemitério construído fora de Salvador. Talvez por causa da Cemiterada baiana, as autoridades urbanas em todo o país houvessem desacelerado as reformas cemiteriais reclamadas pelos higienistas e consignadas em várias leis municipais, provinciais e imperiais<sup>19</sup>.

Durante este episódio, os higienistas usavam diversos meios para persuadir a população sobre o risco de contaminação de doenças que iam desde o contato físico à sensibilidade do olfato. Além disso, havia ainda a publicação nos jornais impressos da época, gerando um ambiente de medo, e, por conseguinte, a mudança nos espaços privados e públicos. A questão

---

<sup>19</sup> RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. p. 14.

que envolvia o ambiente da época era estritamente política e social. Para o historiador baiano Reis:

Os legisladores seguiram os doutores, procurando reordenar o espaço ocupado pelo morto na sociedade, estabelecendo uma nova geografia urbana da relação entre mortos e vivos. Na Bahia esse movimento iria refletir-se em leis municipais, proibindo os enterros nas igrejas e ordenando a construção de cemitérios fora das cidades. A lei provincial que concedia o monopólio dos enterros culminou nesse movimento.<sup>20</sup>

Os participantes da Cemiterada, inclusive o clero católico, lutaram e resistiram para anulação do Decreto de 1850<sup>21</sup> que proibia os sepultamentos nas igrejas, confrontando uma tradição secular de religiosidade.

Desde os primeiros anos de 1800, o Governo Imperial já havia determinado a proibição da prática de enterramento nos templos religiosos, observado na Carta Régia de 1801. Entende-se que este documento e outros que iam de encontro às tradições religiosas, principalmente a ordem da proibição de sepultamentos nas igrejas, não foram cumpridos, visto que anos depois José Reis irá pontuar que as práticas prevaleceram durante todo o período oitocentista. Já que existiam relações de interesses econômicos, uma vez sepultado na Igreja, a família do defunto efetuaria altos pagamentos pela indulgência. Isso significa que o morto teria seus pecados cometidos em terra perdoados pela Igreja Católica. Assim, o clero argumentava que sua alma era concedida à glória eterna.

A abordagem da Revolta da Cemiterada torna-se importante, uma vez que nos permite entender como as observações e intervenções realizadas pelas autoridades médicas sobre o sepultamento nos templos impactaram diretamente no cotidiano religioso da província baiana. Desse modo, gerou-se um período de turbulência entre a Ciência Médica, representada pela medicina social, e as organizações católicas que se convergem a partir de um documento sancionado pelo Estado Imperial. A princípio, tal documento era de caráter político, no entanto, para o cenário da época, entende-se por uma abominação dos costumes das províncias brasileiras, já que era uma prática religiosa, presente não somente na Bahia, mas em outras províncias como Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo.

---

<sup>20</sup> REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 24.

<sup>21</sup> BRASIL. Decreto Imperial nº 583 de 5 de setembro de 1850. Autoriza o Governo para determinar o número, e localidades dos Cemitérios públicos, que convenha estabelecer nos subúrbios do Rio de Janeiro. **Coleção de Leis do Império do Brasil** - 1850, p. 273, v. 1 pt. I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-583-5-setembro-1850-559823-publicacaooriginal-82234-pl.html>. Acesso em: ago. 2021.

Os recursos retóricos usados pelas autoridades higienistas no conflito da Cemiterada eram justificados pela necessidade da preservação da saúde pública. Porém, o pano de fundo das políticas e medidas adotadas pela medicina social e juntas higiênicas do Estado Imperial consistia na viabilização do processo civilizador no período oitocentista, no alvorecer da República. Para isso, fazia-se necessário a abdicação de velhos hábitos por parte da população.<sup>22</sup> Este tema será abordado minuciosamente na seção 4.

Além disso, a respectiva revolta expõe o processo de resistência do povo baiano diante das leis provinciais, pensadas a partir da medicina social instalada na capital, demonstrando as relações instáveis entre as províncias e o Rio de Janeiro (capital). Instabilidade essa que gerava desencontros de informações e contradições na efetivação das leis que regiam o Brasil naquela época.

Perante o exposto, chama a atenção a atuação da medicina social nos conflitos que se desenvolveram tanto na Bahia como no próprio seio da capital brasileira. Haja vista que a ascensão da medicina social na Europa coincidiu com a infestação de práticas insalubres no Brasil, gerando tumultos nas diferentes esferas da sociedade, como evidenciou a Cemiterada na Bahia. Considerando as características e intenções da medicina social no cotidiano das províncias, é preciso levantar inquietações: qual seria a real intencionalidade do Estado Imperial ao recorrer à medicina social para erradicar as epidemias, se desde o princípio a medicina surgiu como um campo de desinfecção dos comportamentos da sociedade europeia que não condizem com tal época? São questões como estas que nos levam a pensar e reafirmar aquilo que Foucault aponta como interesse capitalista, pois a medicina social se apresentava como uma estratégia de manipulação das práticas sociais, criando mecanismo de controle sobre as forças de produções europeias presente nas cidades de Portugal, França e Inglaterra.<sup>23</sup>

Conseqüentemente, o Estado brasileiro, diante de sua aproximação política com Portugal não pensaria diferente, devido às relações políticas e econômicas que tinha com Portugal no Brasil Império. Era hora de trazer ao solo brasileiro uma estratégia que fosse capaz de controlar, para além das doenças, as práticas sociais dos sujeitos. Dispositivo este que, disseminado entre as pessoas, não gerava conflitos internos no país e não intervisse no funcionamento econômico do Brasil. Assim, a medicina social se enquadra como este dispositivo, pois acreditava que, ligado ao princípio da saúde do corpo, automaticamente, a vida e as reações da população seriam amenizadas.

---

<sup>22</sup> ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

<sup>23</sup> FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Clínica**. 2° ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1980.

Sendo assim, tentativas de consolidação das concepções da medicina social no Brasil atreladas à “preservação da vida” influenciaram e evidenciaram as relações de fragilidades que já existiam entre a corte e as províncias, a ruptura entre Estado e Igreja, dado que, a medicina social criticava severamente a postura e as práticas da Igreja Católica, esta, por sua vez, a religião oficial do Estado. Dentre os estudos inovadores que surgiram mediante a representação da medicina social, estava o de Foucault, o qual analisava as epidemias a partir de um ângulo interdisciplinar entre os olhares da Antropologia, Sociologia, História e Geografia.

Nessa compreensão da medicina social, Michel Foucault foi um dos pioneiros a desenvolver pesquisas que influenciaram no mapeamento de estudos que tinham como abordagem central a medicina frente ao andamento dos princípios do sistema capitalista. A sua abordagem sobre o processo civilizatório dos espaços públicos e dos corpos, por exemplo, possibilitou a construção de novos conceitos e interpretações sobre as epidemias, como retratado no trecho a seguir:

A epidemia é mais do que uma forma particular de doença; e, no século XVIII, um modo autônomo, coerente e suficiente de ver a doença: «Dar-se o nome de doenças epidêmicas a todas aquelas que atacam ao mesmo tempo, e com características imutáveis, grande número de pessoas». Não há, portanto, diferenças de natureza ou de espécie entre uma doença individual e um fenômeno epidêmico; basta que uma afecção à esporádica se reproduza algumas vezes e simultaneamente para que haja epidemia.<sup>24</sup>

Desse modo, Foucault, além de estabelecer a relação entre doença e epidemia, destaca a divergência entre ambas. Nessa análise, entende-se que para ser definido como epidemia tem que se manifestar de modo simultâneo, atacando os indivíduos ao mesmo tempo, podendo ser em espaços diferentes. Assim, as observações elencadas por Foucault permitem o acesso ao conhecimento de como ocorre o fenômeno das doenças epidêmicas.

Diante disso, os médicos, pesquisadores e higienistas exerceram importantes papéis na erradicação de doenças epidêmicas ao longo da história e na criação de teorias que tentavam explicar o surgimento das epidemias e suas relações com as práticas do sujeito. As intervenções urbanas pelas autoridades da saúde incorporaram no século XIX e XX abordagens da teoria miasmática. Neste sentido, a teoria miasmática tinha uma análise para além dos fatores biológicos da medicina tradicional, haja vista que as discussões e debates produzidos por profissionais deste campo colocavam em pauta a relação do sujeito com as práticas de

---

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Clínica**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1980. p. 24.

insalubridades. De acordo com Mastromauro, a teoria miasmática tinha sua formação voltada para um olhar social e científico.

A teoria Miasmática consiste basicamente em limpar o espaço urbano, desinfetar, praticar uma higiene “desodorizante” que tenta proteger o ar das emanções e fedores provenientes das coisas. O miasma podia estar presente em tudo: multidões, excrementos humanos e animais, solos úmidos, pântanos, habitações mal construídas, cadáveres, hospitais, gente doente, doenças, água suja e etc.<sup>25</sup>

Baseado na análise supracitada, a teoria miasmática logo ocuparia um lugar de destaque frente às observações dos pesquisadores da época ao oferecer a tais sujeitos novas análises de compreensão sobre os surtos epidêmicos e também método de erradicação. A questão da interpretação sobre a teoria era um problema desafiador, pois era preciso, antes de tudo, entender o modo de contágio, para então transformar o saber científico existente em métodos, remédios e prevenção no combate à moléstia.

Retornando à década de 1850, enquanto a medicina buscava soluções, a epidemia de cólera sucumbiu às vidas. A cólera se faz presente em vários momentos no Império, como na década de 1850 e 1870, porém, neste último recorte, com menos gravidade, comparado aos dados apresentados.<sup>26</sup>

Aos poucos, o debate que tinha um teor religioso associado ao castigo divino agregou novas observações e descobertas da medicina social. De um lado, os leigos tradicionais que defendiam o aparecimento da epidemia a partir do descontentamento do diabo diante das ações do homem.

Durante todo o período epidêmico também não faltaram as orações para São Sebastião, o protetor contra a peste, e textos onde a doença aparecia como um castigo divino enviado contra a humanidade descrente ou pecadora, reproduzindo um temor secular que sempre assaltava os homens nas calamidades.<sup>27</sup>

Do outro, higienistas que se debruçaram em analisar as moléstias e suas interações sociais com o meio. O ambiente que até então era de inquietações foi sendo preenchido com

---

<sup>25</sup> MASTROMAURO, Giovana Carla. Surtos epidêmicos, miasmática e teoria bacteriológica: instrumento de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh**, São Paulo, jul. 2011. p. 03.

<sup>26</sup> DAVID, Onildo Reis. **Inimigo Invisível: a epidemia da cólera na Bahia em 1855-56**. 1993. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 1993.

<sup>27</sup> BERTUCCI-MARTINS, Liane Maria. Memória que educa: epidemias do final do século XIX e início do XX. **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 75-89, 2005. p. 85.

respostas científicas desde o surgimento de doenças contagiosas até as suas sequelas sociais e biológicas, respostas essas promovidas pela Medicina Social e também pelo aproveitamento da Medicina Biológica.

Com a proclamação da República em 1889 e, conseqüentemente, o processo de laicização, as províncias que foram elevadas a estados brasileiros passando a desenvolver autonomia em áreas que, até então, eram objeto de pertença do clero, ou pela administração política necessitavam a intervenção da Capital do Império<sup>28</sup>. Isso representou o início de um novo tempo marcado pela necessidade de novas estruturas sociais, políticas e administrativas.

Consolidada no Brasil Império, a visão da medicina social teria grande espaço no sistema republicano. Segundo Terra, “A medicina social e seus profissionais médicos eram chamados pelo ideal de progresso, representado na imagem da ciência, a assumir um papel social diferente daquele engendrado anteriormente.”<sup>29</sup> Dessa forma, a medicina social foi ressignificando suas estruturas através de novos estudos produzidos nos países europeus em paralelo ao avanço da ciência, atendendo aos anseios da República brasileira, agregando o conceito de saúde pública dentro de seus projetos e intervenções.

Todavia, apesar do importante avanço, no período de transição entre o século XIX para o XX, as condições sanitárias do Brasil ainda eram motivo de preocupação. Mesmo com tamanha intervenção da medicina social, o país ainda vivia à beira de um colapso sanitário.

Contextualizando os estados de Bahia e Sergipe, e considerando a sua relação com Patrocínio do Coité, notam-se as condições sanitárias de ambos nas primeiras décadas de 1900, frente às contradições de um projeto modernizador, sendo uma representatividade da medicina social. As condições sanitárias das cidades baianas e sergipanas no século XX retratavam uma fase de insalubridade e defasagem das políticas higienistas existentes. Diante disso, apontamos o centro metropolitano próximo a Patrocínio do Coité: Aracaju, cidade de fortes relações comerciais e econômicas na década de 1920. Todavia, não atendiam aos parâmetros básicos de saneamento, visto na rede de esgoto, corroborando para o foco de doenças, sendo os corpos marginalizados e seus casebres que sentiam as conseqüências das doenças, principalmente, no período de chuvas que alagaram ruas, bairros e avenidas.

Com ruas estreitas, sem iluminação pública e sem qualquer outro mecanismo ligado ao saneamento básico, Aracaju estava longe de ser referência de urbanização no Nordeste. De

---

<sup>28</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

<sup>29</sup> TERRA, L. M. Medicina e nação: aspectos da formação das Ciências Sociais no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16, 2013, Salvador. **Anais**. Salvador: Sociedade Brasileira de Sociologia, p.1-23, 2013. p. 10.

acordo com Souza<sup>30</sup>, a desordem social em Aracaju era um dos empecilhos para a efetivação de uma sociedade modernizada. Antes de tudo, necessitava combater os surtos epidêmicos da capital para então pôr em prática o projeto inovador de mudança.

Outro problema que afetava o Estado e que, devido à aproximação territorial, refletia em solo baiano era a propagação da febre amarela. Diante do avanço da epidemia em 1919, pelo interior de Sergipe, os meios de comunicações silenciaram a presença da doença como uma forma de tentar amenizar a imagem negativa que o Estado sergipano estava a construir lá fora, haja vista que a febre amarela se somava com outros problemas sociais, como a escassez de infraestrutura, ausência de mobilidade urbana e descasos sociais. Reacendeu, portanto, o fracasso das autoridades locais e a implementação de políticas sanitárias, bem como a fraqueza do Estado no processo de urbanização e acompanhamento da modernidade europeia.

Apesar de todas essas medidas, o quadro sanitário permanecia praticamente inalterado. Não havia aplicação do dinheiro público em grandes campanhas de melhoria do saneamento e combate efetivo das epidemias. Os jornais publicavam o descaso do governo, escancarando o caos existente na capital sergipana.<sup>31</sup>

Em contrapartida, nesta mesma época, o Brasil ainda estava vivenciando os resquícios da gripe espanhola, principalmente as cidades da região sul e centro-sul como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Contudo, os fatos apresentados pelo historiador Souza permitem destacar que o Estado sergipano enfrentava os flagelos da febre amarela. Ao mesmo tempo, durante o processo de análise da fonte do Jornal *O Paladino*, foi constatado diversas notas sobre o avanço da febre amarela pela região sul da Bahia. Nota-se, que havia no Brasil, no final da década de 1910, diversas manifestações epidêmicas, incitando a mortalidade dos sujeitos, bem como o etnocídio das culturas brasileiras causado pela febre amarela, gripe espanhola e outros focos de doenças alastradas pelo interior.

Essa não era a única doença que afetava negativamente o quadro nosográfico da Bahia. Era, contudo, uma enfermidade que irrompia periodicamente nas cidades litorâneas brasileiras, com mortalidade maior entre os estrangeiros e que, portanto, afetava negativamente a circulação de pessoas e de bens nas Américas, em período de desenvolvimento do comércio na região. Sendo assim, passou a ocupar lugar de destaque na agenda de políticos e autoridades

---

<sup>30</sup> SOUSA, Antonio Lindvaldo. O discurso da modernização de Aracaju e as epidemias nas primeiras décadas do Século XX. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 4, n. 8, p. 45-53, abr./out. 2011. p. 05 Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3078/2700>. Acesso em: ago. 2021.

<sup>31</sup> Ibid., p. 05.

sanitárias – interesse movido por pressões políticas e econômicas, nacionais e internacionais.<sup>32</sup>

Considerando as contribuições do trabalho de Batista, a Bahia foi um dos estados que mais sofreu com os flagelos das epidemias. Com uma economia pautada pela produção agrária necessitava da comercialização para com outros estados e países. Todavia, a sua imagem de grande produtor econômico entrava em antagonismo com a precariedade dos municípios e os diversos surtos de febre amarela que assolavam todo o estado, principalmente a região do Recôncavo baiano. Vejamos o cenário da Bahia entre 1910 e 1915, através da dissertação de Rinaldo Cesar Nascimento Leite. Sua pesquisa identifica as estruturas da capital baiana, apontando os movimentos de estratégias do Estado na implantação do projeto remodelador de Salvador, pregando a necessidade de civilizar-se, ao mesmo tempo em que apresenta o ambiente que prevalecia no período. Para Leite:

De um modo geral, se nos distritos centrais se verificava muito lixo, vegetação e poeira, nos bairros e nos arrabaldes, tanto nos mais próximos quanto nos mais afastados, vivia-se o "abandono", como acusavam aqueles que tinham uma noção mais abrangente da cidade, voltando as vistas para tais lugares. Itapagipe, por exemplo, era foco constante de preocupações, inspirando diversas matérias especiais. Lixo, lama, capim e animais (vacas, cabras, burros, sem contar as galinhas) pastando ou vagando pelas ruas e largos davam a tônica do local. Sintetizando, para evitar ser repetitivo, as evidências são de que a imundície grassava, ainda, no Santo Antônio, Lapinha, Barbalho, Tororó, Cabula e outros lugares.<sup>33</sup>

Considerando os apontamentos sanitários realizados por Leite, observa-se que existia em Salvador um movimento composto de hábitos insalubres que colocavam o projeto de modernização em estado de risco. Dessa forma, o autor mencionado acrescenta que esta realidade não era exclusivamente dos bairros centrais e regiões periféricas de Salvador. Era um cenário comum nos municípios que formavam todo o estado. Havia a presença de costumes anti-higiênicos que denunciavam a fragilidade das leis de contenção de tais práticas, como o hábito de jogar lixos em vias de circulação, o acúmulo de resíduos nocivos à saúde em espaços públicos e a criação de animais de pequeno e médio porte como suínos, aves, entre outros no espaço urbano.

---

<sup>32</sup> BATISTA, Ricardo dos Santos; SOUZA, Christiane Maria Cruz de. O curso da epidemia: a Fundação Rockefeller e os surtos de febre amarela na Bahia em 1926. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, n.17, v.30, p. 219-243, 2020. p. 04.

<sup>33</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade de um contexto de modernização urbana – Salvador 1912-1916**. 1996. 162 f. (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1996. p. 105.

A contribuição de Leite se torna válida por várias perspectivas, pois além de mapear as práticas sociais da Bahia no início da República, estabelece as ações do governo local na destituição da população de baixo poder econômico dos centros da cidade, propondo a observação do corpo social e também do corpo físico dos sujeitos. Leite descreve os olhares da elite dominante baiana para com as classes pobres e o não cumprimento das medidas de civilidade por parte dela, as quais são preponderantes para a consolidação do projeto remodelador de Salvador e demais cidades baianas, uma vez que o encabeçamento do projeto de civilização se deu antes de tudo na capital, para então expandir a outros municípios do Estado, formando um padrão de modernidade em toda a Bahia. Este era o projeto inicial.<sup>34</sup>

Os cenários da Bahia e Sergipe eram retratos deste não acompanhamento da modernidade. Assim, estimulava a intervenção das autoridades sobre os espaços públicos por meio da medicina social, impondo sobre os sujeitos encabeçamento de projetos modernistas, os quais passaram a ter maior visibilidade a partir do uso da expressão saúde pública dentro dos ambientes acadêmicos e científicos. Desse modo, a medicina social com uma nova roupagem diferente daquela posta em meados de 1850, alinhou suas ações à ideia de preservação à saúde pública, a fim de atingir a efetivação da desinfecção dos espaços públicos, como a exclusão das classes pobres dos centros das cidades, denunciando as práticas sociais e, por conseguinte, o surgimento de novas mentalidades que dialogasse com as ramificações da modernidade europeia.

Patrocínio do Coité, município que pertencia a Bahia, também experimentou estes planos de modernização vistos na aprovação de leis e decretos, sendo um reflexo do projeto de civilização que estava ocorrendo nas capitais baiana e sergipana.

Através das abordagens discutidas acima, verificou-se o surgimento da medicina social na Europa e a sua evolução análoga às condições sociais do Brasil. Assim, a medicina propôs novas formas de sentir, pensar e agir. Combatia com ações e críticas, práticas sociais anticivilizadoras que reprimiam o avanço da modernidade pelo interior, desde as províncias, no período Imperial até os municípios, no sistema republicano.

O avanço da medicina social sobre os espaços acadêmicos estimulou uma nova era da medicina biológica, contribuindo para a construção e encabeçamento de projetos alinhados à saúde pública. Termos ideológicos e políticos surgiram para designar a atuação do Estado mediante as políticas higienistas sobre a população brasileira, impactando no modo de vida das

---

<sup>34</sup> LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se**: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade de um contexto de modernização urbana – salvador 1912-1916. 1996. 162 f. (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1996.

peças e representando o início de um novo tempo com novas mentalidades e a abominação das classes menos favorecidas. Assim, a medicina social se fez valer do seu objetivo inicial, um instrumento de controle e limpeza dos mais diferentes espaços de interesses coletivo e individual.

## 2.2 NO ALVORECER DA REPÚBLICA: (RE)URBANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL

Novos tempos exigiam novas formas de organização social dos sujeitos em sociedade. As políticas existentes, assim como tinha ocorrido na década 1850, estavam desgastadas e o cenário político-econômico estava alinhado ao apogeu da imigração, com novos elementos administrativos. As relações que os sujeitos estabeleciam com o meio fortaleciam a imagem de um Brasil em desordem, contraditório e desigual.

As transformações que vinham sendo implantadas no Brasil eram reflexos de um contexto de desenvolvimento social dos países do Ocidente, especificamente da Europa e, esta fase de ascensão social e econômica dos países europeus recebeu o nome de *Belle Époque*, tendo como principal ponto impulsionador o sistema capitalista.

A *Belle Époque* foi o período de crescimento econômico dos países europeus que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Entre as décadas de 1870 a 1910, os países europeus desfrutavam de um intenso avanço da ciência, automaticamente, a sociedade desfrutava desse ambiente de prosperidade.<sup>35</sup> A tecnologia logo tornaria o cotidiano dos homens ocidentais no segmento da comunicação, diminuindo a distância entre culturas e, assim, renovando o ambiente o qual estavam inseridos.

O otimismo da ciência, diante da evidente contribuição para a sociedade, fez com que os sujeitos criassem um sentimento de confiança e os reflexos passaram a ser vistos nas políticas de saneamento básico, na renovação dos saberes do ideário higienista e no surgimento de novas mentalidades. Na *Belle Époque*, Paris já não era mais a mesma, o ar de paz e otimismo alcançou o seu apogeu, corroborando para que a França se tornasse um referencial, ou melhor, um arquétipo de sociedade para o mundo.<sup>36</sup> Assim, é preciso apontar algumas questões de como se deu este processo, a partir da contribuição do modelo capitalista, questões estas pontuadas nas linhas que se seguem.

---

<sup>35</sup> SEVCENKO, Nicolau (org.). **A História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.

<sup>36</sup> Ibid., 1999.

Durante a primeira metade do século XX, a sociedade europeia experimentou um amplo movimento de industrialização, intensificando para o avanço da tecnociência sobre os setores da política, transportes, meios de comunicação e bens de consumo. Deste modo, o desenvolvimento dos espaços industriais, seja na produção em larga escala ou na mecanização do trabalho, que até então era manufaturado ou feito à mão, estimularam a necessidade de novos comportamentos que pudessem atender ao ambiente do progresso frenético. Contribuíam para a formação de grandes polos industriais munidos de inovações tecnológicas, transformando matérias-primas em bens de consumo, como vestimentas e alimentação <sup>37</sup>.

O modelo capitalista foi o principal elemento precursor da *Belle Époque*, visto na livre concorrência do comércio, ou seja, abertura de novos pontos comerciais e fabris, intensificação do lucro e alta produtividade nas fábricas. Este era o ambiente tônico que o sistema capitalista consolidou, um modelo de sociedade civilizada frente à nova era do avanço tecnológico, onde os sujeitos eram estimulados diariamente para o consumo em massa, um verdadeiro ambiente de lucratividade maquiado por um projeto de otimismo e prosperidade, alinhado à necessidade de civilizar-se ao novo tempo da modernidade.

Por conseguinte, pela lei da oferta e da procura, as cidades passaram a receber fluxo de imigrantes e migrantes de diversos locais<sup>38</sup>. Pois visavam a Europa como o berço do desenvolvimento social, acreditando que nas terras da Inglaterra, Estados Unidos ou França, poderiam concretizar seus anseios pessoais de melhores condições de vida, diferente da realidade de seus países de origem. Contudo, este movimento de chegada sobre as cidades influenciou para a desordem dos centros urbanos e outros problemas sociais como: aglomeração de construções, circulação de vários costumes insalubres que afrontaram as políticas sanitárias existentes. A imigração nesta época estava sendo impulsionada pelo crescimento das indústrias, como destaca Frieden:

A imigração internacional também disparou. Milhares de pessoas tomaram conhecimento das dinâmicas regiões do Novo Mundo, assim como de outros lugares, e deixaram as cidades pobres da Europa e da Ásia. Na primeira década do século, a emigração atingiu 3% da população da Grã-Bretanha, Itália e Suécia, 5% dos cidadãos espanhóis e 7% dos portugueses. Do lado receptor, os imigrantes nessa década formavam 6% da população norte-americana, 13% da canadense e surpreendentemente 43% da população Argentina. Às

---

<sup>37</sup> BLOM, Philipp. **Anos vertiginosos: mudança de cultura no Ocidente – 1900-1914**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2015.

<sup>38</sup> BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

vésperas da Primeira Guerra Mundial, grandes parcelas dos habitantes das economias que mais cresciam eram formadas por imigrantes.<sup>39</sup>

Para contenção, aumentou-se literalmente o custo de vida dos centros urbanos, excluindo para as zonas periféricas a classe trabalhadora e grupos mal vistos aos olhos da elite dominante europeia, a exemplo dos imigrantes de países pobres, degradados e outros marginalizados. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o sistema capitalista criava possibilidades para a ampliação das grandes fábricas e alta produtividade, potencializava também a desigualdade social, distanciando a população menos favorecida da acessibilidade das estruturas sanitárias. Campo em crescimento contínuo nos centros urbanos das cidades europeias. Além de que, os benefícios obtidos pelos avanços não eram distribuídos de forma proporcional.

Neste período de ascensão da *Belle Époque* e do capitalismo liberal na Europa, principalmente nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, o Brasil ainda apresentava adjetivações imperiais nos segmentos econômicos, políticos e sociais. Enquanto os países europeus desfrutavam dos benefícios lucrativos da matéria prima importada do Brasil. De acordo com Frieden:

No Brasil, após a abolição da escravatura, em 1888, os cafeicultores estavam tão desesperados por trabalhadores que convenceram os governos local e nacional a oferecer passagens de graça a europeus que quisessem vir trabalhar no país. Nos 20 anos que se seguiram, cerca de três milhões de europeus foram para o sul do Brasil, remodelando a economia e a estrutura social desses lugares<sup>40</sup>.

É pertinente salientar que a economia foi potencializada pelas inovações tecnológicas, aumentando consideravelmente a produtividade dos países e o ar de autoestima dos países europeus. Era possível vislumbrar as mudanças no cenário francês em diversos segmentos da sociedade: cinema, ramo automotivo, telecomunicação, setor mobiliário e artístico e substituição da lamparina pela elétrica. Todo este ambiente de apuro estético e material levou os demais países a refletirem sobre suas organizações sociais e estruturas econômicas, vislumbrando por meio da França a construção de uma sociedade baseada nos preceitos da civilidade.

O dualismo entre a França, Itália, Alemanha, Reino Unido e os demais países era tangente. Havia ali a existência de dois mundos, o mundo real em que se encaixava a realidade

---

<sup>39</sup> FRIEDEN, Jeffrey A. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008. p. 28.

<sup>40</sup> Ibid., p. 54.

dos países que desfrutavam dos anseios da modernidade, e o mundo das ideias, sendo que este caracteriza os países que importavam concepções, expectativas e planos dos países centrais da *Belle Époque*, vendo este momento como uma importante saída do estado de atraso social, tentando aplicar tais projetos modernistas em suas nações.

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.<sup>41</sup>

A partir daqui entenderemos como o processo da *Belle Époque*, ou seja, a Bela Época transcende ao Brasil na tomada de decisão sobre os aspectos urbanísticos, arquitetônicos e modernistas das cidades brasileiras. Dessa forma, as práticas sociais dos indivíduos passaram a ser alvo desta nova forma de ver e apreciar o mundo, principalmente as regiões que mantinham fortes relações comerciais com o exterior.

A realidade brasileira tanto na área econômica, quanto na social e política não condizem com o que tais projetos necessitavam. Uma economia baseada em latifúndios, uma política marcada pelas fortes relações oligárquicas e coronelistas e, no cenário social, reportava o período imperial escravocrata. Essa era a conjuntura do Brasil nas primeiras décadas da República, período este, que correspondia à ascensão da *Belle Époque* na Europa. Mesmo diante das diferentes realidades entre Brasil e países da Europa, exemplo a França, foi possível identificar as tentativas de inserção das políticas e projetos europeus em solo brasileiro por parte do governo brasileiro, caracterizando o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) com o processo da urbanização que gerou conflitos internos ou pelas exigências do Estado para a construção de novos modelos arquitetônicos, estes incumbidos pelo embelezamento das cidades.

A arquitetura moderna na década de 1910 se caracterizou pela busca de novos apuros estéticos nas cidades, substituindo aos poucos, as adjetivações da arquitetura tradicional. O processo de transformação começa quando os movimentos arquitetônicos europeus incorporam na sua identidade a técnica visual de outros ramos do conhecimento, como das Artes. Diante da insatisfação e descontentamento se propuseram a reavaliar as imagens das cidades pós-liberais, corroborando para o incentivo das primeiras construções públicas modernas.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984, p. 3.

<sup>42</sup> BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

Essa associação entre a arquitetura e a artes visuais, mais tarde, traria pontos de debates até então não questionados em massa pelas autoridades locais e do governo. Assim, passaram a mapear as cidades, planejar e criar esboços de uma arquitetura ideal, desprezando a velha arquitetura que simbolizava atraso social e econômico. Para Benevolo, “os artistas, encarregados de apresentar e de corrigir a imagem da cidade pós-liberal, são os primeiros a reagir contra a feiura: criticam o cenário que veem à sua volta, e começam a atacar os mecanismos que o produzem”.<sup>43</sup> Os argumentos usados pelo movimento de mudança arquitetônico estavam alinhados à ideia de conforto, beleza e limpeza dos espaços públicos, estes sendo desconfigurados pelos velhos hábitos coloniais. A vida nos centros urbanos era caótica:

A rua-corredor, com as calçadas para os pedestres e o asfalto onde se misturam todos os tipos de veículos, deve ser substituída por um sistema de percursos separados para os pedestres, as bicicletas, os veículos lentos e os veículos velozes, traçados livremente no espaço contínuo da cidade-parque. Esta nova estrutura pretende superar o antigo dualismo entre a cidade e campo, e seu corolário mais recente, isto é, a apropriação privada do território urbano, para daí tirar uma fonte de renda.<sup>44</sup>

O pano de fundo aqui estava na aliança entre o princípio da modernidade e a teoria da higiene. Uma maneira de erradicar práticas culturais que já não eram bem-vistas pelas autoridades higienistas da época e a exclusão das “classes pobres” dos centros das cidades brasileiras, principalmente regiões que tinham fortes relações comerciais com países europeus. O dualismo entre elementos do campo e centros urbanos corroboram para a construção de uma identidade de um povo pautada na desordem e em hábitos que reportavam atraso social e econômico.

O historiador Sidney Chalhoub<sup>45</sup> expressa o dualismo com termo “classe pobre”, representando os indivíduos que não se encaixavam dentro dos padrões econômicos da sociedade brasileira, nas primeiras décadas do Pós-abolição e formavam majoritariamente a população brasileira, condicionada à marginalização ao longo da história. No período entre 1900 a 1920, este público se tornou objeto dos discursos ligados à saúde pública, motivados pelos comportamentos sociais e culturais que tinha em sociedade. Dessa forma, seus corpos e suas habitações eram destaques frequentes nos meios de comunicação da época. Tudo isso faz sentido quando se analisa a manutenção da ordem pública no viés das habitações populares.

---

<sup>43</sup> BENEVOLO, op. cit, p. 615.

<sup>44</sup> Ibid., p. 631

<sup>45</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

As críticas, até então predominantemente voltadas para o espaço público e o espaço privado externo das construções, avançaram pelo interior das moradias, especialmente a dos pobres, denunciando a péssima qualidade dos materiais com que eram construídas, a sujeira, a falta de ar e luz e suas pequenas dimensões frente ao grande número de habitantes. Assim, os hábitos dos moradores, suas características, as atividades com que se envolviam, misturaram-se com suas habitações, passando a fazer parte das críticas e alvo também das tentativas de controle organizadas pelo Poder Público.<sup>46</sup>

Nos anos iniciais do Pós-abolição havia uma forte tendência dos ex-escravizados pela procura das grandes cidades, este movimento era estimulado pela busca de melhores condições de vida e de sobrevivência. Os cortiços eram os espaços mais buscados para a moradia. Primeiro por se tratar de ambientes que não exigiam alto poder econômico, pois se tratavam de espaços populares e localizados nos centros das cidades, sendo próximos das fábricas e outros espaços de trabalho. Chegavam às cidades não eram somente libertos; tinham também os imigrantes, famílias e outros grupos sociais que não tinham condições financeiras para obterem ou alugarem um domicílio aprovado pelos olhares da elite da época.

Por outro lado, representavam para o Estado um grande empecilho para o desenvolvimento econômico e social do país, uma vez que seus comportamentos em público e de forma privada eram alvos constantes da medicina social e suas ramificações. É pertinente salientar a intrínseca relação dos dispositivos do poder público com as autoridades ligado à ciência “A aliança entre o Estado e a medicina apoiava-se num processo difuso em que ambas as partes se beneficiavam.”<sup>47</sup> Sobre as palavras de Ponte, entendemos que o interesse entre ambos ia além do bem-estar da sociedade, agregando relações de poder nos projetos da saúde pública e conceitos que tentavam a viabilização de acompanhamento da modernidade. Essa união foi evidenciada nos conflitos urbanísticos, como se observará nas próximas linhas.

O conflito entre as moradias coletivas e as autoridades higienistas atingiu os setores da sociedade. Dessa maneira, as habitações foram alvo constante de fiscalização e inspeção pelas juntas higienistas de saúde. Moura complementa que as denúncias eram, na verdade, uma forma de coibir o avanço da classe pobre para os centros da cidade: porém, usavam o discurso da proliferação de doenças contagiosas para o convencimento da retirada e despejo da classe.

O principal objetivo dos discursos era levar à sociedade e às autoridades o conhecimento das péssimas condições de salubridade no interior das habitações. Os inspetores relataram

---

<sup>46</sup> MOURA, R. M. G. R. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950)**: entre políticas públicas e investimentos privados. 2006. 148 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 53-54.

<sup>47</sup> PONTE, C. F. (org.). **Na corda bamba de sombrinha**: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC; FIOCRUZ/EPSJV, 2010. p. 54.

poucas luminosidades, ausência de ventilação, além de pouco espaço, onde um sujeito poderia estar contaminado, e este transmitir com facilidade para todos os membros da casa, pois a tuberculose, principal doença que provocaria milhares de óbitos entre o século XIX e início do século XX, poderia permanecer por horas no ar da casa, ao ser expulsa do corpo humano através da tosse.

Ponte afirma que “As ruas estreitas e de casario aglomerado das cidades de então, eram vistas pelos sanitaristas da época como focos de doenças e campos férteis para a propagação de epidemias”.<sup>48</sup> Nesse sentido, tendo as políticas higienistas justificadas, um número alto de habitações era fechado todos os anos, e seus moradores eram despejados e expulsos, em prol do progresso e desenvolvimento do país.<sup>49</sup> Conforme apurou Gill que realizou pesquisa, evidenciando a representação dos cortiços, com recorte espacial do Rio Grande Sul.

Sidney Chalhoub aponta que na capital do Brasil em 1905, Rio de Janeiro, também não seria diferente as intervenções do Estado e dos tendenciosos meios de comunicação como o jornal impresso e o rádio os quais circulavam nas ruas da cidade. Destaca os cortiços como uma ameaça à economia do país, ou seja, não era apenas uma questão de saúde pública, mas um projeto ambicioso que almejava, por fim, os costumes não vistos pela ciência da época. A retirada dos cortiços dos centros da cidade proporciona os ares da modernidade e domínio do Estado sobre esta localidade comercial.

Nesse contexto de inquietações, floresceram as premissas do dilema da higiene:

O controle sobre o pobre e a habitação popular se baseava na crença generalizada de que a “casa imunda” e o cortiço eram os focos de origem dos surtos epidêmicos e dos vícios. A vida miserável, a falta de hábitos de higiene corporal e a imundície de sua casa eram sinais de que o proletariado não tinha condições de gerir sua vida, sendo necessária a intervenção redentora dos especialistas.<sup>50</sup>

A ideologia higienista foi construída sob a necessidade de um cenário social para o Brasil baseado em palavras de ordem, progresso, limpeza, beleza e, sobretudo, civilidade. As expectativas das autoridades frustraram-se ao se depararem com os movimentos de resistência que surgiram nos cortiços. As condições reais não tinham sido levadas em consideração na

---

<sup>48</sup> PONTE, C. F. (org.). **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC; FIOCRUZ/EPSJV, 2010. p. 55.

<sup>49</sup> GILL, L. A. **O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930**. Pelotas: EDUCAT. 2007.

<sup>50</sup> MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH / São Paulo**, julho 2011, p. 12.

construção das políticas de urbanização, ao mesmo tempo do contexto de uma economia com raízes escravocratas e uma política oligárquica da jovem república.

Ao retratar as constantes intervenções do Estado em um dos maiores cortiços do Rio de Janeiro, conhecido na época como Cabeça de Porco, o historiador Sidney Chalhoub<sup>51</sup> aponta, nos últimos anos do Império, a existência de um cortiço da cidade do Rio de Janeiro.

A Proclamação da República, em 1889, acelera a viabilização das transformações urbanísticas na capital carioca e o aglomerado de cortiços se torna uma preocupação iminente para a elite carioca pois, representava a barbárie que impedia a formação pretensiosa da civilização no Brasil.

Médicos higienistas, autoridades locais, imprensa carioca e tantos outros segmentos da sociedade defendiam incansavelmente a destruição do cortiço e o despejo das famílias:

Os executores se representam a si mesmos como heróis redentores, cuja energia implacável esconjura a ameaça que pesa sobre o mundo. O preço a ser pago pela sua bravura é o peso do seu predomínio. A cor das bandeiras dos heróis é a mais variada, só o tom do sangue de suas vítimas permanece o mesmo ao longo da história.<sup>52</sup>

As investidas das inspeções e autoridades consistiam na demolição urgentemente do cortiço, mas não era somente à destruição em si. Era, na verdade, uma festa de inauguração a uma nova era da urbanização carioca, momento espetacular que foi registrado nos meios de comunicação da época, pois, na visão da elite, a demolição significava uma vitória sobre as classes pobres.

Segundo Sevcenko<sup>53</sup>, nestes espaços coletivos, baseados nos olhos da elite, era local de moradia da febre amarela, atraso, disseminação da barbárie. Uma recordação do período Imperial que deveria ser apagada. Logo, um inimigo do desenvolvimento do país. Para tanto, a população dos cortiços se dispersou para as periferias, formavam-se ali as primeiras favelas da capital brasileira. Os despejados, após expulsos de suas moradias, não tinham escolha, a não ser edificar pequenas moradias em área de risco, em torno dos centros urbanos, haja vista que os mesmos necessitam dos deslocamentos até as fábricas e outros espaços de trabalho.

*O Projeto Bota Abaixo*, orquestrado pelo prefeito Pereira Passos, surtia os primeiros efeitos. Além da demolição do cortiço Cabeça de Porco, foram registradas diversas outras

---

<sup>51</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>52</sup> SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. Coleção Tudo é História. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. p. 3.

<sup>53</sup> Ibid.

destruições; porém, suas verdadeiras intenções não eram somente modificar as estruturas da cidade, mas deslocar as classes pobres que residiam nas zonas urbanas do Rio de Janeiro.

O dilema de Pereira Passos era claro:

Era preciso criar uma capital, que simbolizasse a integração efetiva do País na divisão internacional do trabalho como grande produtor de café; que expressasse os valores cosmopolitas e modernos das elites nacionais. A “modernização” da economia urbana não condizia com uma área central ainda tipicamente colonial, com suas ruas estreitas e sombrias, onde se misturavam usos e classes sociais diversos; onde o capitalista se misturava com o operário, onde os edifícios públicos e empresariais eram vizinhos dos cortiços. Não condizia também com a ausência das obras suntuosas que proporcionavam status à rival platina. Era preciso acabar com a imagem de que o Rio era sinônimo de epidemias, de insalubridade, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do novo Brasil.<sup>54</sup>

Considerando tal declaração, notam-se duas perspectivas. Por um lado, o governo de Pereira Passos representou o início da modernização. Por outro, levou a um enquadramento social da população ligada às classes pobres instigando-a à marginalização naquele período.

O historiador Maurício de Almeida Abreu acrescenta que era necessário construir um arquétipo de modernidade no país, para que outros países pudessem estabelecer relações comerciais com o Brasil. Na mesma linha de reflexão, a historiadora Carla Guedes afirma: “O Brasil se via frente ao desafio de promover medidas capazes de alterar suas condições de saúde e de acabar com as epidemias, tendo em vista defender a vida de seus habitantes e a economia do país”<sup>55</sup>.

Em 29 de junho de 1904, o governo do Rio de Janeiro enviou ao senado o projeto de lei que decretava a obrigatoriedade da vacina contra a varíola. Motivo esse que eclodiu no Rio, um conflito sanitário e popular que ficaria conhecido como a Revolta da Vacina. Nomeado por Pereira Passos, o médico e sanitarista Oswaldo Cruz tinha a responsabilidade de propor medidas para a contenção das doenças epidêmicas que assolavam o Rio de Janeiro. O resultado levou a conflitos internos, como a reação da população carioca, bem como a um embate político, uma vez que se tornaria uma disputa política para desestabilizar o então presidente da época, Rodrigues Alves<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> ABREU, M. A. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, p. 210-234, maio-ago., 2003. p. 220.

<sup>55</sup> GUEDES, Carla Ribeiro. A Saúde Pública no início do século XX no Rio de Janeiro: intervenções de Oswaldo Cruz. In: PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manuel Marques (Org.). **A Belle Époque Brasileira**. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012. p. 66.

<sup>56</sup> SEVCENKO, Op. Cit., 1984.

A obrigatoriedade da vacina ocasionou protestos, conflitos diretos e vítimas fatais. A questão que deve ser levada em consideração consiste em entender o projeto ambicioso de Pereira Passos e suas políticas higienistas. Projetos estes que logo seriam adotados por cidades nordestinas, onde despertou o interesse das autoridades higienistas daquelas cidades sobre a necessidade de atender ao modelo de cidade civilizada, justamente o modelo que as reformas de Pereira almejavam.

O Rio de Janeiro da Belle Époque, a então capital da recém-fundada república brasileira, foi uma das cidades latino-americanas onde a elite dirigente melhor incorporou a urbanização como uma necessidade urgente de uma sociedade que precisava “civilizar-se”. As reformas, que em poucos anos redefiniram funções para as áreas centrais da cidade, criaram condições para um novo ordenamento espacial com o surgimento de novas zonas de elite na parte sul da cidade.<sup>57</sup>

Embasado na ideia central de Souza, as transformações ocorreriam em vários âmbitos da sociedade, seja mediante às mudanças arquitetônicas ou pela modificação da rotina do ser humano. Os ideais da modernidade iam além de uma questão de saúde pública como pano de fundo e, aos poucos, tornou-se evidente a viabilização do processo civilizador e o declínio de comportamentos que não condizem com esse modelo de civilização o qual representava ordem, progresso e desenvolvimento.

No Brasil, em pleno contexto da década de 1920, após o fim da Primeira Guerra Mundial, abre-se uma série de debates acerca da (re)urbanização, em razão das consequências sociais e urbanísticas ocasionadas pelo próprio conflito da Primeira Guerra Mundial. Nessa conjuntura, os setores da sociedade buscaram novos olhares arquitetônicos sobre o seu local de trabalho e convivência diária. Mediante às transformações frequentes, órgãos administrativos e vários segmentos do Estado tiveram iniciativas, acompanhando a modernidade europeia, implantada pelos governos municipais, via projetos, a exemplo da consolidação da ordem nas cidades brasileiras.

Os projetos higienistas refletiam na mudança de costumes socioculturais e na saúde pública, além de ser mais uma forma de denunciar a insalubridade das ruas e as condições anti-higiênicas de diversos espaços como escolas, hospitais, hospícios, cemitério, entre outros.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> SOUZA, F. Gralha de. **A Belle Époque carioca**: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920). 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008. p.69-70. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF\\_af6013da318fd989e75226a64f4ac2f9](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF_af6013da318fd989e75226a64f4ac2f9). Acesso em: 3 fev. 2021.

<sup>58</sup> BARROSO, Elaine Aparecida Laier. As políticas de saúde pública em Juiz de Fora em fins do século XIX – as elites e os subalternos nas tramas do sanitarismo. **Anpuh- XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.

A aprovação de determinadas políticas envolvia um conjunto de interesses, debates, discussões locais e também nacionais, pois a estrutura política do Brasil, com olhar especial para o nordeste agrário, estava submissa às práticas coronelistas e oligárquicas que prevaleciam sobre as cidades do interior, principalmente do Nordeste brasileiro.

Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.<sup>59</sup>

Dessa forma, a efetivação das políticas higienistas dependia das alianças entre os coronéis e autoridades regionais, enquanto os discursos utilizados pelo ideário científico representavam, frente à velha política, mudanças nas estruturas das cidades que pudessem atender aos anseios da modernização. Assim, as novas construções nos espaços públicos recairiam por meios gastos e custeio sobre as autoridades políticas municipais, estaduais e nacionais. Envolveriam toda uma estrutura de interesses e poder, indo de encontro às práticas de subordinação, ato comum durante a primeira década de 1910. Assim, a política enquanto relação de poder promovia mecanismos que coíbiam o avanço da urbanização para as cidades de pequeno porte, uma vez que estas localidades eram currais eleitorais, uma verdadeira fonte de interesses pessoais e poder.

A abertura de novas ruas e avenidas, iluminação, construção de cemitérios extramuros, saneamento básico e novos apuros estéticos eram as primeiras evidências do ressurgimento da urbanização no Brasil. Lima nos conta:

Desde a segunda metade do século XIX, a ideia que faziam os governantes da ação urbanística sobre a cidade era primordialmente solucionar os problemas de circulação e saneamento. Já naquela época, em várias capitais europeias, inspiradas nas obras do Barão de Haussmann, foram implantados novos projetos de alinhamentos para as ruas existentes e inúmeras cirurgias – cortes abruptos do tecido urbano – deram origem a novas avenidas.<sup>60</sup>

Levando em consideração a caracterização que Barreto faz em torno das mudanças nas ruas e avenidas das capitais brasileiras, podemos entender que o processo não ocorreu unicamente no Rio de Janeiro, a capital do Brasil, mas em outras metrópoles que viam o plano

---

<sup>59</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2012. p. 23.

<sup>60</sup> LIMA, Evelyn Furkin Werneck. **A arquitetura do espetáculo**: teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 179.

de saneamento básico como uma alternativa frente aos problemas sociais, como a insalubridade dos lugares públicos e privados.

Lima Barreto, um dos pioneiros da literatura brasileira, em sua obra *Os Bruzundangas*, expõe as condições de precariedade da capital, Rio de Janeiro, em 1922. Veja a seguir:

Convenceu-o de que devia modificar radicalmente o aspecto da capital. Era preciso, mas devia ser feito lentamente. Ele não quis assim e eis a Bruzundanga, tornando dinheiro emprestado, para pôr as velhas casas de sua capital abaixo. De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia.<sup>61</sup>

Barreto, além de identificar como se deu o processo de mutação da capital, mostra a prática do empréstimo para financiar o custeio das reformas dos espaços por parte dos governantes e demais poderes públicos. Modificações essas que ocorreram da noite para o dia, fazendo desaparecer a arquitetura da velha capital.

A obra publicada em 1922, por Lima Barreto, é uma sátira do cotidiano brasileiro sobre as primeiras décadas da República. A narrativa produzida por ele traz o termo “Bruzundanga” como tema, o qual representa um país com elementos e características fictícios, apontando, por meio de recursos literários, diversos problemas econômicos e, sobretudo, políticos. Barreto não negou críticas à política e aos políticos de seu tempo, a exemplo das reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro. Acrescenta o projeto de reforma que ganhava aplausos dos estrangeiros, o que era uma das maiores preocupações de “Pancome” (palavra que se refere ao personagem criado por Lima Barreto para caracterizar os políticos representantes da nação fictícia, funcionava como forma de pseudônimo). Porém, desconhecia as dificuldades, as qualidades e costumes de seu povo, insinuando ele que o governador estava a construir uma belíssima capital para os estrangeiros<sup>62</sup>.

A *rapsódia modernista* de Mário de Andrade, outra obra literária em amostra, questionava as práticas culturais da sociedade ao caracterizar, através de recursos literários, o cenário brasileiro e seus comportamentos antagônicos que colocavam em pauta duas vertentes saúde e saúde, ou seja, a dicotomia entre os serviços da saúde e as pragas que assolavam o país<sup>63</sup>. A crítica literária aqui permite uma breve visita ao contexto histórico de conflito científico durante a época modernista dos anos (1920-1930), apresentando uma linguagem metafórica, as questões urbanísticas que marcavam. Reforçam uma imagem de antagonismo do

---

<sup>61</sup> BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Os Bruzundangas**. Belo Horizonte: Garnier, 1998.p. 40.

<sup>62</sup> Ibid. 1998.

<sup>63</sup> ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: um herói sem nenhum caráter. Editorial CSIC-CSIC Press, 1988.

Brasil, diante de seu crescimento econômico. A configuração do Brasil retratada nas obras literárias se torna um ponto abalizador sobre os descasos na saúde, espaços públicos e privados.

Os conflitos em 1920 surgiram com novas roupagens e estratégias políticas. De um lado as práticas sociais enraizadas por gerações. Do outro, a necessidade da modernidade baseada no ideário científico de saúde pública.

Quando analisa o fenômeno urbano, destaca que entre as definições sociológicas pode-se distinguir dois sentidos extremamente distintos do termo urbanização: 1) concentração espacial de certos limites de dimensão e de densidade; 2) difusão do sistema de valores atitudes e comportamentos denominados "cultura urbana".<sup>64</sup>

O autor considera, em sua célebre obra, a estrutura deste termo como uma ramificação da modernidade. Além disso, a ideia de urbanização no Brasil se desenvolveu por vertentes históricas e sociais, mediante uma sequência de fatos, proeminentes do século XIX e início do séc. XX.

Com o resultado do impasse, houve a demolição do cortiço Cabeça de Porco, posteriormente à configuração do Projeto Bota Abaixo, ambos no Rio de Janeiro. As discussões reinavam nas grandes cidades, pois as moléstias como a gripe espanhola sangravam a população brasileira de 1918 a 1920. O Brasil entrava em estado de catástrofes sociais, otimizado pelos efeitos da seca na região Nordeste e disseminação da febre amarela, sobretudo em regiões com forte fluxo de comercialização externa e interna, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Paraíba.

### 2.3 HISTORIOGRAFIA: UM OLHAR CONTEXTUALIZADO DAS EPIDEMIAS NAS PRODUÇÕES REGIONAIS DE BAHIA E SERGIPE

As doenças epidêmicas ao longo da história foram responsáveis por promover vários conflitos no cotidiano de determinados povos, estimulando o declínio das práticas culturais em seus respectivos tempos. Neste sentido, seus impactos propuseram novas formas de pensar e agir sobre os espaços ocupados pelos sujeitos, modificando hábitos, crenças, costumes e inclusive se tornando uma arma biológica de grande proporção de ataques ainda na formação da cultura brasileira, manipuladas pelos colonos para a destruição do corpo físico dos povos indígenas, facilitando o processo de colonização sobre as terras. Por conseguinte, as epidemias passaram a ocupar um lugar de visibilidade na história do Brasil, as quais se fizeram presentes

---

<sup>64</sup> CASTELLS, M. A **questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 34.

desde os primeiros passos dos colonos, perpassando pelo período Monárquico até a Contemporaneidade.

Todavia, apesar de sua representação enquanto consequência devastadora sobre os mais diferentes povos, as epidemias não foram, desde o início, vistas como uma abordagem social e cultural. Em seus primeiros registros, as questões biológicas sobressaíram em meio ao debate acerca do campo socioeconômico. Visavam discussões da fragilidade do organismo humano frente ao vírus, frisando a morte do sujeito pelo não cumprimento do tratamento adequado. As epidemias e pandemias que assolaram o Brasil atingiram seu apogeu em períodos diferentes: febre amarela (1850); cólera (1800-1858), varíola (1900-1910); gripe espanhola (1918-1919), AIDS (1980-2000) e tantas outras, mostrando que as explicações da medicina biológica não respondiam completamente o porquê da persistência destes males na História, visto que o foco consistia exclusivamente sobre as áreas biológicas, desprezando os pontos de análises, os fatores sociais, econômicos, geográficos e, inclusive, políticos.

Em paralelo às manifestações epidêmicas, a historiografia tradicional não dava a devida atenção a tais eventos, pois, seus objetivos estavam alinhados à história dos grandes feitos, rendendo à valorização de personagens políticos e militares que tiveram grande participação em determinados fatos. Em contrapartida, desconsiderava os objetos ligados à classe trabalhadora, minorias, e outros grupos marginalizados. Deste modo, estudos produzidos no campo da História se perpetuaram por muito tempo a debruçar sobre os registros de linhagens das famílias de nobres e grandes figuras políticas que detinham poder econômico ou prestígios sociais.

Nesse sentido, Peter Burke afirma que “por volta de meados do século XVIII, certo número de escritores e intelectuais, na Escócia, França, Itália, Alemanha e em outros países, começou a preocupar-se com o que denominava a “história da sociedade”<sup>65</sup>. Apesar das alterações no tempo e espaço, a historiografia prosseguia a polemizar e enaltecer as grandes narrativas históricas dos feitos dos Estados, instituições e personalidades da sociedade que, mais tarde, receberam o nome de História Tradicional. Nos anos que se seguiram a 1920, surgiram outros movimentos intelectuais e pesquisas que teceram críticas sobre o papel da Historiografia Tradicional, pois qualificaram-se como o espelho da verdadeira história.

Para tanto, não se deve negar a importância dos estudos e debates promovidos pela Escola dos Annales desde o seu surgimento na França, em 1929. Fundada por Lucien Febvre e

---

<sup>65</sup> BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 2º ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010. p. 18.

Marc Bloch, o movimento almejava ir além de uma perspectiva positivista de uma narrativa de curta duração dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, buscava evidenciar o campo das mentalidades, como espaço de investigação e atuação do historiador.

O movimento ganharia destaque no cenário europeu pelas ideias de Fernand Braudel, historiador francês que produziu estudos sobre o mundo mediterrâneo na época de Filipe II, pioneiro da geo-história. Engloba ainda a contextualização do espaço e tempo, além de apontar em seu texto uma abordagem de longa duração sobre a civilização francesa e seus ciclos econômicos. Sua obra se tornou um grande marco na historiografia da época e é consagrada nos dias atuais nos espaços acadêmicos e eventos, pois expõe novos ângulos de observações sobre o cotidiano dos franceses.

A fase posterior, alinhada à herança de Braudel para o campo histórico e geográfico, a qual consiste na terceira geração dos *Annales*, incorporou estudos dos ramos geográficos e das mentalidades. Para Burke, “Dois dos mais destacados historiadores recrutados para a história das mentalidades, no início dos anos 60, foram os medievalistas Jacques Le Goff e Georges Duby”<sup>66</sup>. Desde então, suas contribuições foram visíveis, não somente na Europa, mas também influenciando outros países a repensarem seus objetos de estudos, observação e áreas de atuação.

Segundo Falcon<sup>67</sup>, historiadores como Peter Burke e o sociólogo Norbert Elias, lançariam lugares da História pouco visitados pelas pesquisas como: fábricas, famílias, hospícios, prisões, escolas, hospitais, asilos e etc. Acrescenta que novas possibilidades teóricas surgiram posteriormente a 1970, as quais proporcionaram aos historiadores das linhas sociais e culturais, a partir dos trabalhos dos sociólogos e antropólogos, Geertz (1973), Sahlins (1985), Balandier (1980) e Clastres (1974), a ampliação dos horizontes metodológicos e empíricos.

Desde a década de 1970, a historiografia produziu debates sobre os caminhos da teoria e metodologia da própria história, destacando novos métodos de investigação e pesquisa, permitindo que temas ligados ao cotidiano do homem fossem explorados por meio de análise interdisciplinar<sup>68</sup>. Porém, é pertinente salientar que a nova História só foi consolidada nos anos que se seguiram a 1990, principalmente, a historiografia brasileira.

Em intermediação entre as produções historiográficas e o respectivo objeto de estudo, as doenças epidêmicas foram vistas por muito tempo como estudo voltado apenas aos

---

<sup>66</sup> Ibid., p. 97.

<sup>67</sup> FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>68</sup> BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 2º edição. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

fenômenos naturais das enfermidades, formas de contágios, vacinação e tratamentos precoces. Por meio dos novos olhares, sociológicos e antropológicos, o campo historiográfico direcionou as visões para um longo processo de mudanças, sendo evidenciado com frequência durante a década de 1990, como identificamos.

As transformações que ocorreram, tanto em métodos de investigação como em abordagens, puseram em declínio a valorização da História dos grandes feitos de heróis, ressignificando as abordagens históricas já existentes para outras dimensões da Ciências Humanas e Sociais. No tocante, gerando possibilidades de pesquisa no que tange os espaços privados e públicos da sociedade. Além disso, fomentando as produções de longa duração sobre perspectivas ligadas às práticas sociais das minorias, degradados e grupos étnicos.

Em meio à renovação da produção historiográfica na década de 1990, emergiu as epidemias como objeto de pesquisa das Ciências Humanas e Sociais, permitindo observar as sociedades passadas por um ângulo até então não abordado e problematizado pelas produções. As primeiras problematizações das manifestações epidêmicas na história debruçaram a entender os saberes promovidos pela medicina social e, automaticamente, a identificação das práticas culturais dos sujeitos que corroboraram para o surgimento das epidemias no espaço, contrastando com as teorias religiosas que ainda tentavam justificar a presença deste mal, além de analisar as práticas individuais e coletivas dos sujeitos frente aos não seguimentos dos ensinamentos religiosos.

As primeiras conclusões sobre a análise consistiram na constatação das epidemias como um produto social, efeito das práticas dos indivíduos em sociedade<sup>69</sup>, que se permite a identificação de aspectos políticos, econômicos e culturais de determinados povos, em um prisma de pesquisa para a compreensão dos comportamentos, crenças e hábitos no espaço e tempo praticados. Além de oportunizar, no âmbito da produção empírica e científica, uma brecha para a análise historiográfica, sociológica e antropológica.

Desde os anos 2000, os trabalhos nesta área social tornaram-se mais frequentes, mas ainda é possível identificar estudos que apresentam paradigmas sobre o surgimento das doenças, contradições entre as formas de contaminação infecciosa e contagiosa e, sobretudo, a não identificação do real pano de fundo das políticas sanitárias e o papel da medicina social como dispositivo de limpeza e embelezamento das cidades, questões essas que serão discutidas de forma específica na presente dissertação. Não obstante, desde a última década, tem-se

---

<sup>69</sup> TORRES, Anny Jackeline. Epidemias, estado e sociedade: Minas Gerais na segunda metade do século XIX. *Dynamis*, granada, v. 31, n. 1, p. 41-63, 2001.

estudos em âmbito regional que devem ser problematizados aqui, apontando suas contribuições para a formação do campo historiográfico das doenças epidêmicas, além de seus conceitos-bases e metodológicos. Logo, serão abordados de maneira qualitativa para a compreensão e desenvolvimento da respectiva dissertação que se encontra em elaboração.

Para Santos, as epidemias como objeto de pesquisa se tornam uma porta de denúncias das estruturas de saúde e sanitárias, entendendo os costumes que corroboram para o adoecimento do corpo físico, não apenas como fenômeno biológico, mas também como sinais visíveis de que tais povos acometidos pelas doenças estavam longe de efetivar a civilização, tão logo o progresso idealizado pelas juntas higiênicas e autoridades<sup>70</sup>.

Barbara Barbosa dos Santos é uma historiadora sergipana que desenvolve pesquisa com foco em saúde e escravidão no Nordeste, dando ênfase nas províncias de Sergipe, Bahia e Pernambuco. A sua dissertação, por exemplo, corrobora no âmbito historiográfico sergipano para o apontamento das relações escravizadas, senhores e Estado, trazendo para a discussão o conceito de *adoecer*, referente aos corpos dos escravos durante o processo de escravização na Província de Sergipe. Independentemente do período que corresponde a sua pesquisa, a abordagem de seu trabalho se torna válida. Santos acrescenta que as epidemias ou demais doenças que afetaram os corpos dos escravizados eram também fonte de resistência ao sistema escravista, uma vez que estes usavam as condições de sua saúde para esquivar-se das estruturas de trabalho existentes naquela época, ou buscavam as autoridades locais para denunciar os seus próprios senhores, alegando que estes lhes negligenciaram recursos e atendimentos.

Aracaju, nos anos finais de 1800, possuía uma configuração anti-higiênica capaz de fomentar a proliferação de doenças, principalmente na região que comportava os escravizados. Nas palavras de Santos:

O padrão nosológico produzido referente a população de escravizados em Aracaju, com o qual identificamos as principais doenças, nos permitiu perceber as condições de vida e trabalho que o contexto urbano proporcionava: péssimas condições, moradia, alimentação e o ambiente insalubre de uma capital sujeita a enchentes frequentes, cercada por pântanos.<sup>71</sup>

Analisando as condições de vida dos moradores de Aracaju, destacadas por Santos, observa-se que o adoecimento era um fator recorrente das questões sociais que assolavam o centro urbano e também as regiões periféricas da cidade insalubre. E que esta manifestação

---

<sup>70</sup> SANTOS, Bárbara Barbosa dos. **Moléstias do corpo escravo: doenças e morbidade entre cativos em Sergipe (1865-1888)**, 2020.

<sup>71</sup> SANTOS, Op. Cit. p. 114.

permanecerá para além do período Imperial, dado que Santos também pontuou sobre a arquitetura de Aracaju na década de 1910, sugerindo que os males que prevaleciam na cidade eram históricos e os comportamentos desviavam os sujeitos da civilidade.

Essa relação entre o período de transição mostra que, apesar das mudanças do sistema político brasileiro, as cidades não conseguiram acompanhar as novas ordens administrativas e muito menos a ordem de urbanização, permitindo que o adjetivo de uma cidade insalubre perdurasse por mais tempo. O antagonismo visível reforçava a imagem negativa de uma sociedade pautada pela desordem e distância do projeto de modernização.

Com a chegada das fábricas têxteis em Aracaju, a partir de 1920, os cenários sociais e econômicos foram sendo aos poucos transformados de acordo com a expansão das indústrias, as quais possibilitaram a construção de novas edificações na cidade, atraindo os olhares de outras metrópoles do país. Olhar este que já vinha se formando desde os primeiros anos de 1900, porém, possuía críticas sobre a desorganização da capital sergipana. Para Dantas, nos anos iniciais da década de 1910, Aracaju foi se impondo como centro de atração residencial superando a má fama de cidade de clima inóspito com poças de água onde proliferavam mosquitos causadores de febres<sup>72</sup>.

Com a economia em alta na década de 1920, Sergipe começou a receber com frequência imigrantes e migrantes que vinham de diferentes regiões do país e do mundo. Em contrapartida, aumentava o número de habitantes, necessitando dos agentes políticos a aprovação de projetos que melhor estruturassem as questões urbanísticas e também novas políticas higiênicas que pudessem reorganizar a cidade, atendendo a nova demanda populacional.<sup>73</sup>

O crescimento econômico de Sergipe não significava o fim dos hábitos anti-higiênicos. Nesta época, Aracaju e outras cidades do interior sergipano possuíam uma estrutura de saúde instável e decadente. Era preciso conter as práticas insalubres para que Sergipe, e também Patrocínio do Coité, vivessem a sua *Belle Époque*.

Apesar de Patrocínio pertencer administrativa e politicamente ao Estado da Bahia, os habitantes desse município recorriam diariamente às estruturas de saúde presente em solo sergipano, sendo o Hospital Santa Isabel um deles. A aproximação territorial entre Aracaju e

---

<sup>72</sup> DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe: Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930**. 2. ed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 1999. p. 49.

<sup>73</sup> CRUZ, Jeferson Augusto da. Um flâneur à sergipana: modernidade, urbanização e cotidiano de Aracaju na *Belle Époque* 1918-1926. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1441908803\\_ARQUIVO\\_UMFLANERASERGIPANA\(ARTIGO\).pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1441908803_ARQUIVO_UMFLANERASERGIPANA(ARTIGO).pdf). Acesso em: ago. 2021.

Simão Dias, este último a 7 km, de Patrocínio do Coité, contribui para o atendimento na área da saúde, sendo uma alternativa também para comercialização de mercadorias.

O hospital da cidade *Nossa Senhora da Piedade*, segundo as narrativas do Jornal, atendia pacientes com sintomas rotineiros como dores de barriga, gripe, resfriado, dores de cabeça e outros casos que não necessitavam de um maior aporte médico e amparos tecnológicos. Durante o processo de pesquisa, nos deparamos com um registro do mencionado Hospital da cidade entre os anos de 1920 e 1950, não sendo possível obter maiores informações enquanto estrutura interna, casos mais específicos ou questões pontuais.

Figura 1 - Registro externo do Hospital Nossa Senhora da Piedade – Patrocínio do Coité



Fonte: Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/paripiranga/historico>

É sobre a ausência de atendimento especializado em Patrocínio do Coité que se contextualiza a configuração de Aracaju, e automaticamente Sergipe, no que tange às condições econômicas, urbanísticas e de saúde, apontando as relações diretas e indiretas desse estado com a cidade baiana de Patrocínio do Coité. Expõe-se que as condições sanitárias na recém-capital sergipana refletiam na sociedade coiteense, levando-a a buscar atendimento em outras regiões mais distantes, como Salvador. Por conseguinte, em tempos de manifestações epidêmicas, o contato direto com o cotidiano sergipano proporcionou a disseminação da doença entre as regiões.

De acordo com Souza, as epidemias, apesar de serem eventos que se manifestam sobre o organismo humano, afligem todos os aspectos da sociedade. As doenças contagiosas surgiam

pela soma de fatores socioeconômicos inesperadamente em um dado tempo e espaço, propagando o medo, ansiedade e aproximação da morte.

Christiane Maria Cruz de Souza, Doutora em História das Ciências, pela Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, fala em sua tese sobre a pandemia da gripe espanhola na Bahia, no contexto dos primeiros anos da República. Veio a contribuir, no ano de 2007, de forma significativa para a historiografia baiana, levando em consideração a sua abordagem em entender a gripe espanhola dentro dos espaços da política, medicina e saúde.

A descrição minuciosa dos fatos apresentados por Souza abriu um leque de possibilidades de observação e pesquisa acerca das epidemias, por apontar linhas de análise entre epidemia e política, consequentemente, estimulando a produção de novos estudos no âmbito da graduação.

A tese intitulada de *A GRIPE ESPANHOLA NA BAHIA: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*, tem como objetivo desenvolver um diálogo interdisciplinar sobre a gripe que assolou o Brasil em 1918, com seu auge na Bahia nos meses finais de 1919, fazendo diversas vítimas como crianças, mulheres, homens e idosos. Ao mesmo tempo em que Souza apresenta as questões que levaram a definir a sua problemática, apontando trabalhos que foram primordiais para a formação da identidade da epidemia como objeto de análise. Entende ainda, como um campo fértil, porém, com lacunas historiográficas que cabem aos novos historiadores o preenchimento com estudos que compreendam os efeitos das doenças para o surgimento de mentalidades e interpretações de signos religiosos, econômicos e suas relações de poder.

Em 1918, em diversas cidades da Bahia, a gripe gerava pânico entre os moradores, o que já vinha sendo despertado antes mesmo do mal atingir a região. Os municípios do interior baiano, como Valença, Caravelas, Belmonte, Jacobina, Itabuna, Taperoá, Santarém, Ilhéus, entre outros, recorriam diariamente ao governador da Bahia, Antônio Ferrão Moniz de Aragão, pedindo interferência do Estado na erradicação da gripe espanhola que a cada dia alastrava seus efeitos sobre as cidades e relatando que os recursos médicos existentes eram insuficientes diante dos impactos gerados pelo o vírus da gripe, o qual ceifavam vidas e interrompia o funcionamento dos municípios em todos os aspectos.

A propagação da doença pelas regiões da Bahia se dava, principalmente, pelos trilhos das linhas férreas, ou seja, o vírus atingia as cidades mais distantes devido às interligações entre os municípios por meio das estações ferroviárias. Haja vista que a comercialização entre os municípios estimulava o contato físico entre os sujeitos das diferentes localidades, sobretudo, nas regiões que estavam alastradas pelo mal avassalador.

Segundo Souza, a medicina da época não tinha conhecimento sobre o tratamento adequado para conter o vírus e sua disseminação, porém, sabia sobre as formas de contágio. Vejamos as suas considerações na íntegra:

Cientes de estarem lidando com uma doença microbiana de grande contagiosidade, os médicos elegeram os espaços de convívio social como objeto da sua ação. Era do conhecimento da medicina que, ao falar, tossir ou espirrar, um indivíduo infectado tornava-se agente disseminador daquele mal, pois lançava no ambiente secreções ou perdigotos contaminados com o gérmen, os quais poderiam ser inalados pelos que se encontravam na circunvizinhança. Assim, os ambientes de trabalho e de confinamento, os locais de diversão ou de culto religioso e, sobretudo, as habitações coletivas, em grande proliferação na capital do Estado, naquele decênio, eram vistos como importantes focos de disseminação da gripe, considerando-se as suas formas de contágio e propagação – tornaram-se, portanto, alvo da ação médica e sanitária. Para os médicos, as condições de moradia das camadas mais pobres de Salvador, espremidas em porões, sobrelojas, casas de cômodo, cortiços, etc., favoreciam a propagação da doença em velocidade inusitada e num raio de ação tão abrangente. Em pouco mais de três meses a doença atingiu aproximadamente 1/3 da população da capital do estado.<sup>74</sup>

Mesmo a medicina informando e dialogando com a sociedade sobre as formas de contaminação, Souza acrescenta que foram registrados somente na capital baiana 386 óbitos, além de gerar transtornos como: intervenção sobre casas e portos, vigilância em espaços públicos, isolamento, suspensão das atividades nas fábricas e interrupção de serviços. Todas estas ações tinham a finalidade de erradicar o mal indesejável nos mais diversos setores da sociedade, por conseguinte, gerando impactos na economia e pressão sobre o governo frente à fragilidade das medidas criadas e a escassez de respostas que pudessem atender aos anseios dos municípios. Durante a manifestação da gripe espanhola, muitos moradores burlaram as ações do governo, boicotando as leis sanitárias da época, prática essa comum em tempos de pandemia e epidemia.

Em um olhar metodológico, as linhas de análise aplicadas por Souza permitem mapear municípios que até então não tinham sido explorados por outras produções acadêmicas em relação às epidemias. A autora discute dentro do evento que marcaria a Bahia, o Brasil e o mundo, além de conceitos como Ciências Humanas e Sociais, explorando de forma singular a gripe espanhola de diversos ângulos.

---

<sup>74</sup> SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A Gripe Espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia**. 2007. 372 f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, 2007. p. 348.

Assim, os conceitos problematizados foram: religiosidade, ou seja, a fé durante a epidemia como um refúgio espiritual frente ao pânico entre os adeptos do catolicismo, candomblé e espiritismo. Estes atraíam fiéis e pessoas não ligadas diretamente às religiões listadas acima; medicina acadêmica, estudos produzidos nos espaços acadêmicos sobre possíveis tratamentos e soluções para conter a epidemia; ciência médica, que valorizava os estudos já consagrados no campo científico. O choque da ciência tradicional e acadêmica corroboraram para o entendimento em busca pelo tratamento correto. Era uma corrida, estimulada pela ideia de poder e *status* social no cenário baiano e brasileiro. Nessa disputa, os moradores conservadores recorreram à ciência médica tradicional, enquanto, os recém-formados da medicina acadêmica priorizavam os recursos construídos recentemente, baseado na observação e propagação do vírus e entre outras perspectivas presentes em sua tese.

A tese de Souza é referência para a compreensão da gripe espanhola e suas fases de manifestações, haja vista que não existem pesquisas robustas quanto à problemática que a autora desenvolve nos espaços acadêmicos e profissionais. Sendo a pioneira na análise do vírus da gripe espanhola no interior das cidades baianas entre 1918 e 1919, período de grande pico da doença no estado e no país.

A presença das epidemias na Bahia, em vários momentos da história, denunciava as condições precárias das camadas da sociedade, bem como o descaso do governo, mostrando uma disputa de poder entre autoridades locais, agentes sanitários, representantes da Igreja e Estado, conflito evidenciado na Vila de Patrocínio do Coité entre 1921 e 1924. Sob esse viés, o historiador Robério Santos Junior, buscando analisar como se deram as práticas fúnebres no espaço de Paripiranga, antiga Patrocínio do Coité, deparou-se com atas e documentos religiosos que expõem um conflito entre representantes do clero e autoridades locais em torno da mudança do cemitério da Vila. A questão da disputa era identificar qual seria o segmento responsável por arcar com as despesas geradas na nova construção do cemitério, e também, após a edificação, qual órgão seria responsável pelo gerenciamento do espaço.

Para Santos, a estrutura do novo cemitério deveria atender aos critérios arquitetônicos:

Os cemitérios, segundo os higienistas, eram lugares que deveriam seguir uma série de critérios, para com isso, evitarem a morte de várias pessoas. Assim, pode-se dizer que a construção de uma necrópole era algo bem projetado e que os construtores responsáveis deveriam seguir muitos parâmetros para o seu bom funcionamento e, principalmente, sobre a sua higiene.<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> SANTOS JUNIOR, Robério José. **A representação da morte em Paripiranga** – Bahia: ritos, práticas e discursos (1919 – 1961). 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. p. 67.

As redes de discursos e ideologias entre os envolvidos atingiram os setores da sociedade, uma vez que a presença do cemitério na cidade havia estimulado para o surgimento de surtos epidêmicos na Vila em 1921. Todos aprovaram a remoção, alegando que as epidemias poderiam retornar a qualquer momento caso não fosse feita a mudança do cemitério<sup>76</sup>.

É por meio da abordagem das epidemias, que assolaram o município, que Junior Santos aproxima-se do seu objetivo inicial, descrevendo como eram os costumes da população durante um cortejo fúnebre, quando o moribundo era mais uma vítima da epidemia. Ao identificar os discursos das autoridades higienistas, Santos aponta a conjuntura de Patrocínio do Coité e as relações entre o sujeito e o meio, ou seja, uma das linhas de análise que resultou na dissertação, a contextualização.

Assim, retoma-se o ponto de partida, identificando as epidemias como objeto de observação do historiador, dialogando com saberes populares e científicos. Por meio desse debate, evidenciou-se que a renovação da produção historiográfica foi válida e contínua, uma vez que, desde a década de 1970, floresceram em nível nacional. Estudos como o de Michel Foucault e Rita Barata abriram as janelas sobre a abordagem de doenças epidêmicas, dado este primordial para outros trabalhos que se apropriaram dos conceitos-base construídos pelos autores, a fim de ressignificarem os temas abordados.

Em paralelo a isso, os estudos regionais e locais de Santos, Souza, Santos Junior, entre outros, somaram de maneira direta e indireta para a construção de novas problemáticas com foco nas moléstias que assolaram em diferentes espaços e épocas, preencheram lacunas historiográficas que ainda existiam neste campo de pesquisa.

As doenças epidêmicas permearam os cenários político, econômico, cultural e principalmente social. Deve ser analisada como um produto social, que resulta da materialização das ações humanas em decorrência do meio ao qual se constitui e se insere, retomando pensamentos e comportamentos do homem em divergentes conjunturas da História, bem como a mudança de comportamentos frente ao medo coletivo de contaminação, o surgimento de novos hábitos e saberes, as constantes investidas das políticas higienistas com uso do plano de fundo do processo civilizador na década de 1920, a necessidade de urbanização pelo Estado, a mortalidade de crianças e idosos, e ainda as denúncias das estruturas de saúde pública. São estas e outras questões que podem ser mapeadas e observadas dentro da temática das epidemias independentemente do tempo e espaço. É entender as epidemias como um canal de acesso às práticas sociais e saberes populares de um povo, identificando os efeitos culturais

---

<sup>76</sup>SANTOS JUNIOR, Op. Cit..

da propagação de um vírus capaz de sucumbir o corpo físico do sujeito e, por conseguinte, interromper crenças milenares, produtor de choros, dores e ensinamentos.

### 3 O COTIDIANO E A EPIDEMIA DO SARAMPO: OS IMPACTOS DAS MAZELAS SOCIAIS NA DÉCADA 20 EM PATROCÍNIO DO COITÉ (BA)

A historiografia contemporânea lança debates sobre os jornais impressos como uma fonte de pesquisa que permite compreender o contexto social, político e econômico de um determinado povo no tempo e espaço. A partir das mais diversas contribuições dos jornais para o campo da pesquisa, o historiador e outros pesquisadores passaram a direcionar seus olhares visando os jornais como espaço de salvaguardar memórias, manifestações religiosas, elementos culturais, marco histórico e tantas outras narrativas sobre a história da sociedade. Nesse sentido, os jornais, no ato da pesquisa, passaram a ser problematizados, identificando suas categorias, estruturas, história, ideologias, público-alvo, objetivos, planos de fundos e outros elementos preponderantes para a contextualização do mesmo.

Nessa direção, as considerações feitas pela historiadora Tania Regina de Luca<sup>77</sup>, tornam-se um importante aporte teórico para esta dissertação, principalmente, ao evidenciar que os jornais devem ser entendidos como “enciclopédia do cotidiano” dada a fragmentação dos registros existentes. Luca acrescenta que os jornais, independentemente da categoria, devem ser questionados com criticidade, com o intuito de levantar maiores informações acerca do objeto que se pretende pesquisar, evitando discursos generalizados da própria fonte ou, também, estereótipos presentes nas ideologias e na estrutura. Assim, os jornais empíricos ou científicos possuem valores históricos e sociais para um determinado povo, mas também aos historiadores e pesquisadores que buscam entender as ramificações e práticas sociais produzidas pelo homem em seus mais diversos segmentos da sociedade.

Assim, neste capítulo desenvolveu-se uma análise documental e qualitativa, tendo como base de análise o jornal *O Paladino*. Dentro dele, as *Notas Necrológicas*, *Iconografias* e *Gazeta Médica da Bahia*, além de teóricos que fazem o uso do conceito da linha cultural e social, promovendo um debate interdisciplinar, seja nas Ciências Humanas e Sociais que, de forma direta e indireta, contribuíram para a elaboração de uma dissertação robusta e qualitativa acerca das manifestações epidêmicas, especificamente de sarampo, em Patrocínio do Coité. Nessa perspectiva metodológica, o objetivo deste capítulo é caracterizar o cotidiano de Patrocínio do Coité, destacando os fatores econômicos, geográficos e as mudanças ocorridas nos espaços públicos na década de 1920.

---

<sup>77</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

Dessa maneira, contextualizar os jornais se torna uma ação necessária para a pesquisa científica em um viés interdisciplinar, pois apresentam vivências de uma dada geração em diferentes épocas e espaços. Entendendo a relevância das contribuições de Tania Regina de Luca e a necessidade de situar o leitor sobre a importância do Jornal *O Paladino* naquele tempo, este capítulo também desenvolve uma análise documental de notas mapeadas do referido jornal, com o intuito de identificar os eventos históricos e socioeconômicos de Patrocínio do Coité na década de 1920, e sua relevância para o surto epidêmico de sarampo na respectiva vila. Dessa forma, as próximas linhas trazem como abordagem a identidade do Jornal *O Paladino*, especificamente, a sua historicidade, rupturas nas impressões, adjetivações econômicas e mudanças durante o seu período de funcionamento.

O jornal *O Paladino* teve sua fundação no ano de 1919, por Manoel Coelho Cruz, sendo redigido e impresso no prédio localizado à Rua Dr. Braz Amaral, no centro da cidade de Patrocínio do Coité, de propriedade do seu fundador e diretor. O jornal surgiu com a necessidade de informações sobre os acontecimentos que pairavam na cidade e povoados. Não se deve negar que a criação do Jornal na verdade era uma das idealizações antigas do Sr. Manoel Coelho, sonho que veio a ser concretizado com o apoio de seus familiares, amigos e principalmente a elite local. As primeiras impressões do Jornal *O Paladino*, muito diferente do que se pensa, foi editado pelos redatores do Jornal *A Lucta*, amigos do Sr. Manoel Coelho, da cidade vizinha, Simão Dias (SE).

O Paladino, que é o único jornal da zona nordeste da Bahia, veio à luz da publicidade no domingo 26 de outubro de 1919, de – formato muito reduzido, e sendo editado na typographia dos nosso gentis collegas d’ A Lucta da visinha cidade sergipana de Simão Dias. Foi um dia de festa para a terra: musicam, parabéns, tudo isso veio provar que a nossa empresa não era descabida. Chegavamos a tempo. Se alguma nota dissonante havia já nessa longínqua epocha, não se manifestava. Passamos o dia sem dissabores; estes vieram depois, mais nós o suffocamos no íntimo do peito.<sup>78</sup>

Diante da ausência de meios de comunicações local, surge o jornal *O Paladino* como um meio de interligação entre os fatos que ocorriam na cidade e os moradores, divulgando todos os tipos de anúncios, desde os aspectos religiosos até as informações vinculadas ao lazer e entretenimento: vendas de caixões funerários, compras, propagandas farmacêuticas, ferramentas de trabalho, reformas, armazéns, remédios medicinais, cantigas de amor, entre essas e tantas outras informações que o jornal semanário, *O Paladino*, reunia em suas folhas.

---

<sup>78</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota sobre os primeiros formatos de impressões do Jornal. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 22 de julho de 1923. Ano V, n. 6. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

Assim, era o principal meio de comunicação impresso naquele contexto, assumindo uma função cultural, política, econômica e, sobretudo, social.

Entre 1919 e 1921, as edições e impressões ficaram a cargo do Jornal *A Lucta*, devido à ausência de estruturas e suporte na cidade de Patrocínio do Coité. Nesse período, *O Paladino* apresentou certas dificuldades que refletiam negativamente no seu crescimento em sua cidade, principalmente no baixo quantitativo de páginas, fragilidade das folhas impressas, estruturas dependente e semelhante ao Jornal *a Lucta*. Sobre essa questão, vale destacar que o *Jornal a Lucta* também tinha assinantes em Patrocínio, tendo a possibilidade de concorrência com o próprio *O Paladino*. Diante da tamanha contribuição do Jornal de Simão Dias nos primeiros passos da tipografia do *Paladino*, o Sr. Manoel Coelho registra seus agradecimentos nas principais folhas do *Paladino* ao Sr. Emilio Rocha, redator proprietário da *A Lucta*.

Naquela conjuntura, a impressão das edições no próprio prédio já era motivo de festa para todos que abraçaram o projeto. Vejamos as palavras da equipe redatora do Jornal *O Paladino*.

“[...] Vencendo dificuldades de todo o gênero, realizou o seu nobilíssimo ideal, e hoje tem a satisfação de ver O Paladino, impresso em prelo próprio e, a cada dia, aumentando o âmbito de sua circulação. Espirito yankee, infatigável, Manoel C. Cruz nada vê que lhe possa entibiar o animo e antevê os melhores destino para O Paladino, seu filho intellectual e ao qual dedica todo o seu carinho. Ao nosso querido director um amplexo fraternal, com votos de imperecíveis felicidades”.<sup>79</sup>

Como seu principal redator, tinha o conceituado professor Francisco de Paula Abreu, que se tornou um símbolo para o município, recebendo uma homenagem como Patrono da Escolas Reunidas Professor Francisco de Paulo Abreu, unidade de ensino inaugurada oficialmente em 1950, como forma de reconhecimento do poder público local e da população por sua benfeitoria durante a passagem pela redação. Ele atuava como professor na citada escola, sendo conhecido pelos moradores da cidade por sua dedicação ao ensino e despreendimento das coisas do mundo. O professor veio a falecer por causas desconhecidas em 1959. Desde já, é válido destacar que a localização da escola mencionada correspondia, antes da sua fundação, ao antigo cemitério da cidade, que já estava em desuso desde 1924. Sobre essa afirmação, ficará evidente e minuciada em outro tópico referente às mudanças nos espaços públicos.

Para Santos Junior:

---

<sup>79</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota sobre a prosperidade do jornal e a sua independência. *O Paladino*, Patrocínio do Coité, 03 de dezembro de 1922. Ano IV, n. 6. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

O *Paladino* era lido basicamente por uma elite local, não sendo alcançado pelas classes mais baixas da sociedade Coiteense. Mesmo assim, é notório que o periódico lançou sobre a sociedade do período estudado, uma “luz” de civilização e de cultura, para além de ser uma forma de entretenimento<sup>80</sup>.

O hábito da leitura era limitado a um determinado grupo ligado à elite local, principalmente a homens e mulheres que detinham funções sociais e públicas. No estudo produzido por Fagundes<sup>81</sup> identificamos o quantitativo de pessoas que sabiam ler entre 1920 a 1950, evidenciados em uma de suas tabelas:

Figura 2 - **Paripiranga - Índice de Escolaridade**

<b>Paripiranga</b>	Ano de 1920	Ano de 1940	Ano de 1950
<b>Sabem ler</b>	1 855	4 121	6 018
<b>Não sabem ler</b>	14 137	12 584	15 231
<b>Em idade não escolar</b>	---	3 592	4 827

Fonte: FAGUNDES, Elivane Suzart (2019)

O resultado de sua monografia demonstra que a imprensa na década de 20, em Patrocínio, estava limitada ao jornal *O Paladino*. A tabela acima, por exemplo, indica o quantitativo de habitantes que sabiam ler, certamente era sobre este número que variavam as ocorrências de assinantes, e os que não sabiam dependiam daqueles que tinham habilidade para que este comentasse ou falasse sobre as notícias que pairavam a Vila de Patrocínio e o Brasil.

Com objetivo de identificar os elementos indiciários e compreendê-los usamos as notas do jornal, as quais retratam o cotidiano e as relações sociais dos indivíduos na cidade de Patrocínio do Coité. Para tanto, caracterizar-se-ão os motivos que influenciaram, de modo direto e indireto, o surgimento e propagação das epidemias na década de 1920.

Este período foi marcado pelas relações sociais de viés capitalista, o que representou fortes mudanças de velhos hábitos, modos de viver e gostos de um tempo passado, antagônico com a nova ordem e os novos movimentos de civilidade, ocorrendo principalmente na Europa e em cidades brasileiras como o Rio de Janeiro, por influência de diversos fatores

<sup>80</sup> SANTOS JUNIOR, Robério José. **A representação da morte em Paripiranga** – Bahia: ritos, práticas e discursos (1919 – 1961). 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. p. 76.

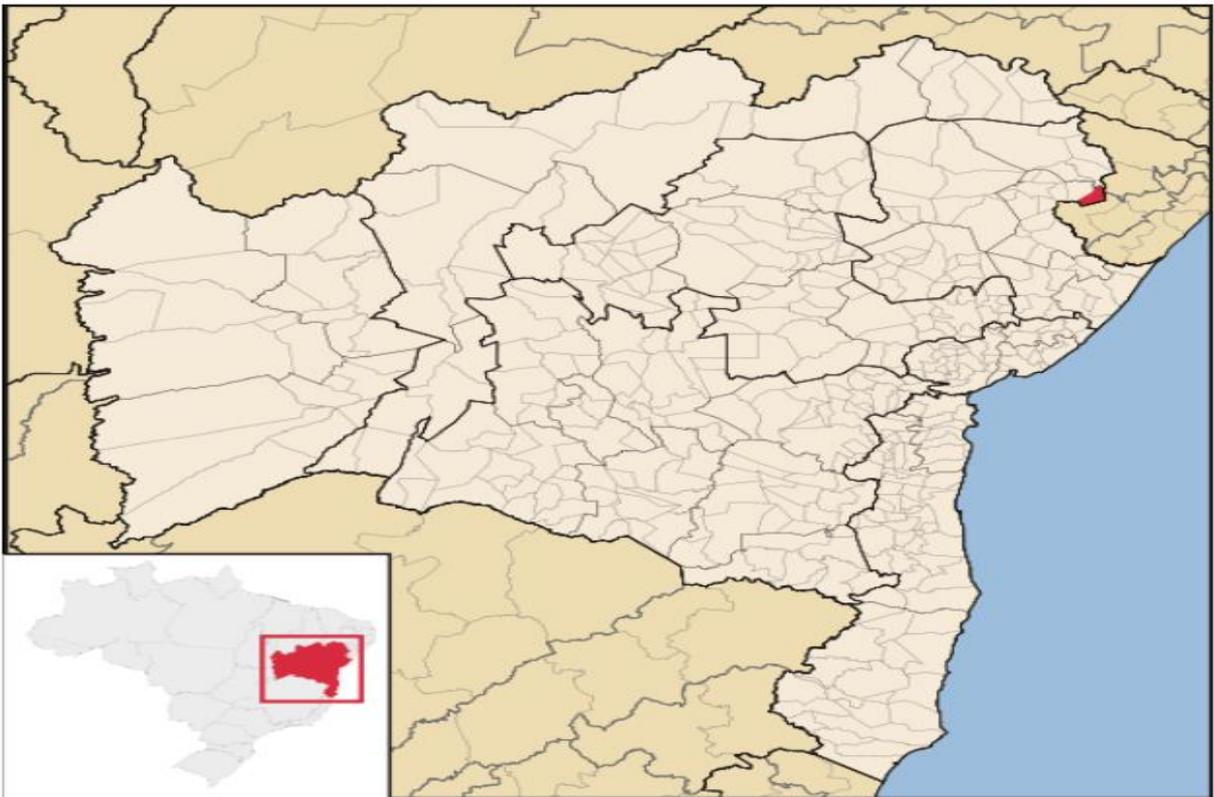
<sup>81</sup> FAGUNDES, Elivane Suzart. **GRÊMIO SOCIAL ESPORTIVO VITÓRIA**: espaço de sociabilidade da elite paripiranguense (1945-1970). Monografia (licenciatura em História – UniAGES, Centro Universitário UniAGES, Paripiranga, Bahia-2019.

socioeconômicos, listados no capítulo anterior. A exemplo, o ambiente de otimismo dos países da Europa, a *Belle Époque*, o avanço da Medicina Social e outros eventos. Como aqui explorado em outros momentos, percebeu-se o quão forte tornou-se o movimento da ordem que objetivava a remodelação das cidades brasileiras, e em Patrocínio do Coité não seria diferente.

### 3.1 PATROCÍNIO DO COITÉ: POVOAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E ECONOMIA

A Vila de Patrocínio do Coité, atualmente município de Paripiranga, está localizada na região norte do Estado da Bahia, situada a 360 km de sua capital Salvador e a 110km da Capital Sergipana, Aracaju. Com cavernas e áreas rochosas, o município apresenta a topografia acidentada com algumas elevações, sendo banhado pelo rio Vaza-Barris e por outros cursos de água de menor expressão.

Figura 3 - **Localização geográfica de Patrocínio do Coité (BA)**



Fonte: Ficheiro: Bahia, Município Paripiranga – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org).

O nome inicial da região era Malhada Vermelha devido à abundância de terrenos argilosos conhecidos por muitos como Selão, depois por intervenção das autoridades locais regionais mudaram para Patrocínio do Coité, visto a presença às margens da Vila de uma árvore

chamada de Coité. Por força do Decreto Estadual 7.341, de 30 de março de 1931, passou o município a denominar-se "Paripiranga", que, segundo alguns, vem do tupi e significa "terra vermelha". De acordo com o IBGE, “nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920, o município é constituído de 4 distritos: Patrocínio do Coité, Apertado de Pedras e Barreiras, Queimadas e Saco”<sup>82</sup>.

Por outro lado, o seu processo de povoamento ainda é uma incógnita, uma vez que apresenta, através da historiografia local, algumas vertentes para esclarecer os primeiros passos para a sua formação. Considerando o estudo de Santos Júnior, o qual permite identificar os primeiros aspectos históricos e estruturantes da região:

[...] Inicia-se basicamente por volta do começo do século XIX, quando a mesma era denominada Arraial de Malhada Vermelha. As 32 pessoas que viviam no lugar começaram a derrubar as matas e a explorar cada vez mais a região, sobretudo na agricultura e pecuária. Com o passar do tempo, por volta de 1840 começou a se pensar em construir uma capela, a qual mais tarde iria impulsionar o processo de povoação do lugar<sup>83</sup>.

Os primeiros movimentos do Arraial deram-se por meio da expansão da pecuária, sobretudo a criação de gado. A esta atividade, soma-se a concessão das sesmarias, que delimitava o espaço territorial e geográfico, e, assim, as atividades econômicas contribuíram para o processo de migração, que teve seu apogeu ainda no século XIX. De acordo com Oliveira:

Em finais de agosto de 1846, conclui-se a construção da Capela. Antes do planejamento e execução da obra existiam algumas casas no espaço popularmente denominado descida ao Tanque da Missão, hoje Rua Largo do Tanque; e muitas outras espalhadas pelas Matas. Já nessa época, Paripiranga era conhecida como Termo de Sabão e Coité; Distrito do Coité, pertencente à Freguesia de Jeremoabo, Comarca de Monte Santo, Província da Bahia<sup>84</sup>.

Tal processo corresponde ao período Imperial, quando a relação entre a Religião e o Estado Imperial determinava certas decisões em território brasileiro. Dessa forma, uma das primeiras construções feitas no Arraial foi a edificação de uma capela, que representava a religiosidade intrínseca dos primeiros habitantes da localidade. O clero logo receberia adesão

<sup>82</sup> IBGE (10 de outubro de 2002). «**Área territorial oficial**». Resolução da Presidência do IBGE de nº 5 (R.PR-5/02). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/paripiranga/historico>.

<sup>83</sup> SANTOS JUNIOR, Robério José. **A representação da morte em Paripiranga** – Bahia: ritos, práticas e discursos (1919 – 1961). 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. p. 32.

<sup>84</sup> OLIVEIRA, Ana Maria Ferreira de. **Sob o signo da cruz, a malhada vermelha floresce: a origem de Paripiranga nas memórias paroquiais de (1840-1900):** Universidade Federal de Sergipe Centro e Educação Superior Departamento de História – HDI. Lagarto, Sergipe, 2016. p. 22.

dos moradores, dando de certa forma, a autonomia aos representantes da Igreja na organização de questões sociais do povoamento de Nossa Senhora do Patrocínio. É pertinente salientar que o Arraial estava sob domínio administrativo da Freguesia de Jeremoabo.

Os representantes da igreja exerciam funções dentro do espaço religioso, mas também fora dele, uma vez que deliberavam ordens administrativas sobre o Arraial, surgindo ali as primeiras relações sociais em torno da capela de Nossa Senhora de Patrocínio<sup>85</sup>. Sobre a relação entre a igreja e a comunidade, se faz importante destacar a presença de dois sacerdotes: Padre Vicente Valentim da Cunha e o Padre João de Matos. Ambos tiveram participações diretas na organização administrativa do Arraial, além de serem vistos na historiografia local como os pioneiros do processo de formação política da região. A presença da igreja e destes personagens, de acordo com Cândido da Costa e Silva (1982), foi pertinente para romper as relações religiosas que havia entre o Arraial de Malhada Vermelha e a Capela de Simão Dias. Segundo Oliveira:

No início do processo de ocupação das terras de Malhada Vermelha, a desorganização era iminente; registou-se apenas a existência de algumas habitações nas proximidades do Engenho Coité. Os conflitos de jurisdição entre a Bahia e Sergipe, acontecidos no século XIX, que seguiram até meados do século XX, promoveram transformações na organização territorial e político-administrativa do lugar. Pois, foi à sombra do pé do coité, à margem da Estrada Real 15, que surgiu por iniciativa dos Carvalhos, em meados de 810, o engenho e uma pequena feira, que marcam os primeiros movimentos de formação de Paripiranga. Como o Engenho de Coité ficava bem próximo da linha divisória, em redor desta pequena povoação, já era conhecida pelas autoridades das duas jurisdições como Coité, e a circulação de pessoas e mercadorias entre a Coité e Matas de Simão Dias era intensa, tanto que os fiéis de Coité frequentavam a igreja de Sant'Ana, e nela cumpriam todos os sacramentos da fé católica, por não haver ainda tempo religioso erigido no lugar, e por ser esta, a igreja mais próxima. A longa disputa de lideranças pela posse da terra se acirrava ao longo do tempo e à medida que se desenvolvia a povoação. Confrontos estes, liderados pelos moradores mais influentes, ávidos maior autonomia e afirmação do seu prestígio na região; que, estimulados pelas altas autoridades baianas de Jeremoabo, temerosos pela perda das terras sob sua jurisdição, travam uma intensa e nada amistosa discussão com os religiosos e os políticos das Vilas de Lagarto e de Simão Dias; que insistiam em anexar as terras do Coité aos limites de sua paróquia, uma vez que atendiam aos anseios das almas cristãs dos moradores.<sup>86</sup>

Havia ali uma disputa de poder sobre o Arraial de Malhada Vermelha, uma vez que estava localizada entre as duas províncias: Bahia e Sergipe. Para tentar sanar os conflitos entre as províncias, abalizado pelos parâmetros da jurisdição religiosa, o Estado Imperial elevou o

---

<sup>85</sup> SILVA, Cândido da Costa e. **Roteiro da Vida e da Morte**: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia. São Paulo: Ática, 1982.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., p. 24-25.

Arraial à categoria de Vila, permitindo que os povos da região, de acordo com a lei vigente, construíssem sua própria identidade política e social, sem a interferência da Província Sergipana na tomada de decisões:

Em pouco tempo, surge à respectiva criação do município com uma vereação encarregada de administrar os interesses da população, segundo as faculdades constitucionais, ou leis orgânicas. Em 1886, por força da Lei Provincial de nº 2.553, promulgada em 1º de maio, o Arraial de Coité torna-se município, desmembrado do território de Bom Conselho, porém a lei só entra em vigor em 1º de fevereiro de 1888.<sup>87</sup>

Desse modo, forma-se a Vila de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité em 1886, uma região com registros de embates administrativos, fruto da posição geográfica e territorial. Os conflitos ainda permaneceram até meados do século XX, pois a região despertava fortes interesses entre os políticos sergipanos e fazendeiros baianos devido às terras férteis e alta produtividade econômica na região.

O bom desempenho dos engenhos Santa Cruz e Coité atraíram a vinda de maior número de colonos e a organização de vários sítios e fazendas e com a fundação de mais um Engenho dos Fraga Pimentel. Até que no final do século XVII um pequeno povoado começa a surgir nas imediações do riacho e do Engenho Coité; à sombra de uma planta de mesmo nome.<sup>88</sup>

O processo de formação teve a participação, além de migrantes sergipanos, a da população do alto e baixo sertão baiano, haja vista que o contexto da seca que afetava os municípios vizinhos contribuiu para que as pessoas vissem Patrocínio do Coité como região fértil e de alta produtividade, situada em um local favorável geograficamente, potencializando para a fomentação de diversas produções econômicas nos limites de Sergipe (úmido) e Bahia (Semiárido).

A limitação territorial de Patrocínio do Coité era marcada pela política dos latifundiários e das oligarquias ruralistas, de modo que se centrava nas mãos de poucas famílias, as quais possuíam status sociais e títulos de honra, reconhecidos até mesmo pelo próprio Estado. Durante a República, a realidade de Patrocínio não se diferenciava de outras cidades sertanejas, pelo menos no aspecto das políticas coronelistas, no qual a questão política se dava através das relações de interesse e troca de favores entre políticos e os grandes proprietários de terras de 1920.

---

<sup>87</sup> OLIVEIRA, Op. Cit. p. 26.

<sup>88</sup> Ibid., p. 04.

A movimentação de diferentes povos e costumes, em uma mesma localidade, corroborou para a formação da identidade cultural da Vila, de modo que a cidade de Patrocínio do Coité ganhava novos olhares, rumos econômicos e, sobretudo aspectos sociais, sentidos na expansão das atividades agrícolas e no crescimento demográfico e territorial do município, abrangendo, para além do Centro Urbano, a Zona Rural. Segundo dados do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas dos Estados Unidos do Brasil<sup>89</sup>, na primeira metade de 1900, a população de Patrocínio do Coité contabilizava, aproximadamente, 19.838 habitantes, sendo 10.252 homens e 9.584 mulheres.

Os primeiros reflexos da economia se viam na abertura de lojas comerciais populares, conhecidas como armazéns, que vendiam especiarias, objetos de trabalho agrícola, ervas medicinais e gêneros alimentícios. Esses e outros estabelecimentos foram destaques na expansão econômica da cidade, empregando, além dos munícipes, os sertanejos oriundos de Sergipe e Bahia. Neste sentido, a cada dia, Patrocínio do Coité apresentava cenário propício para o desenvolvimento na economia, atraindo pessoas, em especial das cidades circunvizinhas, principalmente pelo avanço da pecuária e agricultura.

### 3.2 “A MORTE DA HIGYENE”: O PANORAMA DO MAU HÁBITO DE PATROCÍNIO DO COITÉ (1920-1930)

Pelo título acima destas linhas, a primeira impressão do leitor é a de que morreu aqui ou em outra parte do globo terráqueo alguma viúva rica, portadora do nome supra. No entanto, não foi. Estávamos a mourejar em nosso gabinete de trabalho, já às altas horas da noite quando somos interrompidos por uma aparição de aspecto horripilante, que nos fala: - Eu sou patrocínio do Coité que venho convidar os redactores do [O Paladino] para o enterro da hygiene, que jaz apodrecia nesta terra<sup>90</sup>.

As mazelas da população de Patrocínio do Coité eram assuntos frequentes dos meios de comunicação, e as várias denúncias que escancararam as condições precárias da saúde pública na verdade consistiam em mais um meio de crítica social, mas sobretudo política. O trecho acima, por exemplo, foi extraído do jornal *O Paladino*, que demonstra a precariedade da higiene no município. A nota intitulada de “A morte da higyene” vem descrever um fato que resultou na visita de um dos moradores ao jornal, convidando os jornalistas a fazerem uma visita ao cemitério da cidade, para que vissem a realidade da higiene na cidade. O morador

<sup>89</sup> BRASIL. **Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas**: Synopse do Recenseamento. Typographia da Estatística. Rio de Janeiro, 1905. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222260>.

<sup>90</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota de sepultamento da Higiene Pública. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 23 de maio de 1920. Ano I, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

autodenominava “eu sou Patrocínio do Coité” e, sobre esta questão, entende-se que a referência a este nome consiste em uma metáfora, como se o município, já cansado diante do tamanho descaso dos seus moradores, levantou-se para denunciar ao jornal local as práticas de insalubridades que corroboram para o apodrecimento da sua própria terra, convidando os mesmos para o sepultamento da higiene e, automaticamente do município. A nota continua:

Saímos acompanhados do nosso visitante a percorrer as ruas de Coité e de facto verificamos a verdade em sua nudez em tudo o que era mostrado. Fomos ao tanque de servidão pública e ali vimos o líquido que o mesmo continha, e inquirimos de Coité o que significava uma camada gordurosa na superfície das águas? Prontamente ele respondeu-nos ser substâncias adiposas trazidas do cemitério pelas correntezas das chuvas, o qual fica oposto àquele depósito de águas e edificado em plano superior<sup>91</sup>.

Após a identificação das mazelas, os redatores ficaram inquietos com aquela cena de poluição do tanque, em razão de sua relação direta com o cemitério, pois, o Tanque da Missão ao qual se refere se trata de um espaço onde as pessoas consumiam água.

**Figura 4 - Vista do Tanque da Missão – Região Periférica da Vila de Patrocínio do Coité, primeiros meses de sua construção**



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/paripiranga/historico>

Desse modo, direcionaram-se à redação, a fim de propor, via publicação, denúncias quanto à situação, comunicando à sociedade o risco que a mesma corria ao consumir água

<sup>91</sup> ABREU, Op. Cit. 1920, p. 04.

daquela fonte. Ainda na redação, foram noticiados pelo tocar dos sinos da Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio:

Mais tarde ouvimos o badalar do sino: era o enterro de um popular, vítima do estado anti-higiênico de nossa vila. E como já estávamos de luto para acompanhar o cortejo fúnebre para o qual fomos gentilmente convidados. Chegamos ao cemitério sob uma chuva torrencial e notamos que das sepulturas corria em direção ao tanque aquele líquido generoso que nos falou o nosso visitante. Para bom entendedor, basta meia palavra<sup>92</sup>.

Como já tinha sido constatado pelos redatores, em virtude de suas visitas aos túmulos e ruas, aquele líquido na superfície do Tanque da Missão era resquício poluente e nocivo à saúde humana, oriundo do cemitério da cidade, contendo todas as sortes de bactérias, fungos e dejetos dos defuntos que, em contato com o organismo humano, tornar-se-iam fatais e como de fato ocorreu. Conforme Machado:

Durante todo o século XIX, o higienismo brasileiro esteve muito influenciado pela teoria dos miasmas, esta defendia que a inalação e o contato com o ar proveniente da putrefação de cadáveres e da matéria pútrida dos lixos, pântanos, mangues, matadouros, chiqueiros, curtumes, esgotos, entre outros, eram os grandes responsáveis pelas doenças nas cidades<sup>93</sup>.

Apesar de o dilema higienista produzir fortes debates sobre os espaços cemiteriais, esgotos ao ar livre e outras questões que provocavam baixa imunidade à população da região, ainda era possível identificar, grande ocorrência das cidades do interior brasileiro, com arquétipos que não mais condiziam com o teor difundido pelo higienismo.

Alinhado às contribuições de análise de Machado, para o fato da “Morte da Higiene” em Patrocínio, ressaltam-se duas considerações sobre os motivos que levaram a publicação da nota intitulada “a morte da higiene”. A primeira consiste na aproximação do cemitério da cidade com um espaço social, usado para o consumo humano, ou seja, a fonte. Através disso, entende-se a estruturação do cemitério como precária, haja vista que, em tempos de chuva, substâncias indesejáveis ultrapassavam os limites do muro do cemitério da Vila, perpassando pelas ruas e recaindo sobre o Tanque da Missão. A segunda vertente permite identificar a ausência de saneamento básico, especificamente redes de esgotos, pelas ruas da cidade de Patrocínio. Dessa forma, as mazelas não eram praticadas unicamente pela população local e pelas pessoas que

---

<sup>92</sup> ABREU, Op. Cit. 1920, p. 04.

<sup>93</sup> MACHADO, Robert et al. **Danação da norma:** a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1878, p. 03.

usavam tais espaços, mas também por autoridades locais, ao não viabilizar projetos voltados para a higiene pública.

Se o saneamento básico era precário, a ausência de água potável para a população era visível, fomentando o acúmulo de problemas que afetavam diretamente as relações entre os sujeitos. O pedido chegou nas páginas do jornal *O Paladino*, por meio da matéria intitulada de *NOTÍCIAS*, que se dizia: “Com a absoluta falta de chuva torrencial n’esta villa só resta um tanque com pequena porção do precioso líquido, isto mesmo, já se encontra a água de qualidade inferior”<sup>94</sup>. A disseminação de doenças epidêmicas logo se tornaria frequente, já que conseguiu-se diagnosticar a presença de epidemias em outras cidades baianas, como a peste bubônica em Bom Conselho; e Jacobina, com uma epidemia desconhecida a qual zombava de todos os recursos médicos existentes naquele período.

Ao contrário, no que diz respeito às políticas de saúde e saneamento, os registros de diversas epidemias desnudam as fragilidades desses serviços, e os relatórios sanitários não deixam dúvidas como tuberculose, impaludismo, sífilis, varíola, peste bubônica, influenza, disenteria [...] eram espectros que rondavam o cotidiano das classes trabalhadoras e, no caso da febre amarela, até de estrangeiros, não só assustando, mas provocando muitas mortes. A inexpressividade da política sanitária baiana impressionava ao final do governo de Antonio Muniz<sup>95</sup>.

Não por acaso, no início do ano de 1921, diante das condições anti-higiênicas do Tanque da Missão, localizado no centro da cidade, o medo de surgimento de doenças impulsionou a intendência de Coité a notificar soldados, batalhões e moradores sob pagamento de multa cujo ofício era recolher objetos e substâncias que estavam em torno e na superfície do Tanque da Missão. Vejamos o clamor do Jornal na Íntegra:

UM APELLO: O Cel. Joaquim de Mattos Carregosa, intendente, e o Te. Alfredo Gomes dos Santos, delegado de polícia. No intuito de beneficiar a população desta villa, apellam para o concurso de todos os habitantes deste município a fim de que seja procedida a limpeza do [Tanque da Missão], o serviço inadiável e de cuja necessidade, todos estarão convencidos. Trata-se do interesse colectivo e, portanto, ninguém se deve esquivar a prestar o seu auxílio, por mínimo que seja, comerciantes, operários, agricultores, etc. Os srs. Inspectores de quarteirão deverão *todos* comparecer à Delegacia de

---

<sup>94</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota de apelo sobre a falta de água no município. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 13 de março de 1921. Ano II, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

<sup>95</sup> CUNHA, Joaci de S. Reformas urbanas, política de saneamento, economia e interesses político-corporativos em Salvador na república velha. Cadernos do CEAS. **Revista Crítica de Humanidades**, Salvador, n. 247, p. 371-402, mai./ago., 2019. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n247>, p. 395.

Polícia para consertarem, com o Sr. Tenente, as medidas mais profícuas à boa execução do trabalho.<sup>96</sup>

A Intendência fornecerá alimentação às turmas de trabalhadores ocupados nesse serviço de tão alta relevância. Sendo um dever de todos zelar pela qualidade do espaço, o qual os cidadãos já usufruíam para a sua própria sobrevivência.

Em outra nota identificada no jornal *O Paladino*, denominada de *LIMPEZA DO TANQUE*, também discriminava as ações das autoridades policiais frente a uma demanda e necessidade maiores.

Segunda feira a Intendência pôs em prática a limpeza do tanque, como estava, projectado, por meio de batalhões notificados pelos inspectores. Esta medida deu péssimo resultado pois a Intendência teve que dar comida e cachaça a 48 homens e esses não fizeram o serviço de 8. Os batalhões levaram tempo a [aboiar] e ainda saíram alguns resmungando que pagavam imposto e era intimado para trabalhar de graça<sup>97</sup>.

As medidas que as autoridades locais tomavam eram limitadas, não atendendo a real calamidade que o município estava enfrentando. As ruas da cidade em tempos de chuva ficavam imersas, abordagem climática essa, que será discutida adiante. No entanto, os dejetos que estavam submersos no Tanque da Missão eram na verdade o resultado dos hábitos dos moradores que usavam a fonte para uso pessoais e ali deixaram sua passagem com lixos, além de variação do clima, somando-se à ineficácia da Intendência Municipal de saúde e demais órgãos responsáveis pela inspeção dos espaços públicos, seja no âmbito local ou regional.

Este episódio se adicionava a outras práticas frequentes na cidade, a exemplo do que receberia hoje o nome de aterro sanitário. Nos anos iniciais da década de 1920, em Patrocínio do Coité, era comum os sujeitos jogarem nos terrenos baldios e nas ruas, o lixo caseiro ou até mesmo animais mortos de pequeno e médio porte, como gatos, cachorros, aves e suínos. Quando tais corpos entravam em estado de decomposição, geravam fortes odores que, pelos ares daquela região, incomodavam a população que residia no entorno. Naquele ambiente se

---

<sup>96</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota de apelo das Autoridades, a fim de realizar a Limpeza do Tanque da Missão. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 20 de junho de 1921. Ano II, n. 4. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

<sup>97</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota de Realização da Limpeza do Tanque, relatos dos trabalhadores e Intendentes. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 1º de abril de 1921. Ano II, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA). Sobre a respectiva fonte (Nota) notamos que a Intendência Municipal publicou uma convocação ao Jornal local, informando a população a necessidade da limpeza e convocando a todos que pudessem auxiliar, porém, logo em seguida deparamos com outra nota informando que a convocação foi feita por intimações, dessa forma, entende -se que a convocação geral publicada ao Jornal Impresso não teve muito efeito entre os munícipes, necessitando que o Joaquim de Mattos Carregosa (intendente) e Alfredo Gomes dos Santos (Delegado da Polícia) intimasse determinados cidadãos.

faziam presentes partículas de vírus e bactérias que estimulavam a proliferação de doenças contagiosas e miasmáticas.

Sob esta perspectiva, ainda no período oitocentista, os higienistas usariam como fundamento e justificativa para a implementação das políticas de modernidade, os odores oriundos dos corpos cadavéricos enterrados nos espaços religiosos. Esta justificativa também ganharia espaço na viabilização da (re)urbanização, principalmente a partir da década de 1920. No entanto, com novas roupagens atreladas à ideia não somente da urbanização, assim como, à priorização da noção de saúde pública.

Tânia Andrade Lima aponta as diversas tentativas da construção de uma ordem corporal e social, ou seja, a viabilização de projetos que em prática pudessem civilizar os sujeitos através da ideologia da saúde do corpo humano, além de estratégias para o apoio do projeto otimista e discriminatório da hegemonia burguesa.

A difusão maciça de regras fundamentais de higiene pessoal e coletiva, dirigidas para o asseio corporal, processamento dos alimentos, manutenção das moradias, vestuário, comportamento à mesa etc., bem como a denúncia constante dos perigos de contaminação do espaço urbano face à sua péssima ventilação, umidade excessiva, ausência de sistemas de escoamento de águas pluviais e servidas, proximidade de cadáveres de seres humanos e animais, entulhamento de toda sorte de lixos, dejetos, e assim por diante, procurou incutir nas camadas médias da população, a quem elas fundamentalmente se destinavam, o apreço pela boa saúde, a ser conquistada através da higienização dos indivíduos, das habitações, das cidades<sup>98</sup>.

Considerando a análise de Lima, para os médicos sanitaristas do século XIX, a proximidade dos vivos aos restos mortais, sejam humanos ou animais, causavam doenças. Diante desta interpretação da inspeção da Saúde, os cemitérios, terrenos baldios e qualquer outro espaço que sejam usados para o descarte destes corpos se tornaram fontes de críticas e mal vistos pelas autoridades da saúde, influenciando desde já para a sua erradicação. A exemplo, uma das maneiras de se combater era a mudança de local do cemitério e a notificação da necessidade de construção aos respectivos donos dos terrenos baldios.

E mais uma vez foi consolidado um novo conflito entre os infectologistas e os teóricos que defendiam o contágio. Um ponto de semelhança é que duas correntes tinham subsídios científicos suficientes de que a inalação de odores causado por animais em putrefação estimulava o surgimento de doenças. Todavia, ambas buscavam entender se esta doença sobre

---

<sup>98</sup> LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **Hist. Cienc. Saúde**, Mangueiras, RJ, v. 3, n. 3, p. 44-96, 1996. p. 82.

o corpo vivo seria transmitida para outros sujeitos e se esta transmissão ocorreria de forma direta ou indireta. Conforme Rodrigues:

Os defensores do contágio acreditavam que a doença poderia ser transmitida de pessoa a pessoa, através do contato físico direto ou indireto. Os que defendiam a infecção diziam ser a epidemia originada de causas locais, através da emanção de eflúvios pútridos, provenientes de matérias animais e vegetais em decomposição. Esta posição dominou em relação a outra, de modo que os miasmas eram tidos como causadores das doenças contagiosas<sup>99</sup>.

Dessa forma, o contexto social de Patrocínio do Coité não era bem visto pelas autoridades locais e muito menos favorável à saúde pública. A instalação deste ambiente se deu através de velhas práticas e hábitos insalubres que colocavam em risco a manutenção de todos os segmentos da sociedade coiteense, impulsionando para a instabilidade política e jurídica, como vimos na Nota do jornal *O Paladino*, especificamente na notificação dos batalhões para a limpeza dos espaços públicos da cidade, gerando rumores, falácias e críticas entre os soldados e moradores.

A contribuição da obra de Claudia Rodrigues torna-se fundamental para esta dissertação, principalmente por duas considerações. A primeira consiste na abordagem que a autora faz trazendo ao leitor as práticas do cotidiano que interferiram no surgimento das epidemias no período oitocentista. O segundo aspecto remete à apresentação do contexto social do Brasil em que a autora aponta os conflitos entre autoridades locais e médicos higienistas, os quais construíram um verdadeiro palco de desencontro de informações ora de modo intencional, haja vista o poder que estava em jogo acerca das ações locais na contenção de tais hábitos, ora involuntários, devido à escassez de meios de comunicações entre as metrópoles e as cidades do interior.

“Uma providência que não precisa de verba”. Essa era a abertura de uma nota publicada pelo jornal *O Paladino* para discriminar as condições precárias das ruas e avenidas de Patrocínio do Coité em dias de movimentação, estimulada pela feira livre, caracterizando a falta de consciência por parte dos comerciantes ambulantes que insistiam em costumes anti-higiênicos. Ao que a nota relata:

Vimos hoje nos ocupar de um facto, aliás pequeno, porém de grande interesse para o nosso commercio. Existe um hábito péssimo das mercadorias de fructas e mariscos venderem seus gêneros na calçada das casas commerciaes, interrompendo não só os negociantes, porque dificulta a entrada da freguesia,

---

<sup>99</sup> RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. p. 43.

como ainda aos transecuntes obrigando-os a fazerem zig zag especialmente no inverno que o lamaçal è enorme e a rua não tem calçamento.

No primeiro momento da problematização da fonte, foi identificado o alto fluxo de pessoas sobre o centro urbano, gerando caos para as pessoas que necessitavam do uso daquele espaço. Como segundo ponto, destacam-se as práticas insalubres dos comerciantes ilegais e o manuseio de produtos alimentícios que corroboram para uma imagem que não condizia com os dilemas do higienismo da década de 1920.

**Figura 5 - Vista da Rua 02 de Julho - Centro Urbano da Vila do Patrocínio do Coité. Paripiranga (BA)**



Fonte: Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA), 2019.

A terceira atenção dada no ato da análise da fonte é a questão da ausência de calçamento no centro da cidade, especificamente na avenida principal. Mesmo anos depois, em 1950, a cidade ainda enfrentava dificuldades com a falta de saneamento básico; e os jornais, neste período, tanto *O Paladino* como o *Ideal*, denunciavam a ausência de políticas sociais que

atendessem à demanda das ruas, apontando que Patrocínio do Coité nunca entraria a ordem do progresso enquanto as autoridades não tivessem um olhar para as ruas e avenidas de Coité.<sup>100</sup>

Nesse sentido, o objetivo aqui não é produzir estudo com abordagem imagética, mas entender mediante o recurso visual as estruturas arquitetônica e social do mencionado recorte espacial, anos após a delimitação temporal. É ainda possível identificar que o processo da modernidade posta sobre as cidades brasileiras ocorria de forma desigual, principalmente no que tange as cidades que estavam localizadas distantes das capitais e metrópoles, como Patrocínio do Coité.

Outro elemento que devemos nos atentar na imagem permeia nas persistentes notas de jornais sobre a ausência de calçamento que, em tempos de chuva, geravam verdadeiros transtornos na vida dos coiteenses, pois alagavam ruas e avenidas, interferindo diretamente no cotidiano dos sujeitos. Já no período de seca, os moradores lançavam questionamentos às autoridades sobre a necessidade e urgência na construção do calçamento. A junta de higiene alegava que, em função da seca e da movimentação de pessoas sobre o local, formam-se pequenas partículas de gases nocivos causadoras de problemas graves à saúde dos sujeitos, e automaticamente, corroboram para a proliferação de moléstias e doenças contagiosas. Como ficará evidenciado no próximo tópico.

### 3.3 CONDIÇÕES CLIMÁTICAS E AS MUDANÇAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA VILA DE PATROCÍNIO (1920-1930)

O cenário coiteense, embora localizado em uma região montanhosa, apresenta adjetivações próprias, visto não somente nas edificações, mas também através da questão geográfica. Assim, se esse fator climático foi preponderante para definir os elementos econômicos do município, por outro lado fomentou a mudança de determinados espaços públicos e também a instabilidade climática da região, ora com fortes chuvas gerando inundações, ora com períodos de seca.

Uma das primeiras intervenções do Governo acerca da Seca originou em 1909 a criação Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), órgão que tinha como finalidade elaborar planos e estratégias para amenizar os impactos da seca sobre a população sertaneja, efetivando a construção de barragens e açudes para armazenamento de água. O órgão, nos seus primeiros

---

<sup>100</sup>ABREU, Francisco de Paula. Nota de alerta acerca de edificações sem estética no centro urbano. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 29 de junho de 1920. Ano I, n. 4. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

anos, contou com cientistas estrangeiros, devido à falta de técnicos especializados no Brasil. Para melhor mapear a região Nordeste, os cientistas criaram três polos em Fortaleza, Natal e Salvador. Essas regiões eram administradas por uma equipe que tinha sede no Rio de Janeiro. Todavia as ações pensadas pela IFOS não foram suficientemente para prevê e muito menos reter o longo período de estiagem o qual atingiu o seu apogeu em 1915<sup>101</sup>.

O Nordeste brasileiro sofria com a seca por todo o seu território, evento que contribuiu direta e indiretamente para o surgimento de diversos problemas sociais no Brasil, impactando na economia e na sobrevivência dos nordestinos. Os períodos de seca afetaram de modo significativo a área da pecuária, visto a dificuldade dos criadores de gado em manter o seu rebanho sobre as áreas atingidas pela seca, necessitando que os proprietários conduzissem seus rebanhos para campos férteis. No entanto, durante o trajeto não resistiam e acabavam morrendo pela falta de água, sendo às vezes sacrificados como maneira de amenizar o sofrimento do animal, dessa forma, as ruínas da seca ia além de uma questão geográfica responsável pelo declínio das práticas agrícolas, ceifando milhares de vida em todos os Estados do Nordeste.

Com a expansão e duração das secas, outras questões se agravaram, uma vez que despertava medo e caos entre os habitantes das cidades e do campo. Os povos passaram a sentir os abalos da falta de água e a escassez de produtos no comércio. Por conseguinte, muitos grupos de moradores começaram a sair de suas propriedades em busca de uma melhor condição de vida e de sobrevivência. Prática comum, a qual resultou no processo de diáspora por todo o Nordeste brasileiro, ou seja, a saída forçada de grupos de uma determinada região afetada pelos problemas sociais. Esse era o contexto nos anos finais da década de 1910.

Entre 1915 e 1932 o retrato do Brasil, especificamente da região nordeste, não era um dos melhores do país. O longo período de estiagem continuava a afetar principalmente o cotidiano das pessoas que habitavam as pequenas cidades, pois, eram as regiões que não possuíam infraestrutura adequada ou recursos para o abastecimento de água, necessitando de que os moradores percorressem quilômetros a pé, a cavalo e outros meios de transportes para conseguir ter acesso a água para o próprio consumo. Contudo, muitos não resistiram aos flagelos da Seca e acabaram morrendo, seja pela falta de água para beber, seja pela fome e também pela intensificação de moléstias que se espalharam pelo território, em paralelo às Secas.

A escritora cearense Rachel de Queiroz retrata a seca de 1915 vivenciada por ela, durante a infância. Conforme a autora, a seca representava o início de um período de sofrimento,

---

<sup>101</sup> BUCKLEY, Eve Elizabeth. A seca no sertão como fenômeno natural ou social: estabelecendo a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, 1909-1923. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 5, n. 2, p. 379-398, 2010.

"Chegou a desolação da primeira fome. Vinha seca e trágica, surgindo no fundo sujo dos sacos vazios, na descarnada nudez das latas raspadas"<sup>102</sup>. A seca deixava a produtividade do solo inviável, automaticamente, proporcionando dois aspectos: a deslocação das pessoas para outras localidades; e também a escassez de alimentos oriundos da agricultura de subsistência como principal elemento ameaçador da vida humana.

Os relatos de Queiroz são pertinentes para identificar o contexto do Nordeste no que tange às questões sociais e geográficas. A escritora acrescenta, em uma de suas passagens, que a situação se agravava ainda mais quando a fome chegava às grandes famílias, as quais tinham mais de uma boca para alimentar. Eram pais, crianças, adolescentes e idosos. As condições econômicas, políticas e sociais corroboraram ainda mais para a disseminação da fome, principalmente aos grupos menos favorecidos. Estes quando não tinham o que comer, tentavam arranjar qualquer coisa com os vizinhos.

As catástrofes sociais que se desenvolveram nas primeiras duas décadas de 1900, como o longo período de estiagem que ocorreu na Bahia e demais Estados, foram resultadas de um conjunto de motivos, dentre eles, políticos. Haja vista que a Política Oligárquica e as práticas coronelistas impediam uma maior efetivação dos planos de contenção da IFOS e assistência à população menos favorecida.

Uma das principais características dessa forma de política que prevaleceu durante a Primeira República consistia na troca de favores e alianças. Deste modo, a presença das ações governamentais mediante a IFOCS sobre este território representava para a Oligarquia uma ameaça ao poder que a mesma exercia nas regiões. Assistiam ao massacre da seca sobre os pobres, ao invés de ceder espaço de atuação à Inspeção Federal de Obras contra as Secas, cooperando com a população a qual residiam em torno das grandes propriedades de terras.

Em 1920, na Bahia, longe de ser diferente dos estados vizinhos, a população apelava aos meios de comunicação existentes para que pudessem questionar às autoridades locais, aos secretários, bem como ao Governador do Estado. Segundo José Joaquim Seabra, a escassez de medidas para a contenção dos impactos da seca que ainda continuava a ceifar vidas, gerou instabilidade na economia dos municípios e nas estruturas de saúde.

A partir da contextualização descrita acima sobre a Seca no Nordeste, é notório a percepção de como este evento interferiu no cotidiano da Vila de Patrocínio do Coité, levando a população ao padecimento frente a um longo período de sofrimento, retratado nas páginas do Jornal. A coluna tinha como subtítulo "O Apelo":

---

<sup>102</sup> QUEIROZ, Raquel de. **O quinze**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2004. p. 31.

Fazem-se inadiáveis as providências relativas aos meios de mitigar os efeitos da Seca neste município, cuja população está passando por atrozes sofrimentos. Sabemos que se acha, há tempos na estação da Calçada, na Bahia, uma máquina para perfurar poços artesianos, faltando apenas os tubos. Agora dá-nos. A Tarde a gratíssima notícia da chegada dos tubos dos Estados Unidos. Assim, viemos fazer um apelo aos poderes municipais de que se dirijam à Inspectoria de Obras contra as Seccas no sentido de ser embarcada a machina e designado o profissional que deverá dirigir os trabalhos<sup>103</sup>.

A fonte acima analisada aponta sobre as iniciativas da própria população a fim de obter um posicionamento das autoridades e órgãos vinculados ao poder local diante da seca. A construção de poços artesianos era um dos anseios da sociedade. O jornal *O Paladino* está inserido em um contexto social e econômico. É importante perceber a insistência das palavras “apelo” e “atrozes sofrimentos”, além de reafirmar as circunstâncias que a população vivenciava, o que traz a ideia de que a seca era um fato comum naquela época.

Em virtude disso, o jornal *O Paladino* relatava “O TERROR DA SECA: Os nossos vizinhos do Coité, já começam a se alarmar, com a falta de água nos tanques públicos. É este um mal antigo que agora, ali não foi remediá-lo<sup>104</sup>”. Meses posteriores à publicação desta nota, o mesmo jornal informa sobre um breve período de precipitações que ocorrerá nesta região, gerando esperança para os agricultores da Vila que necessitavam das chuvas para o plantio<sup>105</sup>. Após um longo período da seca, Patrocínio do Coité renovava a sua esperança de dias melhores em razão das chuvas que alegravam os produtores do campo. Se de um lado as chuvas alegravam a agricultura, do outro, era motivo de preocupação diante das inundações das ruas da cidade.

Em tempos chuvosos, os moradores ficavam ilhados em suas casas, impedidos de usarem tanto as ruas como outros serviços comerciais. O processo de escoamento da água ocorria de modo lento e dependia do clima ensolarado, podendo durar até meses. De acordo com Silva<sup>106</sup>, as ruas de Patrocínio do Coité produziam uma espécie de lama, conhecida popularmente como massapé, coibindo a circulação de pessoas e animais de carregar ou outros meios de transportes.

<sup>103</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota de apelo dos moradores de Patrocínio do Coité, para o combate da Seca. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 18 de janeiro de 1920. Ano I, n. 1. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

<sup>104</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota sobre a volta da Seca no Município. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 18 de janeiro de 1920. Ano I, n. 1. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

<sup>105</sup> “Ultimamente tem cabido em todo o município copiosas chuvas, estando os nossos lavradores muito animados nas plantações”. In: ABREU, Francisco de Paula. Nota de renovação da esperança dos agricultores, em razão da chuva. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 18 de abril de 1920. Ano I, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

<sup>106</sup> SILVA, Cândido da Costa e. **Roteiro da Vida e da Morte**: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia. São Paulo: Ática, 1982.

Dentre as hipóteses levantadas aqui, questiona-se o antagonismo social que existia no Brasil, nos primeiros anos da década de 1920. Por um lado, o apogeu da urbanização nos grandes centros urbanos e os dilemas de apoio à modernidade em prol da ordem e civilidade das cidades brasileiras, automaticamente, influenciada pela sedução da Belle Époque. Do outro, a realidade catastrófica das cidades que estavam localizadas distantes de tais centros, principalmente, as que se encontravam no interior do Nordeste brasileiro, tendo como ponto de análise, a cidade de Patrocínio do Coité.

O clima, assim como as práticas sociais produzidas pelos sujeitos daquela época, bem como os espaços, também foram um dispositivo para o surgimento de doenças contagiosas. Dando ênfase ao trabalho construído pelos pesquisadores, Gomes e Moraes aponta:

Já no semiárido, as mesmas precipitações levarão à formação de poças d'água, que servirão como criadouro para os vetores, aumentando assim a incidência da doença. No semiárido igualmente, as chuvas em maior intensidade que a usual e provocará um aumento da produtividade ecossistêmica, fazendo com que haja um aumento na população de roedores nos reservatórios, ocasionando surtos de peste bubônica<sup>107</sup>.

Os autores argumentam que, em época de chuva, aumentava a produtividade no ecossistema. Isso significa o crescimento da população de roedores nos reservatórios, produzindo criadores de doenças e vetores. A situação torna-se calamitosa porque a cidade não possui coleta de lixo ou saneamento básico, acumulando transmissores de doenças em vias e ruas públicas, responsáveis por milhares de mortos dentro da província baiana no período oitocentista, como a cólera que ceifou mais de dez mil vidas, como já elucidado.

Era justamente o medo de reviver uma experiência do passado, a qual deixou sequelas na população baiana, que influenciou a mudança, a princípio, dos espaços públicos e, conseqüentemente, mudanças no modo de viver das pessoas em sociedade. Além disso, o retorno a um tempo de epidemias demandaria gastos econômicos com cuidados à saúde, medicamentos e investimento em estudos científicos, com intuito de buscar respostas e soluções. De acordo com os epidemiologistas Renata Gomes e Ronei Moraes,

No caso dos fenômenos de seca, a saúde da população é afetada inicialmente pela condição de fome epidêmica, que leva a um sistema imunológico deprimido, à migração e a problemas socioeconômicos, todos trazendo um risco aumentado de infecção [2]. Os problemas de saúde exercerão pressão na infraestrutura de saúde pública, causando super ocupação de serviços, degradando o atendimento<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup> GOMES, Renata G. S.; MORAES, Ronei M. **Alterações Climáticas e suas Influências sobre as Doenças Transmitidas por Vetores**. Mongaguá, Brasil: SHEWC, 2009, p. 86.

<sup>108</sup> Idem. Cit. p. 86.

É importante pensar que as condições climáticas não despertavam somente as epidemias, mas outras questões sociais que ganhavam destaque neste contexto, como a fome, motivo de preocupação, já que a maior base econômica do município era a agricultura e pecuária. Essas, por sua vez, estavam em escassez pela ausência de chuvas, não atendendo à demanda do próprio município, necessitando da importação de gêneros alimentícios de outras regiões, o que elevava o custo dos produtos a toda população.

O clima instável resultava de sua posição geográfica, localizada na região Nordeste do estado da Bahia. A antiga Vila de Patrocínio do Coité, atualmente denominada de Paripiranga, fica totalmente incluída em uma região conhecida pelos meteorologistas como o Polígono das Secas e Limita com os municípios de Adustina, Fátima, Jeremoabo, Simão Dias e Poço Verde, sendo os dois últimos do Estado de Sergipe<sup>109</sup>. Polígono das Secas foi uma expressão instituída pela Lei nº 175, de 07 de janeiro de 1936, para caracterizar a área do Nordeste brasileiro reconhecida pela legislação e estudos geográficos por sua condensação de repetição de longas estiagens e, conseqüentemente, objeto de ações específicas do setor público local, estadual e federal, os quais atuam de forma efetiva para amenizar as sequelas geradas pela seca.

Para Carvalho, os principais Estados prejudicados com o fenômeno Polígono das Secas são: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, sendo este último especificamente nas regiões Norte, Nordeste e Oeste. Justamente onde está localizada a cidade de Paripiranga (BA).

Figura 6 - Regiões que abrangem Polígono das Secas no Brasil



Fonte: <https://docplayer.com.br/77109038-Nordeste-breve-historico.html>

<sup>109</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/paripiranga/pesquisa/30/84366>. Acesso em 16 de setembro de 2020.

Sobre essa iconografia, salienta-se que Paripiranga, como atualmente é chamada, está localizada no Estado da Bahia e faz divisa com Sergipe. Isso significa que a Vila, devido a questão geográfica estava situada em uma região de instabilidade climática, estimulado pela aproximação nos limites de Sergipe, semiárido, caracterizado pelo clima instável oriundo do oceano Atlântico, do outro, a Bahia, zona do polígono como é observada na imagem exposta acima.

O objetivo aqui consiste em identificar a localização geográfica da Vila de Patrocínio e os motivos que contribuíam para os períodos de secas no município, bem como evidenciar os flagelos ocasionados por tais eventos sobre a população coiteense. Sendo assim, segundo o cientista Otamar Carvalho, que realiza estudos no campo das Ciências sociais e econômicas do Nordeste brasileiro, as secas:

[...] impuseram prejuízos de magnitude e natureza variada sobre os viventes nas áreas semiáridas do Nordeste. Complicaram a vida de milhares e milhares de nordestinos residentes no espaço cognominado de Polígono das Secas, instituído como figura oficialmente “protegida” pelos governos da União e dos estados. Antes daquelas secas, por seus impactos paradigmáticos, reconhecidos em todo o país, a mais notada foi a de polígono das secas. Isto ocorreu não apenas por seus efeitos sobre os seres humanos mortos, o número de animais dizimados e o destroçamento da frágil economia sertaneja<sup>110</sup>.

Dessa forma, os impactos da seca, além de dizimar vidas pelo Nordeste, segundo Carvalho, era responsável também pelo declínio das práticas sociais dos sujeitos, costumes que se inseriram na identidade de um povo. Afetava diretamente a economia das vilas e municípios que estavam concentrados nestas regiões de secas.

O trabalho de Otamar Carvalho, dentro desta dissertação, permite compreender as causas climáticas que corroboraram, primeiro, para a perpetuação da seca e, automaticamente, o sofrimento da população, visto, por exemplo, nas variadas notas do jornal *O Paladino*; segundo o qual possibilita entender um dos motivos que estimulou para a disseminação de epidemias, não somente na Vila estudada, mas em outras regiões da Bahia e do Nordeste brasileiro. Ao mesmo tempo que essa abordagem, ao fazer uso de conceitos do campo geográfico nos fornece um olhar interdisciplinar, ou seja, uma análise de vários ângulos sobre o presente objeto de pesquisa. Permite ainda visualizar as causas epidêmicas dentro das Ciências Humanas e Sociais.

---

<sup>110</sup> CARVALHO, Otamar de. As secas e seus impactos. In.: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **A questão da água no Nordeste**. Agência Nacional de Águas. Brasília, DF: CGEE, 2012, p. 46.

As condições climáticas e as mazelas sociais, expostas em parágrafos anteriores, eram agentes que influenciavam para o aparecimento de doenças na Vila, levando a população a mudar determinados comportamentos e hábitos, na busca pela sobrevivência, naquele cenário prolongado da estiagem. Conseqüentemente, as autoridades locais se viram diante de uma nova catástrofe social que interferia no funcionamento da sociedade, ou seja, a possibilidade da instalação de tempos difíceis ligados à dificuldade de permanência na cidade.

Commerciantes prejudicados fazem deste Jornal o seu intérprete. Pedem ao Cel. Intendente, que também é negociante, uma providência no caso, ordenando ao fiscal colocar os ditos mercadores em outro local, praticando assim um acto de justiça ao commercio. O commercio que é a primeira fonte de renda do município. E mesmo não fica bem à actual administração permanecer por mais tempo costume tão deprimente. Ficamos, pois, na expectativa da resolução do digno Sr. Intendente.<sup>111</sup>

A insalubridade era vista em todos os segmentos da sociedade, neste caso, sendo uma das relações e questionamento dos comerciantes, uma vez que o comércio era a principal base econômica do município, mas que estava em estado decadente no que se refere a comportamentos deprimentes.

Diante desse contexto, o poder local passou a reafirmar a necessidade de mudanças em espaços públicos que eram fonte de proliferação de doenças, na tentativa de reter o quadro crítico que o município enfrentava. Dessa maneira, eram comuns as autoridades, apontando as características geográficas da Vila, como uma justificativa para viabilizar as reformas que estavam previstas nas políticas de saneamento básico, evitando rejeições por parte dos moradores.

Esse dualismo era visto nas ruas de Patrocínio do Coité que retratavam traços da arquitetura colonial e imperial. Retorna-se aqui uma das notas que discriminam o cenário das avenidas de Patrocínio nos primeiros anos da década de 1920, principalmente no período de feiras livres, que apontava a precariedade de tais espaços, gerando transtorno à população que necessitava da locomoção. Esta realidade era, na verdade, um contraste com a nova ordem social das cidades, que deveria ser substituída pelos traços da modernidade, apresentando o início de um longo processo de modernização.

A construção de uma sociedade civilizada e os padrões da elite dominante eram ideologias que estavam camufladas nas políticas de saneamento básico.

---

<sup>111</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota de apelo dos Comerciantes, para a remoção de vendedores ambulantes. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 11 de abril de 1920. Ano I, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

Concebem uma maneira de construir e/ou transformar a cidade, através de práticas definidas, mas também constroem uma maneira de pensá-la, vivê-la ou sonhá-la. Há uma projeção de uma “cidade que se quer”, imaginada e desejada, sobre a cidade que se tem, plano que se pode vir a realizar-se ou não. [...] A “cidade do desejo”, realizada ou não, existiu como colaboração simbólica na concepção de quem a projetou e a quis concretizar.<sup>112</sup>

A arquitetura colonial em Patrocínio do Coité, que divergia das remodelações desencadeadas no cenário nacional, no auge da modernização do Brasil, também se torna um meio de denúncia dos velhos hábitos de construções vista nas edificações, casas e comércio<sup>113</sup>. Isto, para autoridades representava uma infecção que deveria ser superada com as efetivações das políticas higienistas, a qual trazia para o cenário de debate a necessidade de novos olhares arquitetônicos

Nesse sentido, como consta na íntegra:

[...] o antigo cemitério deu lugar a uma linda praça pública cheia de flores e de árvores em crescimento, além de ser o local também onde fora construída a primeira escola pública da cidade, tratava-se da Escola Reunidas Professor Francisco de Paula Abreu, nome dado em homenagem ao professor Abreu<sup>114</sup>.

Para que a sociedade de Patrocínio atendesse às expectativas da modernidade, tinha que, antes de tudo, abandonar costumes que já não eram mais bem vistos pelos olhos da elite local e autoridades sanitárias. Contudo, devemos destacar que o abandono de tais práticas, como a construção de casas com estruturas tradicionais, colocaria fim a uma tradição secular pertencente à identidade daquele povo, em favor da viabilização do projeto ambicioso da elite dominante brasileira de civilizar todas as classes da sociedade.

Corpos, casas, quintais, habitações coletivas, ruas, bairros, espaços públicos, comércio, serviços prestados, cemitérios, nada escapou à minuciosa inspeção que pretendia transformar a cidade doente em uma cidade sadia, limpa e ordenada, requisito fundamental para a implantação e consolidação de uma sociedade ‘moderna’, comprometida principalmente com o liberalismo europeu<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup> PESAVENTO, Sandra. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995. p. 283.

<sup>113</sup> Temos observado que continuam a edificar casinhas baixas e sem esthetica, no pertinente, no perímetro da villa. Esse mal, cujo remédio só vende a Intendência Municipal, pelo contrário o Coité não chegará nunca a Cuia. In: ABREU, Francisco de Paula. Nota de alerta acerca de edificações sem estética no centro urbano. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 29 de junho de 1920. Ano I, n. 4. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

<sup>114</sup> SANTOS JUNIOR, Robério José. **A representação da morte em Paripiranga** – Bahia: ritos, práticas e discursos (1919 – 1961). 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. p. 61.

<sup>115</sup> LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **Hist. Cienc. Saúde**, Mangueiras, RJ, v. 3, n. 3, p. 44-96, 1996. p. 82.

Analisando as características sociais que já foram explicitadas até o momento, seria quase impossível ver qualquer elemento da modernidade nas ruas da cidade de Patrocínio. Ao entrar na cidade, os visitantes já se deparavam com o cemitério municipal em estado de decadência, símbolo de abominação e ofensa à saúde pública naquele contexto. Sobre a localização do espaço cemiterial, fazemos ressalva que a sua posição compreendia a região mais elevada da cidade, ou seja, a região urbana.

Por esse viés, a imagem abaixo retrata a Escola Reunidas Prof. Francisco de Paula Abreu, local onde se concentrava o cemitério da cidade, antes de ser removido em 1924.

**Figura 7 - Panorama da fachada da Escola Reunidas Prof. Francisco de Paula Abreu, localização do antigo cemitério da Vila do Patrocínio do Coité, Paripiranga (BA), década de 1945**



Fonte: Acervo pessoal de Roberto Santos de Santana, Adustina (BA), 2020.

É relevante pensar os cemitérios como espaços de memória afetiva e história, pois ali estavam os resquícios de entes queridos. Desse modo, de acordo com Ribeiro, Tavares e Brahm:

Embora presente como uma de suas características mais singulares, o silêncio em seu interior – silêncio esse que é apenas aparente, visto que o mesmo, em si próprio, transmite sempre algo/alguma coisa para quem tiver ouvidos (e olhos) treinados para ouvir/perceber –, cemitérios são espaços que comunicam muito sobre a história, a cultura de um país, uma cidade, uma sociedade, um

grupo social porquanto são como espelho do mundo, ou extrato complexo da cultura de seu tempo<sup>116</sup>.

A análise da remoção do cemitério nesta dissertação é pertinente, uma vez que um espaço como este, ao longo da história, foi símbolo dos conflitos religiosos no país, carregando em sua definição aspecto de medo, pânico e morte. Ao mesmo tempo em que promove um olhar interdisciplinar de como a localização de tal espaço contribuiu para a construção das políticas sanitárias daquela época, identificando o cemitério municipal como ambiente de surgimento e disseminação de doenças epidêmicas.

Os cemitérios passaram a ser alvo dos debates do poder legislativo de Patrocínio do Coité, uma vez que se localizavam no centro da cidade, com grandes aglomerações nos períodos de feiras livres:

Instituições como hospitais, cemitérios, prisões e hospícios, vistos como frutos do crescimento das cidades e, portanto, indispensáveis ao seu funcionamento, serviam, segundo os médicos, de focos de doenças, representando um perigo para o todo urbano. Não podiam e nem deviam ser abolidas, devendo, porém, ser expulsas do centro da cidade, já que suas localizações não obedeciam aos critérios de salubridade. Eram infectadas ao contato com os locais onde estavam instaladas, e as exalações e miasmas que geravam em seus espaços fechados, por sua vez, as infectavam, assim como a toda a cidade, constituindo-se em focos de epidemia e contágios<sup>117</sup>.

No presente recorte espacial, não seria diferente, pois as tentativas de demolição do cemitério significavam, de certo modo, as influências das políticas de urbanização e as necessidades de transformações sociais em Patrocínio do Coité.

Embasado nessa conjuntura de pressão constante, seja das práticas sociais dos moradores, como as condições sanitárias de determinados espaços públicos, como a feira livre e o próprio cemitério, aos poucos foram surgindo debates que lançavam olhares sobre tais questões. Diante disso, autoridades da saúde sob o poder local criam, no ano de 1921, as primeiras pontas do projeto que defendiam a mudança do cemitério de Patrocínio do Coité para um local afastado e longe de circulação de pessoas. Logo, o projeto ganhou proporções sociais e políticas.

---

<sup>116</sup> RIBEIRO, Diego Lemos; TAVARES, Davi Kiermes; BRAHM, José Paulo Siefert. Museu da morte? Vozes e narrativas no Cemitério de Santo Amaro, Recife (PE). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 96-125, 2016. p. 98.

<sup>117</sup> RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos Mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. p. 58.

A repercussão do projeto que viabilizaria a remoção do cemitério chegou às folhas do jornal *O Paladino*, sendo agraciado de maneira positiva por seus redatores.

CEMITÉRIO: Fala-se na provável remoção do cemitério público desta vila para local mais apropriado. Se verdadeira a notícia, não temos que aplaudir tal iniciativa em nome dos mais rudimentares princípios da higiene pública. Realmente não se compreende um cemitério colocado no centro de uma vila com grave detrimento para a saúde da população e demais contíguo (!) ao matadouro público. Os europeus e norte-americanos tais não admitem mesmo nas suas longínquas colônias do interior africano<sup>118</sup>.

Um ponto que deve ser levado em consideração ao analisar os discursos da nota anterior, que consiste na importação das concepções dos europeus para o território brasileiro acerca dos princípios de higienismo. A fonte primária acima possibilita caracterizar o processo de influência sobre os olhares dos norte-americanos para os hábitos da população das cidades brasileiras, como a da Vila de Patrocínio. Todavia, o contexto dos países europeus corresponde à ascensão da *Belle Époque*, momento de otimismo econômico e de grande entusiasmo para os países norte-americanos, que tivemos a preocupação de problematizar nas primeiras linhas desta dissertação.

No Brasil, diante de todos os problemas sociais gerados pela desigualdade e questões políticas, vivia outra conjuntura na década de 1920, marcada pela forte imigração, êxodo rural, políticas oligárquicas, a dependência econômica, conflitos étnicos, entre outros aspectos que afetavam diretamente o cotidiano dos brasileiros<sup>119</sup>.

De acordo com o historiador Rezende, em seu livro sobre os cemitérios brasileiros, “a localização desses cemitérios costumava ser próxima ao centro da cidade, pois eram construídos um pouco afastados do centro, porém com a expansão das cidades, eles acabaram ficando cercados pelos novos bairros e seus muros de prédios”<sup>120</sup>.

No que se refere à datação da apresentação do projeto, identificou-se que somente em 1923, representantes do poder local, jurídico e moradores se reuniram para tratar das primeiras ações do projeto de remoção do cemitério, simbolizando o início de um período marcado por conflitos entre o poder eclesiástico, leigos, religiosos e demais segmentos que tinham interesse, seja de forma direta ou indireta. Como se percebe nas linhas a seguir:

Aos 27 dias do mês de maio de 1923, reunidos no paço municipal, cidadãos representantes de todas as classes sociais sob a presidência do Coronel

<sup>118</sup> ABREU, Francisco de Paula. Mudança do Cemitério. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 18 de setembro de 1921. Ano III, n. 4, p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

<sup>119</sup> FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sérgio. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

<sup>120</sup> REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Cemitérios**. São Paulo: Editora Necrópole, 2007. p. 29.

Joaquim de Mattos Carregoza, eleito por aclamação, foi dada a palavra a quem dela se quisesse utilizar. A pedido, falou o professor Francisco de Paula Abreu, explicando os motivos da reunião. Trocaram-se ideias e destas conversações resultou em constitui-se uma Comissão Geral do Município e outras subcomissões dos Arraiais. São estes os nomes escolhidos para a comissão Geral: Coronel Joaquim de Mattos Carregoza, Presidente João Carregosa da Trindade, Vice-Presidente; Deocleciano Fraga Dias, Tesoureiro; Jonathas de Menezes Lima; 1º Secretário, Manoel Coelho Cruz; Segundo Secretário; Professor Francisco de Paula Abreu; Oradores, Francisco Dias Sobrinho, José Rabello de Mattos, Manoel de Mattos Santa Reza, Aristeu de Vasconcellos Bittencourt, Ismael Quirino da Trindade, Antônio José Das Virgens, Jeronymo Evangelista de Carvalho, Antônio Domingues de Sant'Ana, Antônio de Carvalho Santa Rosa, José Ferreira de Menezes, João Correia Pimentel, Virgílio Ferreira Lima, Aprígio Doria, Francisco Déda, Demóstenes Borges, José Dias da Silva, Odilon Ferreira Lima, Isaias de Miranda Mattos, José Sodré dos Santos, Altamirano de Carvalho, Manoel Rodrigues Santiago e João Correia de Andrade; Subcomissões: para o Arraial de Queimadas, José Ribeiro de Jesus, Antônio Ramos da Silva, Alcides José de Sant'Anna; para o Arraial do Saco: Graciliano Leal, Manoel Carcino dos Santos e José Lino Ferreira; para o Arraial de Barreiras: Joaquim Correia, Paulo Virgínio e Florestino José de Carvalho. Pelo Coronel Francisco Dias Sobrinho, reconhecida por todos a imprescindível necessidade da construção do Cemitério, foi assentada a ideia da reunião de um conselho municipal para votar uma verba em auxílio. Igualmente, falou-se sobre um dos pontos vitais do novo cemitério, isto é, o terreno. Diante disso, ficou assuntado que o obteriam com facilidade, dada a boa vontade do pessoal. Pelo senhor João Barbosa da Trindade, foi declarado o que antes de qualquer outra providência e que a comissão se dirigirá ao Rev. Pároco no sentido de adquirir por compra o terreno em que foi localizado um novo cemitério eclesiástico no uso da resposta negativa, a comissão agirá de modo mais conveniente aos interesses da população. Esta proposta obteve aprovação unânime. E para constar, de tudo lavrou-se a presente ata que lida e achada conforme, foi subscrita pelos presidentes e por Francisco Silveira Deda, Secretário interino que a escreveu. Seguiram-se numerosas assinaturas<sup>121</sup>.

Houve alguns movimentos de resistência que iam contra tal demolição, entretanto, os idealizadores do projeto tinham apoio do poder estadual e amparo da justiça local. A problemática aqui está relacionada em entender como os conflitos ideológicos se desenvolveram na sociedade, destacando seus efeitos no atraso da remoção do cemitério que só ocorreu em 1924. Além disso, a preocupação inicial dos representantes cristãos e políticos era de entender qual o segmento da sociedade ficaria incumbido de arcar com os custos da construção do novo cemitério, haja vista que necessitaria da compra de um novo terreno às margens da cidade, além da edificação dos muros e túmulos. Este último tinha como objetivo receber os corpos cadavéricos do antigo cemitério.

---

<sup>121</sup> ABREU, Francisco de Paula. Reunião no Paço Municipal para tratar da construção do cemitério. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 03 de junho de 1923. Ano IV, n. 4. p. 02-03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

Dessa maneira, os representantes da sociedade tentavam entrar em um acordo para a construção de um novo cemitério, os demais moradores viam-se diante do resultado das práticas das gerações passadas e presentes, o que resultou no surgimento de epidemias do sarampo, ceifando vidas e culturas na Vila de Patrocínio do Coité.

Com o terreno comprado, o padre iniciou as conversas com a população acerca da ajuda que os mesmos deveriam prestar para a construção do cemitério, já que se tratava de uma obra puramente pública e que serviria para todas as pessoas. Visto isso, de imediato o mesmo conseguiu grande número de ajudantes, principalmente homens com carros de boi, para poder levar as pedras ao novo cemitério<sup>122</sup>.

A remoção do cemitério representou não somente a construção encabeçada pelas autoridades locais, mas também uma aceitação, de certo modo, por parte da população, dos princípios higienistas e urbanísticos, disseminado com frequência pelo jornal impresso *O Paladino*, ao qual definiu a nova construção, comparando ao início de uma era pautada no progresso, ordem e embelezamento dos espaços públicos da Vila de Patrocínio.

Nessa compreensão, desde a primeira abordagem sobre as condições climáticas, entendemos que este fator se tornou um dos meios precursores que influenciou na construção de olhares críticos sobre as condições dos espaços públicos. Nesse sentido, a insalubridade do cemitério local, causada pelas oscilações entre a chuva e seca na região, gerava medo entre os coiteenses, corroborando para as mudanças de hábitos de Patrocínio do Coité, como a organização da feira livre, fonte de críticas do jornal *O Paladino*, bem como a remoção do cemitério do centro da cidade para uma área afastada do centro urbano, longe da circulação das pessoas e dos olhares da Intendência Municipal de Saúde. Conclui-se que o cotidiano, principalmente dos cidadãos, se configurava com práticas anti-higiênicas e pela disseminação da insalubridade nos diversos setores da cidade.

#### 3.4 “O SARAMPÃO ATACA MAIS UMA VEZ”: OS IMPACTOS DO MAL AVASSALADOR NA POPULAÇÃO COITEENSE.

Era 26 de junho de 1921, quando *O Paladino* informava aos seus assinantes o primeiro caso fatal de sarampo na Vila de Patrocínio do Coité:

---

<sup>122</sup> SANTOS JUNIOR, Robério José. **A representação da morte em Paripiranga** – Bahia: ritos, práticas e discursos (1919 – 1961). 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. p. 58.

Vítima de sarampo sepultou-se domingo passado com numeroso acompanhamento, a inocente Maria de Lourdes, filhinha do sr. José Domingues dos Santos comerciante desta praça. Este cavalheiro pediu que em seu nome manifestássemos o seu agradecimento a todos aqueles que se dignaram acompanhar o féretro<sup>123</sup>.

Tratava-se de uma criança, referenciada pela palavra “inocente”, filha de comerciante da cidade e também assinante do jornal. Durante o cortejo fúnebre, houve grande participação da sociedade que vieram dos povoados para externar sua solidariedade à família enlutada. Uma maneira de manifestar os pesares em um momento difícil para aquela família era sobre este viés, ali naquele cortejo fúnebre. Porém, muitos não tinham noção do quão grave era o contato deles com o corpo cadavérico e com a família, haja vista que o motivo da morte se deu pelo contágio de uma moléstia agressiva, a qual se manifestou na residência da pequena Maria de Lourdes.

O Sarampo é uma doença viral infecciosa aguda, extremamente contagiosa e bastante comum na infância, podendo evoluir com complicações graves, incluindo encefalite, pneumonia e morte. [...] Seu modo de transmissão ocorre de forma direta, por meio de secreções nasofaríngeas expelidas ao tossir, espirrar, falar ou respirar por pessoas infectadas pelo vírus ou, raramente, por aerossol, em membranas mucosas do trato respiratório superior ou conjuntiva<sup>124</sup>.

Para o Doutor Carvalho, pesquisador no campo da Biologia, o comportamento epidêmico do sarampo varia de acordo com a localidade. O seu surgimento tem origem com a vulnerabilidade da população diante das condições socioeconômicas, aquelas que favorecem a aglomeração em lugares públicos e em pequenas residências, além das questões de alimentação e baixa imunidade. Era exatamente este cenário que os moradores da Vila de Patrocínio viviam. Um ambiente de instabilidade social, impulsionado pelos costumes dos sujeitos, vítimas de suas próprias práticas coletivas e individuais.

Com base nas perspectivas de Carvalho, os coiteenses que se sujeitaram a acompanhar o sepultamento estavam suscetíveis à transmissão, uma vez que “O vírus é transmitido por contato direto com gotículas infecciosas ou por via aérea, quando uma pessoa infectada respira, tosse ou espirra<sup>125</sup>”. Ao mesmo tempo, ressalta-se que o sarampo é uma doença com distribuição universal, com variação, sendo que, nos climas tropicais, a transmissão parece

<sup>123</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota Necrológica. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 26 de junho de 1921. Ano II, n. 4. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

<sup>124</sup> CARVALHO, Andrea Lucchesi de et al. Sarampo: atualizações e reemergência. **Rev. Med.**, Minas Gerais, n. 13, p. S80-S85, 2019. p. 81.

<sup>125</sup> *Ibid.*, p. 81.

umentar depois da estação chuvosa. Não eram somente as ações individuais, mas também as precipitações atmosféricas, dispositivos, que fomentavam a presença do vírus na cidade.

Abre-se aqui espaço para uma nota técnica, pois é importante destacar que a abordagem posta acima, sobre o sarampo, foi descrita levando em consideração estudos recentes do período de 2019 a 2021.

Isso posto, durante muito tempo, a medicina desenvolveu diversas pesquisas na tentativa de entender a origem do sarampo e seus processos de mutações. A procedência do sarampo enquanto marco temporal e espacial é uma incógnita.

O sarampo foi relatado pela primeira vez nos Estados Unidos por John Hull em 1657, na cidade de Boston, onde causou epidemias severas e periódicas, resultando em doenças e mortes substanciais. Foi somente no ano 1670 que Thomas Sydenham, ao descrever uma epidemia em Londres, propôs o quadro clínico e as complicações respiratórias causados pelo MEV, distinguindo o mesmo da varíola<sup>126</sup>.

A mesma acrescenta que a comprovação do sarampo enquanto doença de alta gravidade só se tornou possível em 1846, descobrindo as consequências do período pós-infecção e o tempo de duração da doença no corpo do doente. Mesmo com as primeiras evidências do sarampo, o vírus se espalhou por todos os continentes chegando às Ilhas Fiji, no Continente Oceânico, matando quase 20.000 pessoas em 1875, com taxa de mortalidade de 26%.

Desde então, a partir das múltiplas diligências realizadas pela ciência foi possível constatar que este vírus, inicialmente, infectava apenas os animais, até que surgiram mutações que oportunizaram a transcendência desta doença ao corpo humano, permitindo a disseminação do sarampo entre as mais diversas sociedades humanas ao longo do tempo, sendo responsável pela modificação do cotidiano e alterando a história da humanidade.

Na linguagem biológica, o vírus causador do sarampo é chamado tecnicamente de *Measles morbillivirus*. Segundo pesquisas desenvolvidas recentemente pela *Revista Science*, sobre este vírus existem duas variantes: a primeira surgiu em meados da Idade Média, afetava os animais, causando desidratação, febre, levando-os à morte logo em seguida. Esta variante seria um dos fomentadores da Peste Bovina que ainda permaneciam sobre os animais. Seus últimos picos foram entre 2007 e 2011.

Já a segunda variante, iria se mutuar a partir da primeira, chegando ao corpo humano. Este seria o Vírus causador do sarampo na população humana, tendo como principais sintomas:

---

<sup>126</sup> SILVA, Suelen Soares da et al. **Sarampo na era da eliminação no Brasil**: estudo de surtos recentes baseado no sequenciamento da região não codificante do genoma do vírus. 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado Medicina Tropical) – Instituto Oswaldo Cruz, 2018. p. 21.

febre alta, dores de cabeça, conjuntivite, coriza, manchas vermelhas no corpo, sensibilidade à luz, tosse entre outros.

Com o processo de urbanização e, por conseguinte, a intensificação da domesticação, as pessoas passaram a ter um maior contato com os animais, inclusive àqueles que estavam acometidos com o vírus, o qual posteriormente seria denominado de sarampo. Dessa forma, o sarampo logo passaria a atuar sobre os corpos humanos devido à aproximação entre animais e humanos, contribuindo para a transferência de vírus e bactérias que até então predominava apenas sobre o organismo de animais como porcos, vacas, bois e cabritas.

Como foi mencionado, o sarampo é uma doença causada por um vírus nesse caso, trata-se de um vírus de *Ácido Ribonucleico (RNA)* ligado a classe *Morbillivirus*, da família *Paramyxoviridae*. O vírus é transmitido através da secreção da saliva, sendo expulso pelo sujeito contaminado, por meio da tosse, respiração ou mesmo pelo falar. Deste modo, a forma de transmissão desta doença contribui para o crescimento de casos, devido a sua facilidade de passar o vírus adiante. O Sarampo, conhecido durante muito tempo pelas suas manchas avermelhadas, desenvolve vários quadros clínicos, se manifestando pelo corpo em um prazo de 10 dias, o suficiente para levar o doente à morte, caso não seja tratado corretamente<sup>127</sup>.

Dentre as complicações mais comuns, geradas pelo sarampo, inclui-se a Pneumonia (inflamação no sistema respiratório pulmonar), baixando a imunidade do corpo humano, deixando o sujeito suscetível a outras doenças e também a encefalite (Inflamação no Cérebro), gerada pelo vírus do sarampo. As sequelas são variadas, desde o retardo no crescimento, incapacidade mental a deficiência visual, surdez, etc. É válido destacar, que a doença do sarampo se manifesta tanto em adultos quanto em crianças, sendo este último público, um dos principais acometidos de mortalidade, considerando a vulnerabilidade do organismo das crianças abaixo de cinco anos.

Na década de 1920, a medicina brasileira ainda não tinha esse entendimento de forma específica acerca do modo de transmissão e tratamentos cabíveis para a erradicação da doença e a descoberta da vacina. Isso só foi possível décadas depois, em 1963. Nesse sentido, a população coiteense se vira diante do mau avassalador desconhecido pelos recursos médicos locais no que diz respeito a seu tratamento.

Após o registro do primeiro caso publicado no jornal impresso, os médicos higienistas passaram a se debruçar em entender as formas de contaminação, para então pensarem em

---

<sup>127</sup> SILVA, Tiago Pessoa Tabosa; FERREIRA, Israel de Lucena Martins. **Doenças infecciosas e parasitárias:** guia de bolso. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 2498-2502, 2006.

possíveis tratamentos científicos. Como e por quanto tempo o vírus do sarampo pode ser transmitido? Eram questionamentos como este que os profissionais da saúde tentavam responder. Na verdade, a morte da inocente Maria de Lourdes despertou um sentimento de revolta e angústia, uma vez que retratava mais um meio de denúncia da calamidade social de Coité, cidade que sofria da insalubridade das ruas e avenidas, da falta d'água em todas as regiões do município, bem como precárias condições de higiene.

Este caso fatal, em paralelo com outras situações, elevará, portanto, o número de óbitos entre as crianças, principalmente se considerarmos que esta faixa etária tende a possuir baixa imunidade, se tornando alvos fatais do vírus. Seus organismos eram indefesos e, como resultado desta assimilação, a epidemia se propaga com mais facilidade no público infantil. Em uma outra nota, *O Paladino* informava o quadro da doença na região “O Sarampão: Este exanthema e [ilegível] a grassando com caráter maligno neste município, já tendo feito muitas vítimas na população infantil”<sup>128</sup>.

As contribuições de Andrea Carvalho permitem observar, por exemplo, o seu apontamento sobre os efeitos da doença e como ela se manifesta na sociedade. “O Sarampo é uma das principais causas de morbimortalidade entre crianças menores de cinco anos de idade. O vírus é transmitido por contato direto com gotículas infecciosas ou por via aérea quando uma pessoa infectada respira, tosse ou espirra<sup>129</sup>. O impacto social foi visível em todos os setores da sociedade dentro de dois meses, gerando preocupação nos espaços hospitalares e casas de enfermidades. Isto colocava em dúvida, para além dos recursos médicos que existiam naquela época do surto.

Nas notas necrológicas encontradas durante o processo de pesquisa, há o falecimento de duas irmãs vitimadas pelo sarampo, ambas residiam na Vila de Patrocínio do Coité, filhas de um importante comerciante da região, o Sr. Manoel da Conceição Major. “O SARAMPO CONTINUA ASSOLANDO: Sábado foi sepultada no cemitério desta Villa vítima de sarampo, uma filha do nosso assinante Manoel da Conceição Major”. O que se deve levar como ponto de partida sobre a nota necrológica catalogada está no título, informando que a doença ainda permanecia na cidade, causando mortes pelos corpos que tinha contato. Além disso, pode-se constatar que ocorreu também, como no caso da inocente Maria de Lourdes, o acompanhamento de várias pessoas no cortejo fúnebre, uma prática cultural que pertencia a identidade daquele

---

<sup>128</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota Necrológica. *O Paladino*, Patrocínio do Coité, 26 de junho de 1921. Ano II, n. 4. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

<sup>129</sup> CARVALHO, Andrea Lucchesi de et al. Sarampo: atualizações e reemergência. *Rev. Med.*, Minas Gerais, n. 13, p. S80-S85, 2019. p. 81.

povo, mas que, segundo os princípios higienistas, colocavam a saúde dos que se faziam presentes vulneráveis, propiciando a contaminação.

Levando em análise as notas necrológicas, em um prazo de sete dias, especificamente em 07 de agosto de 1921, veio a óbito a outra filha do Manoel da Conceição Major. “Sexta feira faleceu outra filha do sr. Manoel da Conceição Major, vítima de sarampo”. Ao analisar tal caso, deve-se levar em consideração duas vertentes de observações: a primeira com relação ao impacto direto gerado pela perda contínua de entes queridos, quando a família foi forçada a viver por duas vezes o sentimento da perda e a dor; o segundo ponto é a instalação de um ambiente de medo entre os moradores, gerado pela morte das irmãs e outros casos que vinham assombrando a população diante da sequência de mortalidade infantil.

Os impactos sociais aqui eram visíveis, seja na família ou na sociedade. Dessa maneira, os casos que sucederam não foram diretamente, pois fomentaram o pânico entre os moradores e a desconfiança frente à insuficiência dos recursos médicos da época.

No decorrer das páginas do jornal *O Paladino*, registra-se que, entre os meses de junho e julho de 1921, houve a morte de sete crianças, identificadas como causa da morte, o sarampo, sendo algumas delas irmãs e recém-nascidos. É importante pensar que a grande maioria das publicações presentes no jornal, não diferem de outros meios de comunicação, os quais discorrem sobre famílias que possuem poder aquisitivo ou status social de Patrocínio do Coité, na década de 1920. O objetivo aqui é mostrar a possibilidade de outros casos não serem noticiados nas folhas de jornais impressos da cidade, haja vista que nem todos tinham acesso a esse meio de comunicação. Entendendo que os casos de sarampo em famílias de baixo poder econômico não eram publicados, pois estes não faziam parte do público-alvo do jornal. Considerando esta hipótese, identificou-se que todos os casos noticiados pertenciam a assinantes do jornal impresso.

As notas postas foram primordiais para elaborar as linhas de análises sobre o surto epidêmico de sarampo em 1921, sendo que uma delas é referente às causas de morte que foram silenciadas. Conforme observado, foi em 26 de junho de 1921 que o referido jornal trouxe a informação sobre a insistência do sarampo e a confirmação de sua primeira vítima, que assolava, sobretudo, o público infantil. Nesse mesmo dia, o redator noticia que o sarampo já se apresentava há tempo na cidade, ceifando a vida de meninos e meninas da pequena Vila. Ao retornar no tempo e analisar as notas de morte no período anterior a isso, mais precisamente entre o dia 20 de março a 25 de junho de 1921, percebe-se que foi publicado no jornal o falecimento de 08 crianças noticiadas como causa da morte desconhecida.

Observa-se, portanto, que em 26 de junho foi comprovado a primeira vítima do sarampo, entretanto, o jornal sempre noticiava a perpetuação do sarampo nesta cidade, levando assim a compreender que as oito crianças que morreram de causas desconhecidas, também poderiam, na verdade, terem sido vítimas do sarampo.

Existem três pontos que devem ser considerados ao problematizar tal inquietação. Primeiro, consiste na aproximação do falecimento de uma criança a outra, que era de aproximadamente 10 dias, período este considerado, pelos médicos, ideal para manifestação dos sintomas e a morte do indivíduo. O segundo ponto permeia pelo público-alvo do sarampo neste contexto, o infantil. Por fim, o terceiro ponto se vincula à persistência do jornal, mostrando que antes mesmo da identificação da primeira morte, causada pelo sarampo, da pequena Maria de Lourdes, este mal já teria feito muitas vítimas nesta Vila<sup>130</sup>.

Outro caso emblemático foi o das filhas do Sr. Joaquim Carvalho. Uma delas era Maria e a outra com nome não identificado na nota necrológica. “Depois de longos padecimentos, faleceu na manhã de quinta-feira a inocente Maria, estimada filhinha do nosso amigo o sr. Joaquim de Carvalho Mattos, negociante desta praça”. A fonte acima é um exemplo balizador para entender o que se havia levantado anteriormente, ou seja, a morte de crianças causadas pelo sarampo antes mesmo do jornal se manifestar em suas páginas. No que concerne ao caso, a pequena Maria foi sepultada, segundo o jornal, em 17 de junho de 1921. Contudo, observa-se que na morte da outra filha do Sr. Joaquim Carvalho, o sarampo foi identificado como o causador da morte: “Quarta-feira, vítima de sarampo faleceu outra filhinha do nosso assinante Joaquim Carvalho Mattos, comerciante desta praça<sup>131</sup>”.

Partindo para as considerações, fica claro que o jornal antes de junho de 1921 não produziu matérias afirmativas sobre os casos mortes de sarampo na Vila, apenas frisando de modo incisivo que a epidemia se fazia presente naquela região e ceifava vidas, porém, não mencionava com pontualidade quem eram essas vítimas e às quais famílias pertenciam. Diante da análise das fontes, identificou-se que o apogeu de casos de sarampo se deu em meados de junho e julho de 1921, conseqüentemente a pressão gerada pela própria moléstia influenciou os redatores do jornal a ocuparem suas páginas com os casos de sarampo que assolavam os seus assinantes, amigos e familiares. Justamente, esses casos pontuais mencionados no jornal

---

<sup>130</sup> “Este exanthema e [ilegível] a grassando com caráter maligno neste município, já tendo feito muitas vítimas na população infantil” In: ABREU, Francisco de Paula. Nota Necrológica. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 26 de junho de 1921. Ano II, n. 4. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

<sup>131</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota Necrológica: falecimento de uma criança vítima de Sarampo. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 03 de julho de 1921. Ano II, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

vinham com comentários que demonstravam a gravidade do surto no município de Patrocínio do Coité, e que este era bem maior do que as notas necrológicas citavam.

Posteriormente a julho de 1921, verifica-se que o jornal deixa de divulgar os impactos do sarampo. Isso de certo modo não significa o fim desta doença na cidade. De acordo com Chalhoub (2012)<sup>132</sup>, durante o Brasil Império, diante da intensificação das epidemias, o Governo Imperial tomou medidas radicais acerca dos jornais, pois a publicação de casos e falecimentos de pessoas vítimas de moléstias contagiosas geravam impactos econômicos, colando os cidadãos em estado de medo, influenciando para a baixa imunidade para aqueles indivíduos que se encontravam enfermos nos hospitais. Esta estratégia de fato tinha apoio dos médicos, a fim de evitar a propagação do medo entre os vivos e garantir a funcionalidade de todos os setores.

Segundo Chaves, a cólera quando se instalou no interior da Bahia, entre 1855 a 1856, levou as autoridades a tomarem um conjunto de medidas, a fim de amenizar os efeitos da doença pela província.

Além da polémica acerca dos procedimentos de cura das epidemias, muitas autoridades sanitárias - da Bahia e do Prata - silenciaram-se quando do início do aparecimento das primeiras mortes, objetivando não propagar uma imagem negativa de suas distintas regiões para os comerciantes estrangeiros e para os primeiros imigrantes que já chegavam na América. Em muitos casos, essa omissão decorreu em um atraso nas providências necessárias para o combate das epidemias. Advém ainda, do fato de terem forjado explicações raciais para o surgimento das epidemias de cólera morhus e febre amarela, que ver-se-á mais adiante<sup>133</sup>.

A medida de silenciamento dos casos de cólera tinha como objetivo tranquilizar o comércio portuário de Salvador, mostrando para os países e a população do interior que a capital estava segura para a atividade do comércio, impedindo que o medo se propagasse e afetasse a produção da matéria prima nas regiões, bem como, as relações comerciais com outros países como a Argentina. Ao mesmo tempo, essa medida de omissão representava a ausência de recursos médicos para o combate à doença.

Nesse sentido, assentimos com Chalhoub e Charles, a possibilidade dessa estratégia de contenção do medo ter surgido no contexto estudado, de Patrocínio do Coité, de forma

---

<sup>132</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>133</sup> CHAVES, Cleide de Lima. **De um ponto a outro**: a Bahia e o Prata (1850-1889). 2019. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2001. p. 94.

intencional por partes das autoridades locais, tentando evitar ali uma desordem na economia do município e a escassez de produtos e gêneros alimentícios.

Assim, pode-se questionar a probabilidade de outros casos de sarampo ocorridos no município, mas por fatores socioeconômicos não foram publicadas, elevando o número de mortos e seus impactos sobre o cotidiano da Vila<sup>134</sup>. Evidencia-se assim, a negligência das edições do jornal *O Paladino* no ano de 1921, acerca das informações pertinentes à população de Patrocínio do Coité, como o avanço da doença pelos corpos, ruas, avenidas e casas.

Ainda observamos que a relação entre economia e o surto epidêmico do sarampo era visível, diante das fontes analisadas, observou-se que os pais das vítimas identificadas eram comerciantes da cidade. Dessa maneira, a manifestação do sarampo se dava com frequência em crianças, como já posto em debate. Isso significa que, de certo modo, o exercício profissional dos pais tenha influenciado diretamente e indiretamente para a transmissão da doença, pois os comerciantes mantinham contato com várias pessoas, estas circulavam em todos os locais da Vila e regiões vizinhas. Durante a feira livre, vinham à cidade, pessoas de várias localidades, inclusive outros comerciantes da região Agreste de Sergipe e da Bahia.

Pontuamos ainda, que os adultos possuíam fatores biológicos como alta imunidade, por conseguinte, o corpo produzia anticorpos para o combate ao vírus; no entanto, no público infantil este processo era lento, ou seja, a imunidade das crianças e recém-nascidos era inferior aos vetores do sarampo, automaticamente, a doença tinha maior efeito no público infantil. Assim, os pais eram também uma das transmissões das doenças, não do somente o sarampo, mas bactérias, vírus e outras moléstias que circulavam pelos ares das ruas de Patrocínio do Coité, levando para seus lares doenças que, em contato com o organismo infantil, se tornaria fatal, sendo um verdadeiro portador de doenças contagiosas.

A economia da Vila girava em torno da agricultura<sup>135</sup> e esta, por sua vez, era uma prática sociocultural e milenar passada de geração para geração. Porém, não se deve negar que era por meio desta prática que as moléstias expandiram seus efeitos, interferindo diretamente no cotidiano e na normalização dos segmentos da sociedade.

---

<sup>134</sup> Para responder às inquietações descritas no texto acima, a única forma de verificar tal hipótese era consultar para além do Jornal, partindo para o Livro de Óbito que se encontra no Cartório do Município. Imaginava-se que este documento traria informações contundentes sobre a filiação do defunto e também a causa da morte. Entretanto, durante o processo de pesquisa, foi constatado o estado degradante da citada fonte, se tornando um grave empecilho para a leitura e compreensão das informações dos falecimentos. Automaticamente, surgem novas possibilidades e discussões que colocam em debate o surgimento do Sarampo em Patrocínio do Coité; mas também a veracidade e indícios do nível de gravidade desta moléstia que foi responsável por influenciar no declínio de costumes, crenças e hábitos. Assim, levantamos essa hipótese, podendo-a se constituir em outros objetos de análise para futuros trabalhos acadêmicos.

A noção de higienismo ainda estava sendo construída, atrelada naquele contexto às políticas de urbanização. Assim, o espaço externo, ou seja, o meio onde o sujeito estava inserido foi antes de tudo pensado como objeto central de análise da medicina<sup>136</sup>. Contudo, os corpos vivos dos sujeitos só passaram a ser inseridos nas discussões como portadores de doenças a partir da produção de debates dentro da teoria miasmática, evidenciando que a transmissão não se dava unicamente pelos ares, mas também pelas práticas culturais e econômicas realizadas pelos povos. Era justamente o que ocorria em Patrocínio do Coité, pois a atividade do comércio se tornou alvo de críticas das autoridades higienistas diante das incisivas mortes de meninos e meninas vitimadas pelo sarampo. Dentre os espaços de comercialização estavam o matadouro público e a feira livre. Como já frisamos, o matadouro público estava ameaçado pela presença do cemitério em 1920, sendo objeto de justificativa para a remoção do mesmo.

Fazia-se necessário limpar a cidade, saneá-la, desinfetá-la. A fim de cumprir esse propósito, as autoridades empreenderam uma série de medidas sanitárias, que, não raro, interferiram em algumas atividades econômicas, nos comportamentos, no dizer, enfim, nos hábitos da população<sup>137</sup>.

Na década de 1920, o comércio, sem controle das inspeções sanitárias, demonstrava as estruturas existentes naquele período, a exemplo da desordem que assombrava as pessoas que circulavam na região e os próprios comerciantes que vendiam ali seus produtos e utensílios na feira livre. Em uma análise feita, observa-se que o comércio local sobretudo o que ocorria ao ar livre era tido como desprezível frente às leis de higienismo e saúde pública que regiam a Vila, pois, os produtos comercializados estavam à mercê de animais de pequeno e grande porte, que também circulavam na região, tornando os produtos vulneráveis à contaminação de vírus e bactérias.

As críticas do Jornal às autoridades não se permearam somente nos anos 20, fazendo uma ressalva enquanto um olhar para além do recorte proposto, durante o processo de catalogação das fontes nos deparamos com documentos legislativos, especificamente, projetos reformistas das décadas de 40 a 50 que questionavam a necessidade de mudança de determinados espaços públicos como o Mercado da Feira Livre, destacando a importância de sua ampliação, além disso questionava os hábitos insalubres dos próprios usuários do local.

---

<sup>136</sup> MOURA, R. M. G. R. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950)**: entre políticas públicas e investimentos privados. 2006. P. 53-54. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

<sup>137</sup> DAVID, Onildo Reis. **Inimigo Invisível**: a epidemia da cólera na Bahia em 1855-56. 1993. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 1993. p. 56.

Assim, este foi o que teve um maior emblema entre os munícipes, uma vez que para a construção ser viabilizada fazia-se necessário a compra de terrenos particulares para a sua ampliação, contudo não sendo recebido de bom agrado pelos seus respectivos donos. Este projeto e outros vem reafirmar como se deram as transformações nos diversos espaços públicos em diferentes momentos e contexto da História de Patrocínio do Coité, evidenciando que os projetos projetados em 1920 tinham pontos incomum com aqueles pensados em décadas posteriores como a viabilização do saneamento básico atrelada ao princípio de higienismo.

Junto à Intendência Municipal de Obras e Infraestruturas, a Câmara de Vereadores de Paripiranga passou a implantar na cidade projetos de saneamento básico, alegando, a princípio, a necessidade de reestruturação do comércio local e da feira livre:

Indicamos: Ao Ex. O Sr. Dr. Chefe do Executivo Municipal, a conveniência de ser reorganizada uma área mais ampla e exclusiva para a venda dos gêneros alimentícios a que nesta nos referenciamos. Clarival Dantas e Trindade. Considerando que no Mercado Municipal desta cidade, nos dias de feiras, o local destinado a venda dos gêneros alimentícios milho, açúcar, farinha e feijão encontra-se obstruído com bancas de doces e miudezas, calçados e etc. Considerando que, ao lado oposto, no referido Mercado tem uma área vaga; considerando ainda a confusão existente com a falta de vaga para os negociantes de cereais no dito prédio e, ainda a dificuldade de acesso do povo até o local de venda dos delitos genereos <sup>138</sup>.

A ampliação da feira estava vinculada à organização, porém, usava como pano de fundo as políticas de desenvolvimento social e saúde pública, com o intuito de ter maior aceitação por parte dos munícipes e apoio das demais autoridades de Paripiranga. A fonte aborda, de maneira indireta, o começo de uma época em que os espaços públicos estavam em evidência nos debates, caracterizando de certa forma a gestão do Prefeito Antônio Dias Trindade.

A saúde pública não foi o único argumento usado pelas autoridades em tempos de epidemias para interditar algumas atividades econômicas, mas havia também argumentos de ordem moral em determinados casos que colocavam as funções do poder legislativo em questão.

Retornando ao ano de 1921, em Patrocínio do Coité, percebe-se que a junção entre as práticas sociais vistas no comércio e o ambiente das ruas de Patrocínio continuava a causar dores e perdas nas famílias da Vila.

Após poucos dias de fatal moléstia, veio a sucumbir na madrugada de 31 do passado a inditosa menina Vitalina de Aquino, filha do Sr. Jacinto José de Aquino, negociante nesta vila e irmã do nosso distinto assinante, o jovem

---

<sup>138</sup> PARIPIRANGA. Câmara municipal de vereadores. **Projeto de Lei N° 09 de 02 de maio de 1956**. Ementa. Disponível no Acervo da Câmara Municipal de Paripiranga (BA). p. 03.

Antônio José de Aquino. A inumação teve lugar à tarde do mesmo dia com grande acompanhamento. Pêsames.<sup>139</sup>

A cidade já não era mais a mesma, nas ruas, bairros e povoados, a epidemia já tinha feito vítimas. A insalubridade era a verdadeira porta de denúncia e, mesmo se ausentando da publicação de outros casos de sarampo, o jornal *O Paladino*, preocupado com a calamidade do município frente às condições precárias de higiene pública, passou a destacar críticas às ineficiências dos recursos médicos, além de tecer fortes posicionamentos às autoridades locais, haja vista, o quantitativo de mortos.

De acordo com o historiador Santos Junior, o qual investiga a representação da morte em Patrocínio do Coité, mediante a análise de Livro de Tombo e outras fontes, destaca que um dos maiores motivos de morte na Vila era a ausência da higiene pública. Para ele,

A falta de higiene era a principal causa, sobretudo, a falta de higiene coletiva e pública; por exemplo: o contato diário com os ares podres das praças e ruas próximas ao cemitério que se encontrava no centro da Vila. Agravando a situação ainda mais, o saneamento básico também não existia, entretanto aos poucos foram surgindo alternativas para tentar amenizar esses males que assolavam tantas vidas. Nessa perspectiva, o planejamento fúnebre e social teve que ser refeito e/ou sofrer grandes alterações para que se pudesse atender aos anseios da modernidade que havia chegado ao país<sup>140</sup>.

Como isso, o sarampo continuava a ceifar vidas, uma vez que os recursos médicos e higienistas estavam limitados diante do próprio avanço da epidemia por toda a Vila. Havia na cidade um efeito de dependência nas ações, já que, enquanto os médicos buscavam por intermédio da ciência entender as formas de transmissão contagiosa ou infecciosa, as demais autoridades sobre a pressão da modernidade tentavam se aproveitar do pânico entre os sujeitos para viabilizar projetos urbanísticos. A população se via em um campo de batalha epidêmica, lutando contra um mal (des)conhecido. Uma das notas necrológicas expõe o sofrimento das vítimas antes do compadecimento:

Após breve moléstia que zombou de todos os recursos médicos, sucumbiu pelas 2 horas e 30 da madrugada de 18 do corrente ano, o nosso digno assinante s.r. Heráclito Souza Lima, contando apenas 17 anos de idade. O extinto era filho do nosso amigo cap. Francisco Assis de Souza Calaça. À respeitável e enlutada família, as nossas condolências<sup>141</sup>.

<sup>139</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota Necrológica. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 06 de agosto de 1922. Ano II, n. 4. p. 04. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

<sup>140</sup> SANTOS JUNIOR, Robério José. **A representação da morte em Paripiranga** – Bahia: ritos, práticas e discursos (1919 – 1961). 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. p. 32.

<sup>141</sup> ABREU, Francisco de Paula. Nota Necrológica. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 22 de fevereiro de 1920. Ano I, n. 4. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

A nota necrológica acima é clara no que se refere à insuficiência dos recursos médicos locais que existiam naquele momento. Como resultado da não resposta da ciência diante do surto epidêmico de sarampo que sucumbiu às vidas de várias crianças, instalou-se um ambiente de medo, promovendo um movimento de busca constante sobre as farmácias e armazéns locais de remédios que pudessem prevenir e erradicar os vírus. O medo, não diferente de outros momentos da história, se fazia presente, sendo o verdadeiro estimulador da estagnação da sociedade coiteense, como se verá com maior clareza e atenção no tópico a seguir.

### 3.5 O MEDO COLETIVO: UMA BREVE ANÁLISE DA PROPAGAÇÃO DO MEDO NA VILA DE PATROCÍNIO DO COITÉ FRENTE AO SURTO EPIDÊMICO DE SARAMPO

Medo, palavra não muito distante da realidade de Patrocínio do Coité, inserida nos contextos político, econômico e social. Durante muito tempo, o medo foi observado como efeito da “covardia”, um sentimento de insegurança sobre determinados fatos ou acontecimentos que pairavam na cidade ou na vida privada das pessoas. Com a expansão do campo historiográfico, os sentimentos e as relações sociais estabelecidas com o meio passaram a ser espaços de atuação, produzindo trabalhos que vão além de uma mera análise romancista, destacando o contexto, motivos de geração do medo, suas causas e consequência na sociedade e na vida dos sujeitos em sociedade. Dessa forma, os trabalhos acadêmicos passaram a recorrer a estudos já produzidos sobre esta perspectiva, deparando assim com um dos pioneiros em pensar a construção do medo como uma vertente da psicologia social, o historiador francês Jean Delumeau, especificamente, a outra intitulada *História do Medo no Ocidente*, que apresenta uma análise minuciosa e complexa dos “pesadelos” da civilização ocidental entre o século XIV e XVIII, pontuando os aspectos sobre a peste, a fome, a bruxaria, as trevas, o apocalipse e suas consequências enquanto a propagação do medo coletivo.

Por que esse silêncio prolongado sobre o papel do medo na história? sem dúvida, devido a uma confusão mental amplamente difundida entre medo e covardia, coragem e temeridade. Por uma verdadeira hipocrisia, o discurso escrito e a língua falada — o primeiro influenciando a segunda — tiveram por muito tempo a tendência de camuflar as reações naturais que acompanham a tomada de consciência de um perigo por trás das falsas aparências de atitudes ruidosamente heróicas<sup>142</sup>.

---

<sup>142</sup> DELUMEAU, Jean. **A história do medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. P.14.

Por essa linha de pensamento, buscamos nesta seção trazer a contribuição de Jean Delumeau referente ao conceito de medo, entendendo como ele esteve presente durante a propagação da epidemia do sarampo em Patrocínio do Coité, lançando possibilidades de análise e interpretação de fatores que ocorreram paralelamente ao surto.

Os boatos e informações que corriam na cidade sobre a manifestação de uma doença contagiosa, até então desconhecida, junto aos pensamentos calamitosos que teimavam em habitar a mente dos moradores, corroboravam para a proliferação do pânico entre eles. Após a confirmação do mal avassalador que se denominou de sarampo, a população se viu em meio a outras inquietações, provocando pressões sob os profissionais da saúde que polarizavam o modo de contágio, já que Patrocínio do Coité, não diferente de outras cidades do interior do Nordeste brasileiro, tinha recursos médicos limitados e tornava-se dependente da pesquisa científica das grandes metrópoles brasileiras principalmente Rio de Janeiro e São Paulo.

Nos anos 20, a Medicina brasileira tinha seus recursos limitados, principalmente quando se referia às cidades do interior. Em tempos de epidemia e manifestações de outras doenças a população destas regiões ficavam à mercê, visto a questão da distância entre as cidades pequenas e a capital, local este de maior assistência e atuação da medicina. Além da distância, havia também a dificuldade de acessibilidade e suporte para os profissionais que atuavam neste ramo. Sendo assim, o posicionamento dos profissionais ligados à Saúde Pública frente a doenças epidêmicas, denunciava de certo modo a estrutura de saúde e assistência naquele tempo. Um exemplo disso são os conflitos acadêmicos entre os médicos e pesquisadores da teoria contagionista e miasmática acerca do modo de contaminação.

De acordo com Barata:

A grande discussão entre os contagionistas e os miasmáticos não corria por conta da existência ou não de agentes infecciosos, mas sim das condições necessárias para que estes surgissem e determinassem doenças. Entendiam os contagionistas que apenas determinados locais preenchiam as condições necessárias para a ocorrências de determinadas doenças, e estes adquiriam necessariamente características destes lugares, a ponto de a nosografia vigente refletir esta noção: febre das prisões, febres palustres. Os embates ocorridos entre as duas correntes implicavam as medidas de controle necessárias. Ainda que a historiografia médica tradicional considere os miasmáticos como reacionários e anticientíficos, muitas das medidas eficazes de saúde pública tomadas no século passado, e mesmo no início deste, possuíram uma base miasmática: a legislação visando à melhoria das habitações do proletariado inglês, o saneamento das cidades<sup>143</sup>.

---

<sup>143</sup> BARATA, Rita Barradas; BRICEÑO-LEÓN, Roberto (Orgs.). **Doenças endêmicas: abordagens sociais, culturais e comportamentais**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. p. 142.

Devido a estes embates no campo da pesquisa médica, os quais tentavam encontrar respostas para a realidade da população brasileira e de certa forma a de Patrocínio do Coité, o sarampo tomava grandes proporções, assumindo a categoria epidemia. Para a teoria dos miasmas, a singularidade de determinados lugares contribuía para a definição e caracterização da doença, trazendo o contexto de Patrocínio do Coité frente a teoria médica. De fato, a Vila possuía vários elementos sejam sociais, geográficos e econômicos que corroboravam para a falta de higiene e por conseqüente o manifesto do sarampo.

Considerando a pesquisa elaborada pela historiadora Magda Costa no período de transição para a República, temos:

Como ainda não se conhecia a natureza de grande parte das doenças que ameaçavam toda a sociedade, as medidas utilizadas pelo governo para prevenir ou evitar o agravamento dos flagelos variaram de acordo com as diferentes teorias médicas em voga na época<sup>144</sup>.

Resultando na necessidade de compreender as diversas etiologias sobre aquela enfermidade, ao mesmo tempo que confrontavam as noções existentes sobre o surgimento, causas, efeitos e tratamentos científicos. Magda Costa acrescenta que o debate era intenso e os grupos cientistas se dividiram entre as teorias infecciosas e contagiosas. Para a autora, a primeira teoria estava embasada nas infecções causadas pela interferência direta e indireta das condições atmosféricas, sendo este um dos agentes que provocavam as epidemias, enquanto a teoria contagiosa, foi construída pela noção de transmissão direta da doença, ou seja, defendia que a doença era transmitida através do contato entre os indivíduos. Já a população questionava como surgiu. Qual o canal de transmissão? Quais os tratamentos cabíveis? Será que poderia surgir mutação do vírus? Seria mediante ao contágio ou pela infecção? Mediante a escassez de respostas, o medo se consolidou entre os moradores, afetando a economia, fazendo com que os mesmos buscassem, por conta própria, a solução para a erradicação do vírus do sarampo.

Uma das primeiras medidas adotadas pelas cidades brasileiras durante a apresentação do sarampo e outras epidemias foi a adoção da quarentena. Os navios que vinham de países asiáticos e, sobretudo, europeus, eram impedidos de ancorar nos portos e ficavam a navegar na costa litoral brasileira durante 40 dias, logo as mercadorias alimentícias não resistiam ao tempo:

A quarentena humana é uma medida de saúde pública destinada a conter surtos epidêmicos ou a evitar que um determinado agente infeccioso atinja um território ou grupo social. As práticas de quarentena humana são: impedir o

---

<sup>144</sup> COSTA, Magda Nazaré Pereira da. **Caridade e saúde pública em tempo de epidemias**: Belém 1850-1890. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2006. p. 34.

desembarque de passageiros, colocar em prisão domiciliar os doentes e/ou os familiares de pessoas que manifestem determinado quadro clínico ou a internação hospitalar forçada de doentes. Tais medidas ocorrem desde tempos imemoriais, antes mesmo da descoberta dos micróbios, do ciclo das doenças e dos modos de transmissão de patógenos. No que tange às evidências científicas, há ausência de evidências que as práticas de quarentena influenciem no curso de epidemias, mas há evidências sólidas e consistentes de que os indivíduos quarentenados sofreram consideráveis prejuízos morais, legais e financeiros<sup>145</sup>.

Não somente os navios, mas também viajantes que vinham de regiões de alta vulnerabilidade da doença. Neste sentido, já que as autoridades responsáveis se debruçaram para entender a relação das epidemias e as condições sociais, a população, principalmente das regiões afastadas das capitais, como era o caso de Patrocínio localizada a 349 km de Salvador, ficava à mercê de informações acerca das pesquisas e estudos que estavam sendo desenvolvidas no seio das capitais brasileiras nas primeiras décadas da República.

Com a falta de informação no campo científico, a população de Patrocínio do Coité presenciava os desencontros de notícias, gerando certos desconfortos em nível de pressão sob as autoridades locais. A incógnita social era uma realidade frequente e impulsionava a intensificação de um ambiente onde ressurgia o medo, tendo como pontapé o mal avassalador desconhecido e seus flagelos no público infantil. Pois, seus efeitos nefastos desestabilizaram para além das autoridades, o modelo civilizador de sociedade, como também a estrutura da saúde pública e humana. Enquanto os doutores gritavam uns aos outros, neste mesmo período a gripe espanhola sangrava suas vítimas sem piedade. Destruía, além dos corpos físicos dos sujeitos, os hábitos culturais e sociais praticados há séculos.

Para obter respostas satisfatórias, era necessário transformar as teorias existentes em medidas de contenção que, no caso do sarampo, era a única solução e consistia na criação da vacina, projeto que só se tornou possível na década de 1960.

Na confusão reinante entre médicos, era difícil que mesmo higienistas de posição moderada e conciliatória –como Pereira Rego e Paula Candido – conseguissem convencer congressistas e governo a aprovar fundos para a execução das medidas sanitárias recomendadas pela Junta de Higiene. Em segundo lugar, ainda que se assumisse a perspectiva teórica de uma das seitas médicas em confronto, restaria o desafio de “traduzir” tal teoria em medidas práticas de combate à epidemia. Também havia muita incerteza nesse ponto<sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> SANTOS, I. A.; NASCIMENTO, W. F. As medidas de quarentena humana na saúde pública: aspectos bioéticos. *Revista BIO & THIKOS*, São Camilo, v. 8, n. 2, p. 174- 185, 2014.

<sup>146</sup> *Ibid.*, p. 68.

Todo esse contexto influenciou a construção de informações empíricas e medicinais, pois os habitantes estavam diante de uma situação até o momento conturbada, já para as famílias que perderam entes queridos era um momento de revolta.

De acordo com Laraia<sup>147</sup>, o fator social desconhecido se configura por estranhamento e, sobretudo, pelo choque, levando a população a criar hipóteses e concepções sobre determinados elementos. Foi justamente o que ocorreu em Patrocínio do Coité, uma vez que as autoridades locais não tinham respostas pontuais dentro do olhar da ciência para justificar tais adventos epidêmicos.

Quanto mais se propagava o medo, mais as pessoas se tornavam alvo das doenças. A presente obra, além de se dedicar em abordar o contexto histórico das doenças, em especial a febre amarela no Rio de Janeiro, discute em suas entrelinhas os fatores geográficos e biológicos que impulsionaram para o reaparecimento desta doença entre os séculos XIX e XX. Assim, a epidemia é um forte dispositivo que desperta o medo coletivo, pois as moléstias foram atreladas ao longo da história ao evento da morte.

Durante o processo de análise das fontes principalmente do Jornal *O Paladino*, observou-se que o impresso relatava a angústia da população por não ter uma resposta satisfatória dos agentes responsáveis pelo o combate, chegando ao ponto de descrever que naquelas terras a Higiene já não mais existia, como debatido em trechos anteriores. Além dos relatos sobre a Vila, o Jornal descreve que esta realidade de doenças epidêmicas não era unicamente de Patrocínio. Em abril de 1921 período manifestação do sarampo na Vila, deparamos com dois registros no Jornal<sup>148</sup> identificando epidemias em cidades próximas, a primeira que havia no Município de Bom Conselho a peste bubônica comprovada por uma equipe de pesquisadores e estagiários que enfrentava o mal naquela região, fazendo que o governo enviase da Capital Baiana uma outra equipe de médicos a fim de dar prioridades no atendimento àquela população sucumbida pela peste. E a segunda nota, relatava a dor da população da cidade de Jacobina, nesta terra a moléstia desconhecida zombavam dos recursos médicos, levando a população a emigrar para outras localidades, o surto levou a morte de várias pessoas, o Jornal *O Paladino*, ainda aponta sobre a necessidade de se construir um outro cemitério, pois, a moléstia gerou superlotação nos túmulos, possibilitando a intervenção dos órgãos estaduais de Saúde Pública junto à população.

---

<sup>147</sup> LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

<sup>148</sup> ABREU, Francisco de Paula. Jornal *O Paladino*. Notas que mencionavam a presença de outras doenças epidêmicas em regiões circunvizinhas de Patrocínio do Coité. Ano II, nº 6. p. 02. 21 de abril de 1921.

Esse aspecto de observar outras epidemias que assolavam a região Norte da Bahia nos primeiros anos de 1920, permitiu, por um lado, entender que cidades vizinhas perpassavam por questões semelhantes envolvendo a higiene, porém estimulava também a propagação do medo, visto que as informações que chegavam em Patrocínio do Coité sobre Jacobina, Bom Conselho e outras eram de forma fragmentadas ou pequenos relatos trazidos pelos comerciantes que negociavam na região manifestada, permitindo a formação de ideias generalizadas sobre o contágio e suas consequências

Dentro dessa questão, não se deve esquecer que a própria Vila de Patrocínio também estava vivenciando os males do sarampo. Sendo assim, os meios de comunicações, neste caso o Jornal *O Paladino*, não promoviam somente a divulgação de informações etc., mas por consequência da forma de tal noticiamento, incentivava o medo entre os moradores, e ele era reproduzido entre as famílias, uma vez que o sarampo e outras epidemias não respeitam limites territoriais, condições socioeconômicas, questões geográficas, etc.

Para Vianna:

Seja o medo do outro, medo de epidemias, guerras, fome, mas também o medo do desconhecido, do invisível, que se configuraria como uma forma de explicação da busca por rituais mágicos, novas concepções de saúde, doença, corpo e cura, tratamentos diferenciados dos oficiais, hegemônicos<sup>149</sup>.

Acrescenta que em tempos de epidemia seja ela contagiosa ou miasmática era comum a população recorrer aos agentes dos saberes medicinais com a finalidade de obter a cura do corpo e da alma pela prática de benzimento, crença de fé e espiritualidade. Ou seja, os sujeitos são marcados de certa forma pelo medo, independentemente do tempo e espaço, dessa maneira, levando em consideração o cenário de dor e perdas constante em Patrocínio do Coité, o medo também deixaria a sua marca, vista na instabilidade e desordem do comércio local, os apontamentos e críticas feitas às autoridades sobre as condições decadentes da saúde pública, a fim de que esta chegasse ao ponto de uma epidemia, assim como aconteceu meses depois.

Os anúncios sobre os Remédios Medicinais foram analisados nesta dissertação com o intuito de identificar as crenças e saberes populares que se perpetuavam naquela conjuntura epidêmica, mediante a reprodução da imprensa local. Dessa forma, durante o processo de análise da fonte *O Paladino*, foi observado que entre abril e julho de 1921 o redator e editor do Jornal passaram a reproduzir com maior frequência anúncios de sabões caseiros, indicações de banhos com ervas, bebidas e outros produtos, sempre ligados a ideia de higienização e saúde

---

<sup>149</sup>VIANNA, Danielle Aparecida de Sousa. **As práticas de cura das benzedadeiras na contemporaneidade: sabedoria e resistência.** 2019 (Monografia Curso de História). Universidade Federal de Goiás Faculdade de Ciências Sociais Curso de Ciências Sociais – Habilitação em políticas públicas. Goiás, p. 23.

do corpo. Sendo justamente o mesmo período de crescimento dos casos de sarampo naquela localidade, pensando principalmente na incisão e repetição dos anúncios, questionamos sobre a possibilidade do Jornal diante da sua influência entre os munícipes leitores e não leitores estar tentando introduzir naquele cenário de incerteza da cura, os Remédios Medicinais como uma alternativa, podendo ser intencional diante dos casos de aumento e a não resposta da ciência em uma ação de desespero, ou então não intencional, mas que diante das várias reproduções feitas levaram de certo a população a entender os Remédios Medicinais como um fator para minimizar o estado de medo e casos que havia na cidade.

Para Souza<sup>150</sup>, os curandeiros, benzedeiros e demais agentes dos saberes populares, de certa maneira estavam associados à saúde pública, tendo como principal base a fé, uma vez que seus ofícios eram tidos por muitos como meio de cura espiritual em tempos de epidemias pela sociedade brasileira. De modo que seus produtos medicinais logo ocupariam as prateleiras de armazéns e pequenos comércios de remédios naturais. Souza aponta que, durante a pandemia da gripe espanhola, pelo Brasil, em especial na Bahia, muitas bebidas e drogas passaram a ser consumidas intensamente pela população, indicadas por charlatões como propícias para a proteção. Dentre os remédios, estavam xaropes, tônicos, emulsões, pastilhas, os quais formavam um arsenal de medicamentos que também abarcavam a medicina popular e eram consumidos pelos assustados baianos.

Nesse sentido, muitos charlatões se aproveitaram do contexto impulsionado pelo medo para crescer economicamente, mas observa-se também que os comerciantes obtiveram resultados positivos nas vendas de tais remédios medicinais. Como será visto especificamente em Patrocínio do Coité, através de anúncios de vendas publicadas no jornal *O Paladino*, durante o surto epidêmico de 1921.

O ambiente de incerteza frente às implicações dos surtos epidêmicos passou a movimentar a economia do município e logo vários moradores recorreram ao comércio, a fim de obter tais medicamentos, tomando como mostra a cidade do Rio de Janeiro, pois existiram diversos casos de publicação:

A página de anúncios do jornal do commercio andava repleta de originalidade. Um fabricante anunciava charutos contra a febre amarela, e explicava o segredo de sua eficácia: "Acendendo um fósforo, o enxofre destrói os miasmas, o charuto faz cuspir a bÍlis. Havia comerciantes que colocavam à venda um colchão de clima vegetal, bom preventivo contra a febre reinante porque não possibilitava "a concentração de miasmas". Outro anunciava a "água e óleo da Rainha", composição infalível para o crescimento de cabelos,

---

<sup>150</sup> SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A Gripe Espanhola na Bahia** - saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. (Coleção História e Saúde).

bigodes etc., e também “um preservativo infalível contra a febre amarela”! Desta vez, não há sequer explicação sobre como se operava o milagre<sup>151</sup>.

Fazendo uma inter-relação entre as publicações do jornal *O Paladino*, nota-se que existiam pequenas diferenças, mas o objetivo comercial permanece o mesmo, ao se tratar de apropriação do momento social para benefício próprio de comerciantes e fabricantes.

Os surtos epidêmicos do sarampo ocorriam de modo diferente das outras moléstias, pois antes mesmos do diagnóstico, era preciso realizar monitoramento e mapeamento da doença com o intuito de propor maior eficácia no período de controle e tratamento.

Todo surto de sarampo deveria ser pesquisado de forma rotineira para avaliar a eficácia vacinal e a efetividade do programa de imunizações. Em geral, as medidas em andamento para o controle de um surto devem estar sujeitas ao monitoramento de sua eficácia. Em algumas ocasiões, as descobertas da investigação epidemiológica de campo podem pôr em dúvida o conhecimento ou a crença percebida sobre o problema e levar a situações potencialmente controversas no nível local. Por isso, a investigação epidemiológica de campo deve garantir um balanço adequado entre a necessidade de responder<sup>152</sup>.

Já que em Patrocínio do Coité havia uma desordem entre as informações sem fundamentos científicos, algumas teorias populares acabaram sobressaindo. Enquanto não se encontrava uma cura que de fato atendesse ao clamor dos moradores vítimas do sarampo, a moléstia se propagava.

No tocante às discussões postas nos itens anteriores e às análises documentais de fontes primárias e secundárias, conclui-se, desde já, que o ambiente de Patrocínio do Coité apresentava um conjunto de elementos que influenciaram o surgimento de doenças contagiosas, variando entre o estado climático, como também nos maus hábitos dos cidadãos referente aos espaços públicos e sua relação com o meio.

O mesmo canal negligenciou e privilegiou uma parcela da sociedade no acesso às informações no que tange ao cenário do vírus em Patrocínio em 1921. No próximo capítulo, veremos que seus efeitos proporcionaram mudanças no modo de pensar e agir, bem como nas práticas culturais da Vila, levando a criação do Código de Postura da Cidade, sendo um verdadeiro objeto de poder da elite dominante.

---

<sup>151</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiço e epidemias na corte imperial. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 70.

<sup>152</sup> ORGANIZAÇÃO Pan-Americana da Saúde. **Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades**. Módulo 5: pesquisa epidemiológica de campo – aplicação ao estudo de surtos. Ministério da Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. p. 09.

#### **4 AS POLÍTICAS HIGIENISTAS E O CÓDIGO DE POSTURA (1927): O PUNIR EM PATROCÍNIO DO COITÉ (BA) ENTRE 1924-1930.**

As fontes primárias de caráter legislativo caracterizam-se por apresentarem posicionamentos de autoridades e políticos frente a um determinado problema identificado. Desde então, Relatórios de Estado, Código de Postura, Atas de Reuniões Parlamentares, Projetos etc., são inseridos no âmbito da pesquisa e em debates historiográficos com o intuito de identificar informações que retratem o cotidiano das autoridades e outros aspectos socioeconômicos dentro de um determinado contexto histórico, reconhecendo a importância destes documentos para esclarecer lacunas ocasionadas pela valorização da História Geral.

Para Michel Foucault (1979)<sup>153</sup>, o discurso deve ser pensado e analisado como um tecido, ao qual o pesquisador deve extrair as variadas informações contidas, recomendando diferenciar as redes de discursos e acontecimentos. Segundo Foucault, um discurso pode ser definido como uma rede de signos que se vincula a outros discursos ou a outras redes, tornando-se um verdadeiro mecanismo de organização funcional, a fim de elaborar um esboço de um certo contexto social, político e econômico de um povo.

Dessa forma, este capítulo traz como ponto focal a importância e impactos socioeconômicos gerados pelas implantações do Código de Postura, Projetos de Saneamento Básico e outras intervenções efetivadas em Patrocínio do Coité entre 1924 e 1930. Enquanto olhar regional e em uma linguagem metodológica para além dos documentos citados anteriormente, analisamos os Relatórios do Governo da Bahia de 1924, que discutem a fundação dos primeiros órgãos de caráter higienista do estado próximo do recorte espacial proposto.

Assim, têm-se como objetivo, descrever os discursos das autoridades locais frente ao surto epidêmico do Sarampo e ao dilema das políticas higienistas. Identificando mudanças e transformações que ocorreram em Patrocínio do Coité pós epidemia do sarampo.

##### **4.1 CRIAÇÃO E EXPANSÃO DAS JUNTAS HIGIÊNICAS PARA AS CIDADES DO INTERIOR BAIANO**

Cada comportamento anti-higiênico dos indivíduos levava as autoridades a tomarem medidas mais severas com o intuito de intimidar os maus hábitos que, em pleno crescimento

---

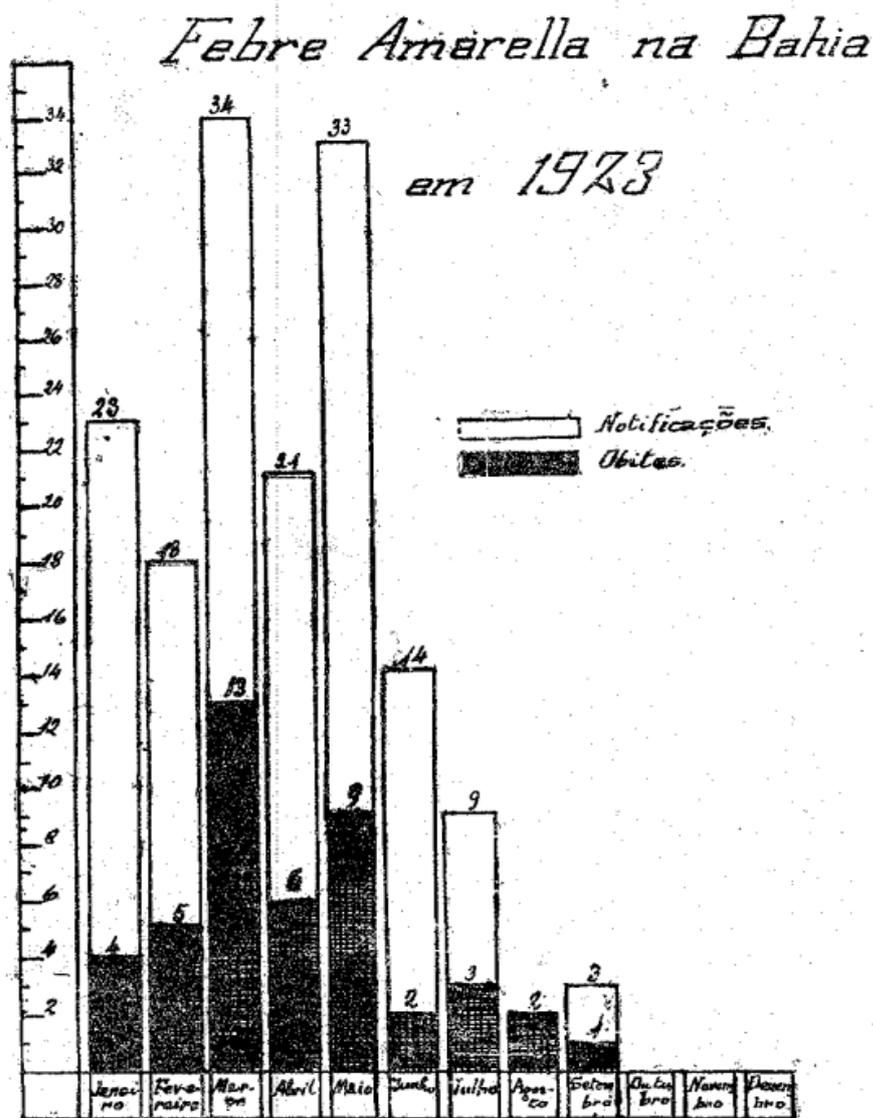
<sup>153</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

econômico e social, se perpetuavam na sociedade coiteense e em outras cidades do interior brasileiro. Em paralelo a isso, os órgãos estaduais não conseguiam atender às demandas municipais, por conseguinte, as autoridades médicas, em consonância com o poder local, somaram forças para construir uma política que coibisse as mazelas da população, capaz de realinhar a sociedade, trazendo novamente a toma do Código de Postura, uma política higienista em defesa da higiene, civilidade e beleza da cidade.

Esse contexto de criação de políticas higienistas era estimulado pelo cenário epidêmico presente nas cidades baianas, não somente a epidemia do sarampo, peste bubônica, mas também a febre amarela que se alastrava pelas diversas regiões do país, principalmente aquelas que tinham forte movimento comercial, como era o caso da Bahia. Nesse sentido, os órgãos higienistas começaram a intensificar a fiscalização junto a ações de controle a fim de obter maiores respostas enquanto diminuição dos casos de epidemia que havia no estado baiano, resultante de fatores biológicos e sociais, ligados ao o homem e ao seu convívio na sociedade. É baseado nesse conjunto de fatores que as doenças contagiosas passaram de um estado endêmico para epidemia, alastrando-se pelos povoados, comunidades, vila e cidades baianas.

O gráfico a seguir, por exemplo, vem reafirmar as condições catastróficas somente da febre amarela no estado, um diagnóstico tendo como referência os registros de óbitos dos hospitais da Bahia. Dessa forma, os dados abaixo nos dão uma dimensão apenas dos casos que chegaram até os hospitais, estes afastados das pequenas cidades. Isso significa dizer que os casos que não deram entrada e não foram informados as instituições de saúde não estão inseridos no gráfico, o que elevaria o número de óbitos projetado no gráfico, não considerando as vítimas que morreram em seus domicílios, ou que não foram levados até a unidade de saúde pela questão da distância, medo de represália e outros motivos desconhecidos.

Figura 8 - Registro detalhado dos Casos da Febre Amarela na Bahia em 1923



Fonte: Relatório da Gazeta Médica da Bahia. Boletim: Sociedade Médica da Bahia, p. 32. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/957/939>

A partir do gráfico acima, identificamos que durante os meses de janeiro e setembro do ano de 1923 e antes da expansão das Juntas Higiênicas, a febre amarela contaminou 165 pessoas, sendo 45 casos fatais. Diante da imagem apresentada, podemos extrair os seguintes pontos de análise: a necessidade da criação de instituições de saúde e higiene pública pelo interior do Estado, visto que esta região estava à mercê de um acompanhamento mais especializado no combate de determinadas doenças sejam elas degenerativas, biológicas ou sociais; a ineficácia das intervenções do próprio poder público da época, observando que apesar das políticas públicas de saúde efetivadas na capital, as cidades do interior eram devastadas pelas doenças, isso se deve também ao contexto político e econômico da época, uma vez que a

capital era palco das atenções dos países estrangeiros e outros estados brasileiros pela importante exportação de produtos e matérias primas, necessitando aos olhos dos órgãos uma maior atenção por parte das instituições de higiene, deixando à margem as cidades que não estavam na mira desses olhares, economicamente falando. Como afirma, em outras palavras, Castro Santos:

**O interior da Bahia.** Se o balanço das condições de saúde na capital mostra algum progresso, o interior da Bahia  $\frac{3}{4}$  tanto as áreas urbanas quanto as rurais  $\frac{3}{4}$  ficou claramente para trás. Por um lado, o interior continuou a abrigar freqüentes surtos epidêmicos até o final da década de 20. (A capital também, embora sujeita a epidemias menos freqüentes.) Ainda mais ameaçadoras, por outro lado, eram as chamadas "grandes endemias dos sertões", amplas, crônicas e virtualmente fora de controle ao longo da década de 20, como ocorria desde os tempos pré-republicanos<sup>154</sup>.

Além disso, as relações políticas que se davam na época impedia uma maior atuação destas intervenções, priorizando assim a troca de favores e interesses próprios, haja vista que as próprias intervenções do Estado pelo interior, era motivo de ameaça ao poder dos coronéis e políticos locais, por ver por ali e por suas terras a atuação de um órgão independente que poderia influenciar a mentalidade e comportamento das pessoas que estavam submissas de certa forma aos fazendeiros e latifundiários, podendo provocar a quebra das relações entre coronéis e eleitores. As palavras de Mascarenhas apontam a importância do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) frente ao poder local.

Nesse contexto, alguns estados brasileiros fizeram acordos com o DNSP para operacionalizar ações de higiene pública voltadas ao combate de doenças infecciosas prevalentes. Um desses estados foi a Bahia, que mesmo com um cenário político-econômico fragmentado e dominado pelas oligarquias regionais, na década de 1920 operou medidas da reforma sanitária induzida pelo governo federal, teve sua política de saúde pública reformulada e estabeleceu acordos com a União, via DNSP, para organizar as ações de saúde pública no interior do estado, inclusive em territórios dominados por coronéis e poderosas oligarquia<sup>155</sup>.

A partir de 1923 essas e outras limitações do Estado foram desaparecendo, pois o Governo Federal ciente da ineficácia dos Estados referente a questão sanitária passou a intervir diretamente nos Estados brasileiros, principalmente daqueles onde o cenário era caótico e denso, como a Bahia e Acre por exemplo, com foco em controle sobre a qualidade dos alimentos, e a vigilância das condições de trabalho de mulheres e crianças; por fim, a Fundação

<sup>154</sup> Castro Santos Luiz A. **As origens da Reforma Sanitária e da modernização conservadora na Bahia durante a Primeira República.** Dados. 1998;41. P. 07.

<sup>155</sup> MASCARENHAS, Nildo Batista; Lívia Angeli Silva. A política de saúde na Bahia (1925-1930). **Rev. baiana saúde pública**, p. 257-276, 2019, p. 260.

Rockefeller para a profilaxia da febre amarela, estes foram um dos segmentos que o Governo Federal passou a atuar frente aos Estados.

Com esse entendimento, segundo Galvão:

O novo código sanitário de 1920 deu maiores poderes ao Governo Federal para intervir nos Estados. Em poucos meses, onze Estados haviam firmado acordos com o Governo Federal para a criação de postos de profilaxia no interior. Em 1922, perto de 100 postos rurais estavam em funcionamento, além dos postos abertos pela Fundação Rockefeller<sup>156</sup>.

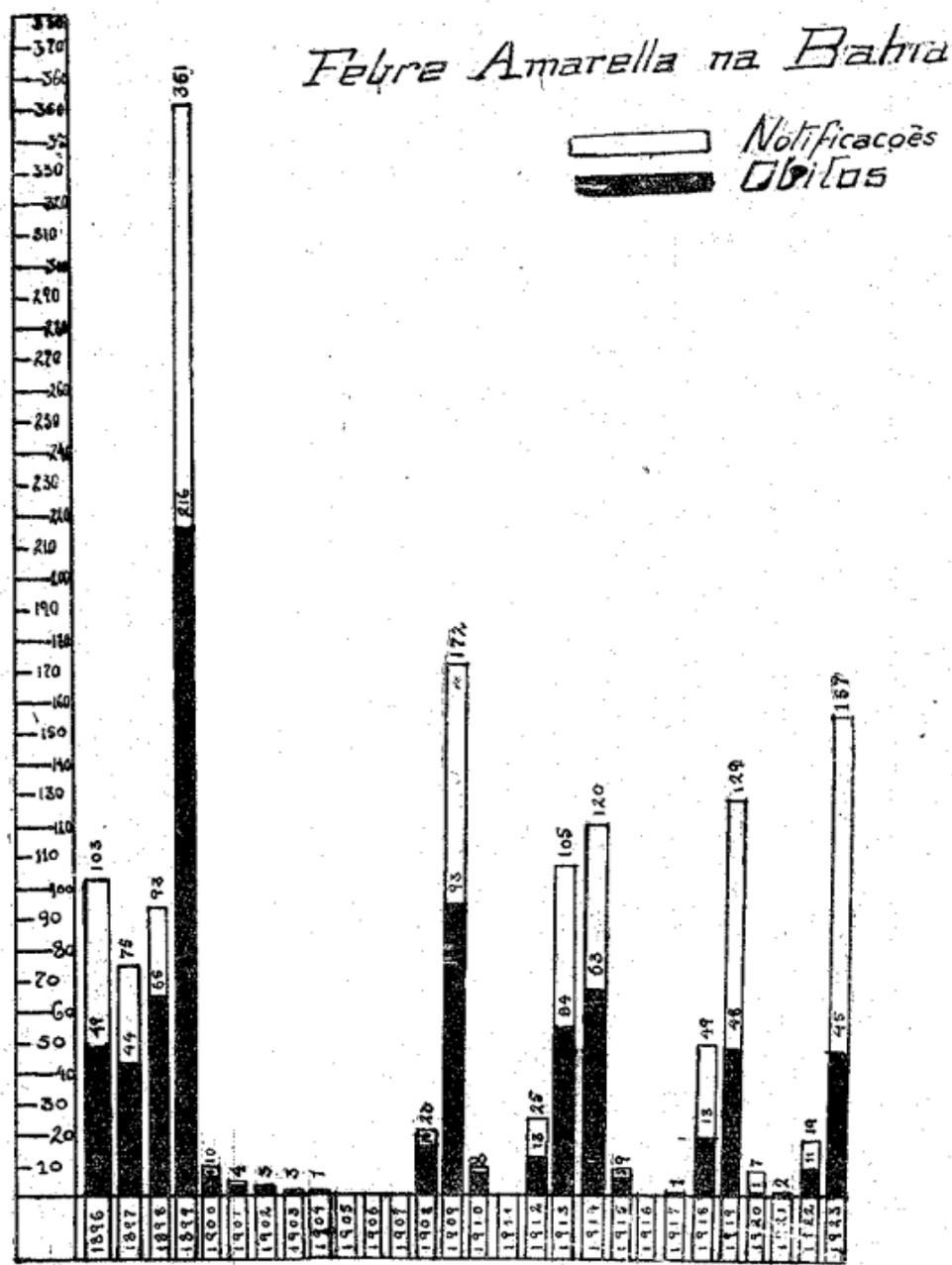
É a partir desse processo de ampliação considerando a ordem do Governo Federal, que começa a se ampliar os Postos de Profilaxia rural pelo Estado, dando início ao processo de inserção das instituições sanitárias e de saúde pública.

Ainda sobre a febre amarela, de acordo com os dados que deparamos nunca foi erradicada totalmente do território, se olharmos os dados entre 1896 a 1923, período informado na tabela abaixo, extraída dos Relatórios da Gazeta Médica da Bahia, tendo o seu maior auge na transição do Império para a República e na década de 1910.

---

<sup>156</sup> GALVÃO, Márcio Antônio Moreira. **Origem das políticas de saúde pública no Brasil: do Brasil-Colônia a 1930.** Caderno de Textos do Departamento de Ciências Médicas da Escola da Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto (2009): 1-33. P. 28.

Figura 9 - Registro dos Casos da Febre Amarela na Bahia entre 1896 a 1923.



Fonte: Relatório da Gazeta Médica da Bahia. Boletim: Sociedade Médica da Bahia, p. 31. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/957/939>

Ambos os gráficos, mesmo referente à febre amarela, são pertinentes para esta dissertação por evidenciar que as cidades baianas independentes da doença, a saúde estava em estado de calamidade pública. E que de certa forma, a ausência de mecanismo de erradicação agravava mais ainda o cenário, impactando negativamente a economia e a questão social. Além disso, a política afetava as relações comerciais e surgimentos de novos investimentos entre países estrangeiros e o Estado baiano, uma vez que os Jornais escancaravam e reafirmavam a

fama da Bahia frente a uma possível passividade das autoridades no combate a epidemias. Dessa forma, o cenário epidêmico e seus impactos contribuíram direta ou indiretamente para a expansão das juntas higiênicas nas cidades mais afastadas da capital baiana, chegando aos distritos da região Norte, onde situava-se o município de Patrocínio do Coité.

A tabela abaixo retrata o quantitativo de óbitos somente na região urbana e suburbana da Bahia no ano de 1924:

Figura 10 - Registro de Óbitos na Bahia - 1924

<b>SERVIÇO DE ESTATISTICA DEMOGRAPHO-SANITARIA</b>	
<i>MORTANDADE EM 1924</i>	
(Zona urbana e parte da zona suburbana)	
OBITOS POR CAUSAS DE MORTE	
<i>Nomenclatura abreviada</i>	<i>N. de obitos</i>
Febre typhoide e paratyphoide.....	188
Paludismo agudo (febre palustre).....	188
Paludismo chronico (cachexia palustre).....	170
Sarampo .....	23
Coqueluche .....	34
Diphtheria .....	5
Grippe .....	118
Dysenteria .....	282
Affecções dos ossos e dos órgãos da locomoção	1
Affecções da primeira idade e vícios de conformação .....	192
Senilidade .....	95
Mortes violentas (excepto suicídios).....	64
Suicídios .....	24
Doenças ignoradas ou mal definidas.....	96
<b>Somma</b> .....	<b>5.745</b>

Fonte: Relatório do Estado da Bahia. 1924. P. 50 e 51.

Diante dessa calamidade na saúde pública em todo o território baiano, o Estado, por intermédio do Governo Federal, possibilitou a abertura de novos órgãos sanitários, que ficaram a cargo de propor medidas para conter os surtos epidêmicos que afetavam a capital e o interior.

Sendo também incumbidos de criar novos mecanismo de combate, viabilizando a construção de uma nova imagem para o Estado, visto que sua fama enquanto território de desordem da saúde pública já estava presente nas páginas das imprensas das grandes metrópoles brasileiras, afetando diretamente a formação de novos elos políticos, econômicos e comerciais.

Destarte, a saúde vai ganhando espaço tanto físico como no desenvolvimento de ações de Saúde Pública, sob o auspício do governo federal, que no bojo das idéias de integração das áreas mais carentes do País ao desenvolvimento nacional, intensifica a intervenção na Bahia.<sup>157</sup>

Considerando o trabalho acima, aos poucos as ações do Governo Federal foram ganhando efeito junto ao Estado da Bahia estabelecendo ali a criação dos órgãos de saúde pública, como: a Diretoria de Defesa Sanitária, Epidemiologia, Higiene dos Municípios e Saneamento Rural; Diretoria de Engenharia Sanitária; Diretoria e Fiscalização dos Gêneros Alimentícios; Diretoria de Higiene Infantil e Escolar; Conselho Sanitário, entre outras diretorias<sup>158</sup>.

O relatório elaborado pelo Estado descreve também a função de cada setor frente às adversidades que existiam nas localidades, destacando a importância e como este iria desenvolver as suas atividades. Segundo a fonte, ao todo foram criadas 10 (dez) diretorias de caráter técnico e científico no Estado da Bahia em 1924, tais aberturas levaram em consideração as epidemias que ocorreram e ocorria naquele período:

Os serviços de hygiene e de prophylaxia geral devem ser uma realidade, de modo que defendam effectivamente a população de todas as endemias e epidemias cujos surtos tantos prejudicam. Neste particular está este governo em entendimento com o governo federal de modo que por uma acção conjuncta muito se possa conseguir em proveito da saúde da população. Infelizmente, nesta capital faltam-nos os principais elementos para seu saneamento completo. Estes assumptos, opportunamente, mas com a maior urgência possível, farão objeto de particular atenção do governo<sup>159</sup>.

Por outro lado, a implantação de tais diretorias resultaria em gastos. Dispensas que se fazia necessária, uma vez que o cenário epidêmico começava a reacender gradativamente nas cidades baianas, principalmente as que possuíam alto fluxo de movimentação no comércio e

---

<sup>157</sup> MOLESINI, Joana Angelica Oliveira. **A Reforma Sanitária na Bahia**: um lugar na história (1987 a 1989) - Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 269f, (2011). p. 67.

<sup>158</sup> GAZETA MÉDICA DA BAHIA. **Abertura das Diretorias ligadas à Saúde Pública do Estado da Bahia**. Mensagem, 1924, p. 33. Acervo Digital da UFBA. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/957/939>. Acesso em 13 de março de 2018.

<sup>159</sup> GAZETA MÉDICA DA BAHIA. **Abertura das Diretorias ligadas a Saúde Pública do Estado da Bahia**. Mensagem, 1924, p. 16. Acervo Digital da UFBA. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/957/939>. Acesso em 13 de março de 2018.

pontos bases da economia do Estado, como era o caso dos distritos localizados na região Norte e Nordeste, especificamente, os Municípios Bom Conselho e Jacobina. De acordo com o Relatório do Governo publicado no Diário Oficial do Estado, em 1924, no primeiro ano da fundação "obtive um gasto de 2.077:672\$539, despesas estas ligadas apenas com a Diretoria Geral de Saúde Pública"<sup>160</sup>. Como vemos na tabela construída pela Diretoria Geral de Saúde Pública:

Figura 11 - Tabela de despesa da Diretoria Geral de Saúde Pública da Bahia - 1924

<b>DIRECTORIA GERAL DE SAÚDE PÚBLICA</b>	
<b>Despeza</b>	
<b>1924</b>	
Janeiro .....	215:480\$609
Fevereiro .....	165:341\$848
Março .....	186:181\$329
Abril .....	139:654\$289
Maió .....	170:132\$377
Junho .....	162:714\$438
Julho .....	199:659\$485
Agosto .....	164:206\$309
Setembro .....	195:134\$318
Outubro .....	153:923\$044
Novembro .....	144:309\$191
Dezembro .....	144:936\$102
<b>Total .....</b>	<b>2.077:672\$539</b>

Fonte: Relatório do Estado da Bahia. Tabela de Despesa da Diretoria Geral de Saúde Pública. Mensagem, 1924, p.40.

Essa fonte nos permite detectar os impactos econômicos dos gastos oriundos da instalação das políticas higienistas e outras medidas, como campanha de vacinação, propagandas, entre outros meios, ligados às diretorias da saúde, como também às edificações de hospitais, clínicas, cemitérios etc. No trecho abaixo, exportado do Relatório do Estado da Bahia, observa-se como foi pensado inicialmente todo o trâmite da dispensa e custeio a respeito da manutenção e criação dos órgãos referentes a Higiene do Estado:

<sup>160</sup> Ibidem; p. 40.

Figura 12 - Trecho do Relatório da Bahia sobre as despesas com a Higiene do Estado – 1924

A somma que actualmente dispende a Bahia com o custeio e manutenção das repartições de hygiene estaduais e municipaes, somma que attingiu em 1924 cerca de tres mil contos de réis (Rs. 3.000 :000\$000), produziria resultados muito mais efficazes si empregada em repartição unica, á qual estivessem attribuidas todas as obrigações de zelar pela saúde da collectividade.

A organização que se impõe, e cujas linhas mestras adiante vão delineadas, acarretará provavelmente um certo augmento de despesa, nunca, porém, nas proporções que a boa technica de administração sanitaria concencionou e longa experiencia já consagrou, isto é, que, na distribuição orçamentaria das verbas destinadas ao custeio dos serviços publicos sejam reservados, para a Saúde Publica, no minimo, 10% da cifra total da despesa.

Fonte: Relatório do Estado da Bahia. Mensagem, 1924, p.32.

Analisando os anos anteriores, percebe-se que o Governo da Bahia passou a ter uma maior atenção a partir do ano de 1924 quando foram criadas as repartições únicas da Higiene pela a Capital e Interior, demandando planos de ações, mão de obra, recursos humanos, mapeamento das regiões, estruturas, inspeção e fiscalização com a finalidade de diminuição dos surtos epidêmicos nos municípios baianos. Salientando que essa atenção não foi por acaso, ou uma iniciativa beneficente do Estado, mas por pressão e decisão do próprio Governo Federal, assim explicitado em linhas passadas.

Dentro dessas novas políticas ideológicas sanitárias dos primeiros anos de 1920, adotadas pelos Estados, havia a defesa dos Códigos de Postura como um dos principais meios para chegar até o cotidiano e a vida privada das cidades baianas e brasileiras.

Este documento foi promulgado em 1928 em Patrocínio do Coité, trazendo consigo um conjunto de princípios e comportamentos, os quais a população como um todo deveria manter, preservando a ordem e a civilidade do município. Uma das alegações das autoridades para a implantação do Código, consistiu nos gastos e despesas do poder local com a questão da higiene, em torno de 1:500\$0 réis. Para as autoridades, o comportamento moral e físico dos cidadãos coiteenses se tornava uma ameaça à segurança e ao desenvolvimento do município,

causando danos ao cofre público do município principalmente quando se referia à higienização dos espaços públicos da cidade em período de maior circulação de pessoas como a feira livre.

O comércio local incentivava a vinda de pessoas e mercadores de outras regiões circunvizinhas, impulsionava a aglomeração e circulação de diferentes hábitos em um mesmo espaço, por consequência, deixavam nas ruas no final do dia, restos de alimentos estragados e apodrecidos de todos os tipos. Pensando nessas questões e outras atitudes deploráveis ressurgiu o Código no intuito de civilizar a sociedade coiteense, tendo as multas não apenas para punir, mas corrigir um comportamento que refletia nos segmentos econômico e sanitário, gerando assim uma instabilidade na política local frente às intervenções do Estado.

Era necessário ordenar e planejar a cidade para proteger o homem dele mesmo. As transformações espaciais e sociais propostas pelos higienistas iam além da preocupação de melhorar as condições de salubridade da cidade. Suas ações buscavam também criar espaços de circulação diferenciados, demanda da nova ordem social que se desenvolvia<sup>161</sup>.

Nesse sentido, as medidas postas em ação no final da década de 1920 eram, na verdade, o início de um longo processo civilizador não igual àquele que floresceu na Europa, mas com semelhanças, enquanto os métodos de intervenções aplicados sob a sociedade, compartilhavam os mesmos objetivos, as mudanças e o surgimento de novos comportamentos coletivos e individuais.

Em paralelo a isso, esta nova fase em Patrocínio do Coité representava um período de correção baseado nos discursos das autoridades locais em consonância com as políticas higienistas aderidas nas cidades baianas. De certo, as políticas estavam entrelaçadas a interesses econômicos do poder local, pois as multas e punições eram ferramentas de arrecadação de dinheiro destinado à intendência e aos cofres públicos do município.

Segundo Marins<sup>162</sup>, os discursos das autoridades se configuraram em um pano de fundo das políticas higienistas, ou seja, um movimento de caráter social e econômico, alinhado às concepções de mundo e vida da elite. Dessa maneira, as políticas higienistas eram os reflexos dos discursos das autoridades que objetivavam consolidar os projetos modernistas e utópicos, defendidos pela classe burguesa tanto nacional, regional quanto local. Esses projetos foram inseridos em um debate homogêneo, para então passar de modo velado ou despercebido pela

---

<sup>161</sup> MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH / São Paulo, julho 2011, p. 06.

<sup>162</sup> MARINS, Paulo. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCHENKO, N. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo, Cia. Das Letras, Vol. 3, 1998.

classe pobre, visto a sua não aceitação às novas medidas e normas, que acarretaria a sua própria exclusão da sociedade. Para Silva:

Limpar a cidade significa também organizar os mecanismos institucionais capazes de garantir a continuidade do sistema social. A delinquência precisa ser inibida, ela polui a vida nas cidades e desafia o poder do Estado. É necessário limpar através da higiene física e espiritual, moralizar o corpo e a alma do indivíduo.<sup>163</sup>

Isso posto, evidencia a rede de relações entre o pano de fundo dos discursos das autoridades locais, as quais assumiram diferentes facetas, desde o fato de buscar caminhos para implementar a urbanização, e a viabilização da modernidade e as ramificações das políticas higienistas como um mecanismo de controle social e arquitetônico ao propor junto a decretos e documentos a obrigatoriedade.

#### 4.2 CÓDIGO DE POSTURA: INSTRUMENTO DE DOMÍNIO SOB OS COITEENSES

Tendo em vista o cenário social de Patrocínio do Coité já apresentado, frisado em linhas anteriores a visão das autoridades coiteenses frente às normas, percebe-se que o município adentrava em um processo de reflexão sobre a necessidades de determinadas mudanças, principalmente nos espaços públicos da sociedade, e a questão social, enquanto comportamentos que não contribuía para os novos padrões que estavam sendo introduzidos nas cidades brasileiras.

Apesar de haver uma possível rejeição, reaparece no cotidiano dos moradores das cidades do interior brasileiro uma legislação de interesse público, o Código de Postura ou Normativo, que trazia como abordagem um conjunto de princípios e regras que determinavam de maneira categórica e obrigatória como os cidadãos deveriam agir tanto nos espaços públicos como privados.

Este documento compreende-se como uma ramificação dos projetos civilizatórios e modernistas com raízes ainda no Brasil Império. Devido às intervenções da elite e outras classes sociais prejudicadas de certa forma pelas normas de condutas, tornou-se mais um documento sem muita valia na tentativa de “civilizar” a população brasileira. Entretanto, este mecanismo ressurgiu no início do século XX a fim de conter tanto os avanços de epidemias que se alastravam no Brasil, mas também com o objetivo de criar um padrão social de comportamento

---

<sup>163</sup> SILVA, Mozart Linhares da. **Do império da lei às grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 147.

ao impor medidas que iam de encontro aos costumes e tradições milenares da população brasileira.

Sendo assim, a ideia do Código de Postura chegou em Patrocínio do Coité, em 1925, logo após a instalação da junta higiênica em Bom Conselho, trazendo inicialmente o argumento da preservação da saúde pública e a vida dos cidadãos coiteenses. Todavia, a sua efetivação, ou seja, aprovação só foi possível em 1928, sancionado pelo o Intendente Eleito Deocleciano da Fraga Dias, este filiado ao Partido Peba (Partido Republicano).

O texto do Código de Postura defendia incisivamente que todo e qualquer cidadão que descumprisse as regras estabelecidas deveria ser punido de acordo com a gravidade do ato. Frente a isso, o Estado via neste documento o espaço perfeito para se manifestar de forma subentendida e contrária aos hábitos decadentes da população brasileira, criando um mecanismo que atendesse aos anseios da elite, visando seus interesses próprios e dos novos projetos de modernidade que estavam para ser implantados.

A criação e o alinhamento de medidas e leis surtiram efeito no cenário econômico e no cotidiano dos coiteenses, ao erradicar práticas que contrastavam com o projeto de civilidade, coibindo costumes que não agradavam as autoridades médicas locais e muito menos a saúde pública. Dessa forma, como mecanismo de cumprimento das regras, as autoridades destinaram penalidades que variavam entre o ato praticado e a sua penalidade frente aos artigos da Lei, viabilizando de certo modo a imposição de posturas, baseado no ideário científico.

O código de postura era o portador do conjunto normativo da cidade, o qual deveria ser aplicado sobre a população. Aqueles que hesitavam em cumpri-lo poderiam ser multados pela intensa fiscalização por parte dos agentes municipais, haja vista este ter sido um empreendimento de cunho autoritário por parte dos órgãos municipais visando a modernização, o embelezamento e o emburguesamento do município. Este projeto fez-se, sobretudo, relacionado à medicina sanitária e constitui-se em instrumento de implementação do higienismo na cidade, visando tanto a contenção das epidemias quanto à supressão dos maus hábitos da turba urbana<sup>164</sup>.

Fiscalizar e aplicar multas não consiste necessariamente em práticas para punir os indivíduos infratores. Os crimes de pequeno porte contra a saúde pública eram na verdade vistos como empecilhos para o desenvolvimento social e econômico do município, sendo assim, criaram-se instrumentos de correção do comportamento humano para garantir a ascensão do

---

<sup>164</sup> BARROSO, Elaine Aparecida Laier. As políticas de saúde pública em Juiz de Fora em fins do século XIX – as elites e os subalternos nas tramas do sanitário. Anpuh- XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. p. 02.

município, podendo equiparar enquanto embelezamento a cidades que naquele contexto eram referências.

A estrutura do Código de Postura de Patrocínio, apesar de sua similaridade com Códigos de outras cidades possui certas peculiaridades visto, por exemplo, já nas considerações que se fez a necessidade do surgimento desta legislação. Nessa parte constava o balanceamento das dispensas do Município de Patrocínio do Coité referente a questão da saúde pública, higiene do município, saneamento básico etc. Uma vez que a cada ano aumentava as dispensas do município com a higiene.

Pensando em melhor entender e exemplificar a introdução do Código de Postura e seu desenvolvimento na sociedade de Patrocínio do Coité, destacamos alguns trechos que são pertinentes para identificar os impactos no município. Desde já é importante salientar que o Código de Postura não traz somente normas de funcionalidade da saúde coletiva ou privada, mas também outras abordagens sociais como comércio, festas, eventos, regras para espaço de lazer, entretenimento etc., todavia, diante do objeto de pesquisa proposto, analisamos apenas os pontos de relação com a saúde pública em todo os seus sentidos.

O Art. 103, por exemplo relaciona-se aos hábitos que infeccionam os espaços abertos e públicos de Patrocínio do Coité: *“serão punidos com a multa de 10\$000 ou 5 dias de prisão, os que lançarem nos tanques, rios, cacimbas, animaes mortos, tingui, substâncias immundas ou de qualquer como nocivos”*<sup>165</sup>. Esse artigo trata justamente das mazelas da população que jogava resíduos nocivos tanto no Tanque da Missão como na Fonte Escondida, tais costumes insalubres, além de gerar problemas à saúde dos cidadãos que usufruem desses espaços, possibilitava catástrofes sociais, como a própria morte da saúde pública, estimulando o aparecimento de epidemias, assim como aconteceu em março de 1921.

Essa norma, de certa maneira impactou a economia do município, uma vez que durante o processo de pesquisa foram encontrados projetos que objetivavam a ampliação do Mercado da Carne, visto que os mercadores questionavam um local adequado onde eles poderiam realizar a matança de animais para o consumo e o despacho dos restos mortais.

A princípio, não conseguiram efetivar, de modo que os comerciantes desses setores recorriam para a cidades vizinhas a fim de abaterem os animais nas regiões e em seguida traziam para o município, necessitando de transporte para o carregamento da carne. As notas do Jornal *O Paladino* frisam que houve casos em que o abatimento estava acontecendo nos sítios e nas

---

<sup>165</sup> ACTOS DO GOVERNO – DECRETOS LEIS E PORTARIAS. Lei nº 8 - **Código de Postura do Município de Patrocínio do Coité**. Estado da Bahia; 1928, Art. 103. p. 16. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do UniAGES, Paripiranga/BA.

fazendas da zona rural em meio às fezes de outros animais e matos. Então, entende-se que as leis presentes no Código não eram efetivadas corretamente, em virtude de uma série de motivos, como a ausência de estrutura para determinadas atividades, e quando se tinha estrutura burlavam as regras para driblar a própria legislação e a fiscalização local.

Um dos aspectos que chamou a atenção, alinhado ao objeto desta dissertação, consta no capítulo VI do Código, com a abordagem: “Art. 95 O Conselho Municipal, além da hygiene e salubridade pública, resolve estabelecer as seguintes medidas e penas aos seus infractores”, ou seja, abre a categoria de artigos voltados para a saúde públicas destinados às moléstias<sup>166</sup>. O Art. 100, por seu turno, asseverava: “e’ obrigado ao inquilino ou proprietário de casas onde se derem casos de morte, por moléstias contagiosas, proceder logo após o funeral, a competente desinfecção do prédio, sob pena de 20\$000 de multa”<sup>167</sup>. Todas as leis contidas no Código de Postura foram pensadas em preencher lacunas deixadas por outras políticas higienistas. Dessa forma, tal artigo vem evitar casos de surto ou epidemias que pudessem ser advindas com contribuições das práticas insalubres dos cidadãos coiteenses.

Frente a isso, um dos primeiros casos de sarampo abordados nesta dissertação foi o das duas filhas do Sr. Joaquim Carvalho, com um intervalo de aproximadamente 8 dias entre o falecimento da primeira para a segunda filha. Dessa forma, trazemos novamente este caso para a discussão a fim de entendermos a importância da desinfecção da residência após o enterramento, exemplificando o que constava em lei e as determinadas famílias vivenciavam. Assim, a prática de sepultamento era vista pelos higienistas e médicos como uma forma de proliferação das doenças epidêmicas, não somente o sepultamento, mas também todo o cortejo fúnebre.

Nesse sentido, essa legislação vinha reafirmar os domínios da medicina social em diferentes setores da sociedade, exercendo o papel de mecanismo de controle em torno de comportamentos marginalizados mediante as políticas higienistas. Ao mesmo tempo que o código assumia posição de porta voz das autoridades locais e médicas, trazia em seus artigos discursos modernistas, urbanísticas e ligados ao campo científico:

Os delitos contra a saúde pública eram vistos como maus hábitos, como atraso e má formação dos costumes da população, que precisava agora colaborar para que Juiz de Fora fosse um moderno e saneado centro urbano. Tratava-se, portanto, de inculcar os novos e saudáveis hábitos higiênicos na população.<sup>168</sup>

---

<sup>166</sup> Ibidem; Cap. V, Art. 95. p. 15.

<sup>167</sup> Ibidem; Cap. VI, Art. 100. p. 16.

<sup>168</sup> BARROSO, Elaine Aparecida Laier. As políticas de saúde pública em Juiz de Fora em fins do século XIX – as elites e os subalternos nas tramas do sanitário. **Anpuh- XXV** Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. p. 04.

Os discursos, de maneira direta e indireta, além de contextualizarem novos padrões de vida, impediam, por meio da penalização, o aparecimento de novos surtos epidêmicos ligados aos antigos comportamentos dos coiteenses.

No Art. 96 apresenta, por exemplo, as seguintes questões: “serão obrigados os habitantes deste Município apresentar seus filhos e fâmulos ou pessoas que estejam sob seu domínio, para a vacinação ao médico de hygiene, sob pena de 10\$000 de multa”<sup>169</sup>. Esse artigo se originou como uma ação preventiva, uma vez que já fora discutido no capítulo anterior a morte de moradores, principalmente o público infantil da Vila de Coité, ocasionado pelo sarampo. Um ponto interessante que deve ser analisado no fragmento acima consiste na obrigatoriedade da vacinação. Caso o cidadão não fosse vacinado estaria sujeito à multa mediante o pagamento de 10\$000 réis; ressaltando que tal pena era fiscalizada pelas autoridades locais (Intendência Municipal), sendo possível a efetivação de prisões, caso não feito o pagamento da multa. De modo mais específico, o Art. 97 ressalta:

No caso de estar atacado de varíola ou outra moléstia contagiosa, algum morador desta Villa, será o chefe da casa obrigado à retirá-lo para o lugar designado pelo Intendente, correndo as despesas por conta da Intendência, uma vez que fique provada a sua miserabilidade.<sup>170</sup>

Se o chefe da casa tentasse esconder ou vedar o doente, era sujeito a multa. Enquanto isso, as autoridades e médicos tinham o dever de executar a prisão do chefe da casa, pelo fato de negligenciar o atendimento de um ente contaminado de moléstia contagiosa, colocando outras pessoas da casa e os próprios vizinhos à mercê do perigo das doenças.

#### 4.3 OS REFLEXOS DO SANEAMENTO BÁSICO E URBANÍSTICO PÓS 1930 EM PARIPIRANGA/BA

A implantação do conjunto normativo utópico como as Juntas Higiênicas e Sanitárias, não permeava somente pela saúde da sociedade, o embelezamento da cidade também era um ponto a ser questionado pelas novas políticas higienistas e urbanísticas da época, posta de cima para baixo. Destaca-se que nas décadas de 1920 e 1930, a cidade de Patrocínio do Coité (atual Paripiranga, a mudança de nome aconteceu através do Decreto Estadual n. 7.341, de 30-03-

---

<sup>169</sup> ACTOS DO GOVERNO – DECRETOS LEIS E PORTARIAS. Lei nº 8 - **Código de Postura do Município de Patrocínio do Coité**. Estado da Bahia; 1928, Cap. VI, Art. 96. p. 15. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do UniAGES, Paripiranga/BA.

<sup>170</sup> ACTOS DO GOVERNO – DECRETOS LEIS E PORTARIAS. Lei nº 8 - **Código de Postura do Município de Patrocínio do Coité**. Estado da Bahia; 1928, Cap. VI, Art. 97. p. 15. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do UniAGES, Paripiranga/BA.

1931) apresentava edificações condenadas pelos novos regimes modernistas. Veremos a seguir o Jornal *O Paladino* condenando veemente a construção de casas que não eram sinônimos de orgulho para o município: “Temos observado que ainda continuam a edificar casinhas baixas e sem esthetica, no pertinente, no perímetro da Villa. Esse mal, cujo remédio só vende a Intendência Municipal, pelo contrário o Coité não chegará nunca a Cuia”<sup>171</sup>.

Essa prática cultural referente ao modo de construção, para o jornal, era um paradigma e, automaticamente, um grande obstáculo que impedia o desenvolvimento social e até mesmo econômico da Vila. Em contrapartida, este fato da ausência de estética simbolizava um elemento básico ao qual as novas políticas modernistas questionavam. Diante das interpretações do conteúdo abordado da citada fonte, entende-se que a terminologia Cuia está associada à ideia de mudança, progresso e desenvolvimento social de Patrocínio do Coité.

Seguindo essa linha de análise, e entendendo a importância da definição de Saneamento Básico, trazemos à consideração mais próxima daquilo que se compreende deste conceito através da urbanista e pesquisadora Miranda, para ela:

Saneamento básico é um dos serviços de infraestrutura social que produzem externalidades de forma mais clara, já que sua ausência ou precariedade causa diversos problemas econômicos, ambientais, sociais e de saúde, com significativas perdas materiais e humanas<sup>172</sup>.

Em um contexto mais amplo da palavra, podemos concluir que saneamento é o controle dos aspectos ligados ao meio material dos sujeitos, que ameaçam o bem-estar social, físico e mental da sociedade. De certo, conclui-se que o saneamento se caracteriza como um conjunto de intervenções socioeconômicas a favor da preservação da ordem, mobilização e salubridade do meio.

É justamente a esta consideração que associamos a noção de saneamento com as estruturas presentes na sociedade de Patrocínio do Coité, após o Código de Postura e as juntas sanitárias regionais instaladas nas proximidades do município de Patrocínio do Coité.

As instituições de saúde pública chegaram nessa região com o propósito de impedir o alastramento das epidemias nos municípios que eram sucumbidos de todas as maneiras pelas doenças, Patrocínio do Coité era um destes; ao mesmo tempo que vieram com outros objetivos

---

<sup>171</sup> Nota de Alerta acerca de edificações sem estética no centro urbano. **O Paladino**. Patrocínio do Coité; Ano I, nº 4. p. 02. 29 de junho de 1925. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES. Paripiranga/BA.

<sup>172</sup> MIRANDA, Georgia Cavalcanti Alves de. **Saneamento básico na cidade do Recife**: entre a idealidade do planejamento e a realidade da execução. 171p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2017. P.16.

mais amplos respaldados as teorias de higienização e limpeza dos espaços públicos, o que condenava as classes menos favorecidas e seus hábitos, priorizando os interesses de uma elite local e regional por meio da efetivação de critérios e exigências de condutas enquanto comportamento do sujeito e a defesa de novos padrões arquitetônicos urbanos.

É baseado nessa vertente, que vem se buscando neste capítulo ampliar o debate, evidenciando que trabalhar com epidemia, especificamente do sarampo, permite ir além de uma questão biológica e geográfica, possibilitando a identificação das intervenções do poder público e seus interesses econômicos, políticos e sociais em torno de uma problemática que aqui estava afetando o dia a dia da sociedade coiteense. Assim, trabalhamos a noção de saneamento em paralelo ao surto epidêmico, e como a ausência do próprio saneamento sanitário e uma desordem das habitações potencializam o crescimento desenfreado de doenças contagiosas, independente da qual seja.

Por esse viés, durante as etapas da pesquisa para o mapeamento, seleção e catalogação das fontes não nos deparamos com nenhuma fotografia que representasse visualmente a estrutura e organização urbanística da cidade de Patrocínio do Coité entre os anos de 1920 a 1930. Todavia, por meio do *Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES* foi possível localizar arquivos da cidade na década de 1930 e 1950 e, portanto, resgatar sua historicidade através de fotografias, textos e documentos.

Justificando, dessa maneira, como meio de projeção e acreditando na relevância das fontes visuais para a análise desenvolvida, pontua-se por linhas a necessidade de ter uma noção da organização da cidade e sua estrutura após a epidemia e políticas higienistas da década de 1920.

A figura 13 proporciona uma observação panorâmica sobre uma das principais ruas da cidade de Paripiranga. Por meio dela, é possível identificar a simplicidade das casas e a semelhança de elementos arquitetônicos com determinados períodos da história como o Imperial. Outro ponto que chama a atenção refere-se à aglomeração e a aproximação das residências. De acordo com os estudos, “Essa aglomeração fornece aos agentes patogênicos condições para uma rede de disseminação ampla, seja na forma de contato pessoal, seja pelo ar”.<sup>173</sup> Conforme evidenciamos abaixo:

---

<sup>173</sup> RODRIGO, Robson. **Dossiê**: as causas de uma doença. Darcy revista N° 24, Universidade de Brasília, 2020. p. 30.

**Figura 13 - Vista da Rua Braz de Amaral, Paripiranga - 1940**



Fonte: LEPH. *Vista da Rua Braz de Amaral, Paripiranga na década de 1940*. Acervo digital. UniAGES; Paripiranga/BA.

**Figura 14 - Vista da Rua Braz de Amaral, Paripiranga – 1952**



Fonte: LEPH. *Vista da Rua Braz de Amaral, Paripiranga em 1952*. Acervo digital. UniAGES; Paripiranga/BA.

As residências aglomeradas uma na outra permitia um maior contato entre os moradores que em tempos de epidemia se tornavam mais vulneráveis para o contágio ao compartilharem os mesmos ambientes, não tendo ali o distanciamento necessário da pessoa que está contaminada. Essa fotografia (13), apesar de ser registrada em 1940, possibilita identificar que a formação das casas e suas adjetivações possam ter contribuído para o avanço do sarampo e outras epidemias que assolaram a cidade.

Por outro lado, nos deparamos com outros registros deste mesmo ângulo e posição, porém capturado em 1952 (figura 14), uma década após ao primeiro registro exposto acima. Nela, observa-se determinadas mudanças principalmente nas fachadas das casas, em virtude da pressão e influência das autoridades, empresas e construtoras que vinham de outras regiões da Bahia e Sergipe com novas técnicas e ferramentas de edificações.

A fachada da primeira casa à esquerda, de baixo para cima, já não é mais a mesma. Visualmente, o processo de embelezamento das residências entre as figuras 13 e 14 são tangenciais, reflexo dos próprios órgãos sanitários e atuação do poder local, frente às construções localizadas no centro da cidade.

De um lado, a presença das políticas higienistas que estavam em ascensão, efetivando as mudanças e acompanhamento ao mundo externo. Do outro, os condicionamentos socioeconômicos e ausência de infraestruturas que não atendiam a todos os municípios.

Figura 15 - Vista da Rua Braz de Amaral, Paripiranga - 2018



Fonte: Google Maps

Essa imagem trata de um contexto atual e inserida neste trabalho para observar e identificar como as políticas sanitárias e higienistas foram determinantes para a mudança dos espaços públicos e privados, levando a demolição de determinados prédios e casas antigas, fruto do olhar civilizatório desde os anos de 1920. A rua é a mesma daquela posta nas imagens anteriores, porém no sentido contrário. Se observar as figuras 13 e 14 no fundo irá identificar um terreno aberto, cercado por casas, décadas depois, este mesmo terreno transforma-se em uma das principais ruas da cidade como evidenciado na imagem acima.

As três figuras expostas aqui nos permitem fazer certas observações, principalmente identificar o processo de modificações que aconteceram no mesmo ambiente e em períodos históricos diferentes. A exemplo da ampliação das ruas, saneamento básico, iluminação, arquitetura das fachadas das casas, especificamente a modelagem, adereços e técnicas de construções e tantas outras perspectivas que foram afetadas no processo de urbanização da cidade. O próprio espaço identificado na fotografia experimentou os efeitos das políticas

higienistas, seja com a inspeção das Juntas Higiênicas nos anos que se seguiram de 1924, ou com a vigência do Código de Postura em 1927. Nesse sentido, muitas mudanças que aconteceram neste espaço em décadas posteriores a 1930, são frutos dos projetos e políticas implantadas no decorrer do ano de 1920, contribuindo para o surgimento de novas visões de mundo e mentalidades nos diversos âmbitos da sociedade coiteense.

Outra questão importante a pontuar, consiste na arquitetura Imperial em Patrocínio do Coité, divergindo das remodelações desencadeadas no cenário nacional no auge da modernização do Brasil, que também se torna um meio de denúncia e condenação das estruturas da política conservadora vista nas edificações, casas de comércio etc. Isso, para as autoridades, era visto como um paradigma que deveria ser ultrapassado com as efetivações das políticas higienistas. Nesse sentido, entende-se que o poder público, em 1950, tentava justificar a erradicação dos maus costumes arquitetônicos via normas higienistas.

Já em 1958, a Câmara Municipal, por meio de outro Projeto de Lei, n.13, solicitava à Prefeitura e à Secretaria de Finanças do município a liberação de créditos para efetuar o pagamento de uma indenização, gerada pelas aberturas de novas ruas e avenidas:

O presidente da Câmara Municipal no exercício do cargo de prefeito municipal de Paripiranga, Estado da Bahia: Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1º Fica aberto ao poder Executivo Municipal na tesouraria da prefeitura o crédito especial da quantia de cinco mil cruzeiros (Cr\$5.000,00) para pagamento a título de indenização de 1.540 m2 de terras compreendidas no leito da rua N.S da Piedade, cujas terras foram utilizadas para abertura da citada rua, nesta cidade<sup>174</sup>.

Sobre as informações contidas no projeto, entende-se que foi necessário abrir novas ruas com o intuito de proporcionar melhor conforto no sentido de acessibilidade e mobilidade urbana. Esses dois elementos significavam os avanços da urbanização e, por outro lado, para serem viabilizados, foi preciso adentrar em propriedades privadas; impactando não somente no cotidiano dos cidadãos, mas também gerando conturbações e transtornos em suas vidas particulares.

Existem fontes documentais que trazem à baila, a ascensão da urbanização nos setores da sociedade de Patrocínio do Coité, entretanto, suas raízes tiveram início na década de 1950, não diferentemente de outras cidades; tendo em vista a aprovação dos primeiros decretos e

---

<sup>174</sup> Ibidem. 1956.

projetos que instigaram as autoridades sobre a importância de viabilizar o saneamento básico para o melhor desenvolvimento social e econômico do município.

Apesar das longas experiências dolorosas com a epidemia da cólera e do sarampo em dado momento de sua história, o município de Patrocínio do Coité obteve lições preponderantes que estimularam a construção das políticas higienistas e a efetivação dos Códigos Normativos de Postura, os quais modificaram a cidade e certa maneira a vida no campo. Com efeito da epidemia do sarampo, a morte de crianças e adolescentes tiveram visibilidade no Jornal da cidade, enquanto outras silenciadas por interesses econômicos, políticos e sociais até o momento por motivos desconhecidos. O aprendizado se tornou constante, levando a reorganização do espaço urbano e modificações pelos discursos políticos, em contrapartida, houve a exclusão das classes pobres que não conseguiam atender às exigências das políticas sanitárias, tendo de abdicar de suas habitações, crenças e hábitos, pressionada a se adaptar a novas estruturas e o início de uma urbanização crescente.

Diante do que foi exposto neste capítulo, conclui-se que a cidade de Patrocínio do Coité, atual Paripiranga, apresentava todos os elementos, os quais as políticas higienistas discriminavam, abrindo lacunas em torno da saúde pública. Por conseguinte, essas próprias normas eram um dos instrumentos das autoridades, inserindo na sociedade suas concepções de vida e mundo. Não obstante, a perda cultural e social das classes pobres tornou-se evidente, já que não conseguiam adequar-se a este novo mundo em virtude das suas condições socioeconômicas, assim, incentivava a sua exclusão e afastamento do centro urbano, por se tratar de uma área que requeria embelezamento arquitetônico e comportamentos que consoantes aos novos padrões de vida.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens e perspectivas colocadas em discussão nesta dissertação buscaram estabelecer relações interdisciplinares com diversos campos das ciências humanas e sociais, utilizando-se de escritos documentais como Jornal *O Paladino*, Código de Postura, Relatório do Governo da Bahia, Gazeta Médica etc., que descrevem pontos históricos, sociais e econômicos, acerca da sociedade de Patrocínio do Coité, entre 1920 e 1930; tendo como ponto de partida os impactos da doença epidêmica do sarampo.

Os impactos dos surtos epidêmicos foram sentidos em todas as ramificações da sociedade, levando em consideração as intensidades e velocidades das manifestações epidêmicas. Sendo assim, os trabalhos científicos das moléstias foram primordiais para compreender aspectos sociais e econômicos de um determinado povo e época, apesar da forte lacuna referente a epidemia do sarampo na História.

Nessa direção, já nas primeiras décadas da República, surgem as primeiras inquietações e interpretações das autoridades frente aos cortiços, classificados como um dos principais ambientes de propagação e putrefação da peste e outras doenças contagiosas. Assim, concluiu-se que a arquitetura também exercia um papel importante para a perpetuação das moléstias e, dessa maneira, foram postas pelas autoridades diversas modificações nos espaços públicos, afetando diretamente o cotidiano do indivíduo.

Por conseguinte, na década de 1920 os coiteenses se viram mais uma vez afetados pelo próprio hábito com o surto do sarampo em 1921, provocando a morte de crianças, estimulando o medo coletivo, seguida de uma série de intervenções da Intendência local e as Juntas Higiênicas por meio das políticas de saneamento, pois eram alvos de críticas pelos meios de comunicação, uma vez que praticavam, no dia a dia, costumes anti-higiênicos que colocavam em risco a saúde pública, possibilitando o surgimento de doenças miasmáticas. Considerou-se como causas que influenciaram direta e indiretamente o surto da doença às condições climáticas e geográfica, as quais eram favoráveis para a sua proliferação; as práticas sociais dos cidadãos nos espaços públicos com comportamentos decadentes, coibindo a preservação da própria higiene; a estrutura da cidade em virtude do Tanque da Missão, da Fonte Escondida ligada em períodos de chuva com o cemitério local; além do próprio fator biológico da doença do sarampo.

Por outro lado, as autoridades de saúde viam-se em um embate, pois os cientistas buscavam compreender uma forma de tornar as teorias em práticas, colocando no cenário discursivo duas problemáticas: os princípios miasmáticos e os contagionistas, a partir dos quais se criaram estratégias para conter e prevenir o sarampo e outras moléstias.

Concluimos também que o Jornal negligenciou vários casos de sarampo que ocorriam no município, pois as notícias que circulavam eram oriundas de famílias que, de certo modo, detinham poder aquisitivo ou senão *status* social. Sendo assim, as famílias que não se incluíam nessas condições ficavam à mercê dos meios de comunicação. Ou seja, os interesses econômicos impediam a divulgação de surtos epidêmicos que ocorriam entre as famílias carentes, localizadas, sobretudo, na zona rural.

Esta pesquisa ainda nos direciona à construção e viabilização das políticas higienistas; principalmente, a identificação dos discursos das autoridades frente aos ideais do código normativo, criado em Patrocínio em 1927, que trazia consigo princípios e decretos que defendiam a idealização de uma cidade civilizatória; visando a manutenção de multas e punições para os infratores. Contudo, após o confronto das fontes, concluimos que as autoridades locais se apropriaram dos discursos das medidas higienistas como pano de fundo, com o intuito de efetivar para além da urbanização, a ordem, disciplina e automaticamente a efetivação da ideia de civilidade. O interesse velado das autoridades consistia na dominação social sobre o indivíduo, que passava despercebido entre as diversas políticas e decretos higienistas e outras vertentes.

Portanto, todas as prerrogativas postas anteriormente, desde os reflexos da Modernidade, passando pelos surtos epidêmicos, impulsionado pelas condições climáticas e as mazelas sociais, até o código normativo, conduzem à conclusão de que estes fatores foram responsáveis por desencadear a necessidade de viabilização das políticas higienistas e em contrapartida, sua efetivação gerou gastos econômicos irreparáveis por parte do governo municipal e estadual. Arelado a isso, os cidadãos coiteenses “sofreram” os abalos das transformações sociais, econômicas e urbanísticas que afetaram seu cotidiano, sobretudo, nas relações comportamentais e com o meio ao qual estavam inseridos. Isso levou ao surgimento de novas concepções e novos padrões de vida que permeiam a década de 1920.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

ABREU, Francisco de Paula. Mudança do Cemitério. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 18 de setembro de 1921. Ano III, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota de alerta acerca de edificações sem estética no centro urbano. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 29 de junho de 1920. Ano I, n. 4. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota de apelo das Autoridades, a fim de realizar a Limpeza do Tanque da Missão. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 20 de junho de 1921. Ano II, n. 4. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota de apelo dos Comerciantes, para a remoção de vendedores ambulantes. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 11 de abril de 1920. Ano I, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota de apelo dos moradores de Patrocínio do Coité, para o combate da Seca. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 18 de janeiro de 1920. Ano I, n. 1. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota sobre os primeiros formatos de impressões do Jornal. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 22 de julho de 1923. Ano V, n. 6. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota sobre a prosperidade do jornal e a sua independência. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 03 de dezembro de 1922. Ano IV, n. 6. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota de apelo sobre a falta de água no município. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 13 de março de 1921. Ano II, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota de Realização da Limpeza do Tanque, relatos dos trabalhadores e Intendentes. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 1º de abril de 1921. Ano II, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota de renovação da esperança dos agricultores, em razão da chuva. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 18 de abril de 1920. Ano I, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota de sepultamento da Higiene Pública. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 23 de maio de 1920. Ano I, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota de sepultamento. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 26 de junho de 1921. Ano I, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota Necrológica. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 22 de fevereiro de 1920. Ano I, n. 4. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota Necrológica. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 06 de agosto de 1922. Ano II, n. 4. p. 04. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota Necrológica. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 26 de junho de 1921. Ano II, n. 4. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota Necrológica: falecimento de uma criança vítima de Sarampo. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 03 de julho de 1921. Ano II, n. 4. p. 03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Nota sobre a volta da Seca no Município. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 18 de janeiro de 1920. Ano I, n. 1. p. 02. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

ABREU, Francisco de Paula. Reunião no Paço Municipal para tratar da construção do cemitério. **O Paladino**, Patrocínio do Coité, 03 de junho de 1923. Ano IV, n. 4. p. 02-03. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa do UniAGES, Paripiranga (BA).

BRASIL. Decreto Imperial nº 583 de 5 de setembro de 1850. Autoriza o Governo para determinar o número, e localidades dos Cemitérios públicos, que convenha estabelecer nos subúrbios do Rio de Janeiro. **Coleção de Leis do Império do Brasil** - 1850, p. 273, v. 1 pt. I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-583-5-setembro-1850-559823-publicacaooriginal-82234-pl.html>. Acesso em: ago. 2021.

BRASIL. **Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas**: Synopse do Recenseamento. Typographia da Estatística. Rio de Janeiro: 1905. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222260>.

IBGE. IBGE Memória. **Recenseamentos**. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/>. Acesso em 23 de dezembro de 2018.

IBGE. **História do município de Paripiranga**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/paripiranga/historico>

PARIPIRANGA. Câmara municipal de vereadores. **Projeto de Lei (1930-1960)**. Ementa. Disponível no Acervo da Câmara Municipal de Paripiranga (BA).

PARIPIRANGA. Câmara municipal de vereadores. **Projeto de Lei Nº 09 de 02 de maio de 1956**. Ementa. Disponível no Acervo da Câmara Municipal de Paripiranga (BA).

PATROCÍNIO DO COITÉ. **Actos do governo – decretos leis e portarias**. Lei nº 8 - Código de Postura do Município de Patrocínio do Coité. Estado da Bahia, 1928. Acervo do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do UniAGES, Paripiranga (BA).

RELATÓRIO dos trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) – 1823 a 1889. **Acervo da Hemeroteca Digital**. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-trabalhos-conselho-interino-governo/130605>. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

TORRES, Octavio. Doente de febre amarela. **Gazeta médica da Bahia**, Salvador (BA), 12 de junho de 1924. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/957/939>. Acesso em 13 de março de 2018.

### Bibliografias

ABREU, M. A. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, p. 210-234, maio-ago., 2003.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: um herói sem nenhum caráter. Editorial CSIC-CSIC Press, 1988.

ANITUA, Gabriel Ignacio. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BARATA, Rita Barradas; BRICEÑO-LEÓN, Roberto (Orgs.). **Doenças endêmicas**: abordagens sociais, culturais e comportamentais. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Os Bruzundangas**. Belo Horizonte: Garnier, 1998.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. As políticas de saúde pública em Juiz de Fora em fins do século XIX: as elites e os subalternos nas tramas do sanitário. **Anpuh- XXV, Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009.

BATISTA, Ricardo dos Santos; SOUZA, Christiane Maria Cruz de. O curso da epidemia: a Fundação Rockefeller e os surtos de febre amarela na Bahia em 1926. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, n.17, v.30, p. 219-243, 2020.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BERTUCCI-MARTINS, Liane Maria. Memória que educa: epidemias do final do século XIX e início do XX. **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 75-89, 2005.

BLOM, Philipp. **Anos vertiginosos: mudança de cultura no Ocidente – 1900-1914.** Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BUCKLEY, Eve Elizabeth. A seca no sertão como fenômeno natural ou social: estabelecendo a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, 1909-1923. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, n. 2, p. 379-398, 2010.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia.** 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

CARVALHO, Andrea Lucchesi de et al. Sarampo: atualizações e reemergência. **Rev. Med., Minas Gerais**, n. 13, p. S80-S85, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, Otamar de. As secas e seus impactos. In.: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **A questão da água no Nordeste.** Agência Nacional de Águas. Brasília, DF: CGEE, 2012.

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO SANTOS, Luiz A. As origens da Reforma Sanitária e da modernização conservadora na Bahia durante a Primeira República. **Dados**, n.41, v.3, p.1-23, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAVES, Cleide de Lima. **De um ponto a outro: a Bahia e o Prata (1850-1889).** 2019. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2001.

COSTA, Magda Nazaré Pereira da. **Caridade e saúde pública em tempo de epidemias.** Belém 1850-1890. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2006.

CRUZ, Jeferson Augusto da. Um flâneur à sergipana: modernidade, urbanização e cotidiano de Aracaju na *Belle Époque* 1918-1926. **XXVIII Simpósio Nacional de História.** 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1441908803\\_ARQUIVO\\_UMFLANERASERGIPANA\(ARTIGO\).pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1441908803_ARQUIVO_UMFLANERASERGIPANA(ARTIGO).pdf). Acesso em: ago. 2021.

CUNHA, Joaci de S. Reformas urbanas, política de saneamento, economia e interesses político-corporativos em Salvador na república velha. Cadernos do CEAS. **Revista Crítica de Humanidades**, Salvador, n. 247, p. 371-402, mai./ago., 2019. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n247>.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe: Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930.** 2. ed. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 1999.

DAVID, Onildo Reis. **Inimigo Invisível: a epidemia da cólera na Bahia em 1855-56.** 1993. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 1993.

DELUMEAU, Jean. **A história do medo no Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sérgio. **História do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Clínica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1980.

FOUCAULT, Michel **Ordem do discurso.** vol. 1. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 21ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global: história econômica e política do século XX.** Rio de Janeiro: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

GALVÃO, Márcio Antônio Moreira. **Origem das políticas de saúde pública no Brasil: do Brasil-Colônia a 1930.** Caderno de Textos do Departamento de Ciências Médicas da Escola da Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto (2009): 1-33.

GILL, L. A. **O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930.** Pelotas: EDUCAT, 2007.

GOMES, Renata G. S.; MORAES, Ronei M. **Alterações Climáticas e suas Influências sobre as Doenças Transmitidas por Vetores.** Mongaguá, Brasil: SHEWC, 2009.

GUEDES, Carla Ribeiro. A Saúde Pública no início do século XX no Rio de Janeiro: intervenções de Oswaldo Cruz. In: PINHEIRO, Luís da Cunha; RODRIGUES, Maria Manuel Marques (Org.). **A Belle Époque Brasileira.** Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 17.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia Civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade de um contexto de modernização urbana – salvador 1912-1916.** 1996. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1996.

LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **Hist. Cienc. Saúde**, Mangueiras, RJ, v. 3, n. 3, p. 44-96, 1996.

MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH** / São Paulo, julho 2011.

MACHADO, Robert et al. **Danação da norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MASCARENHAS, Nildo Batista; Livia Angeli Silva. A política de saúde na Bahia (1925-1930). **Rev. baiana saúde pública**, p. 257-276, 2019.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Surtos epidêmicos, miasmática e teoria bacteriológica: instrumento de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh**, São Paulo, jul. 2011.

MENEGHEL, Stela Nazareth. Medicina social: um instrumento para denúncia. Cadernos IHU, **Ideias**, São Leopoldo, v. 2, n. 15.p. 1-20, 2004.

MIRANDA, Georgia Cavalcanti Alves de. **Saneamento básico na cidade do Recife**: entre a idealidade do planejamento e a realidade da execução. 171p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2017.

MOLESINI, Joana Angelica Oliveira. **A Reforma Sanitária na Bahia**: um lugar na história (1987 a 1989) - Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, 269f, (2011).

MOURA, R. M. G. R. **Habitação Popular em Pelotas (1880-1950)**: entre políticas públicas e investimentos privados. 2006. 248 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ORGANIZAÇÃO Pan-Americana da Saúde. **Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades**. Módulo 5: pesquisa epidemiológica de campo – aplicação ao estudo de surtos. Ministério da Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010.

PESAVENTO, Sandra. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: contexto, 2008.

PONTE, C. F. (org.). **Na corda bamba de sombrinha**: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC; FIOCRUZ/EPSJV, 2010.

QUEIROZ, Raquel de. **O quinze**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2004.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Eduardo Coelho Morgado. **Cemitérios**. São Paulo: Editora Necrópole, 2007.

RIBEIRO, Diego Lemos; TAVARES, Davi Kiermes; BRAHM, José Paulo Siefert. Museu da morte? Vozes e narrativas no Cemitério de Santo Amaro, Recife (PE). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 96-125, 2016.

ROGRIGO, Robson. **Dossiê: as causas de uma doença**. Darcy revista N° 24, Universidade de Brasília, 2020.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

SANTOS JUNIOR, Robério José. **A representação da morte em Paripiranga – Bahia: ritos, práticas e discursos (1919 – 1961)**. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

SANTOS, Bárbara Barbosa dos. **Moléstias do corpo escravo: doenças e morbidade entre cativos em Sergipe (1865- 1888)**. 2020. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

SANTOS, I. A; NASCIMENTO, W. F. As medidas de quarentena humana na saúde pública: aspectos bioéticos. **Revista BIO & THIKOS**, São Camilo, v. 8, n. 2, p. 174- 185, 2014.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de posturas e regulamentos: vigiar, controlar e punir. **Vestígios do passado: a história e suas fontes**, p. 1-13, 2008.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **A História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. Coleção Tudo é História. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

SILVA, Cândido da Costa e. **Roteiro da Vida e da Morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia**. São Paulo: Ática, 1982.

SILVA, Mozart Linhares da. **Do império da lei às grades da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SILVA, Suelen Soares da. **Sarampo na era da eliminação no Brasil: estudo de surtos recentes baseado no sequenciamento da região não codificante do genoma do vírus**. 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Tropical) - Instituto Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Tiago Pessoa Tabosa; FERREIRA, Israel de Lucena Martins. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 2498-2502, 2006.

SOUSA, A. L. O discurso da modernização de Aracaju e as epidemias nas primeiras décadas do Século XX. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v. 4, n. 8, p. 45-53, abr./out. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/3078/2700>. Acesso em: ago. 2021.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A Gripe Espanhola na Bahia** – saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. (Coleção História e Saúde).

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A Gripe Espanhola na Bahia**: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. 2007. 372 f. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, 2007.

SOUZA, F. Gralha de. **A Belle Époque carioca**: imagens da modernidade na obra de Augusto Malta (1900-1920). 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008. p.69-70.

TERRA, L. M. Medicina e nação: aspectos da formação das Ciências Sociais no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16, 2013, Salvador. **Anais**. Salvador: Sociedade Brasileira de Sociologia, p.1-23, 2013.

TORRES, Anny Jackeline. Epidemias, estado e sociedade: Minas Gerais na segunda metade do século XIX. **Dynamis**, granada, v. 31, n. 1, p. 41-63, 2001.

